Universidade do Estado do Rio de Janeiro
Centro de Educação e Humanidades
Faculdade de Formação de Professores

Ivanilson de Melo Mendes

Uma Lei na “sarjeta”: a aplicação da 10.639/03 e as histórias em quadrinhos no ensino de História

São Gonçalo
2023

Ivanilson de Melo Mendes

Uma Lei na “sarjeta”: a aplicação da 10.639/03 e as histórias em quadrinhos no ensino de História

Dissertação apresentada como parte dos requisitos para a obtenção do grau de Mestre em Ensino de História pelo Programa PROFHISTÓRIA, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Área de concentração: Ensino de História.

Orientadora: Prof.ª Dra. Larissa Costard Soares

São Gonçalo

2023

CATALOGAÇÃO NA FONTE

UERJ/REDE SIRIUS/BIBLIOTECA CEH/D

M538 TESE	Mendes, Ivanilson de Melo. Uma Lei na “sarjeta” : a aplicação da 10.639/03 e as histórias em quadrinhos no ensino de História / Ivanilson de Melo Mendes. – 2023. 162f. : il. Orientadora: Prof.ª Dra. Larissa Costard Soares. Dissertação (Mestrado Profissional em Rede Nacional PROFHISTORIA) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Faculdade de Formação de Professores. 1. História – Estudo e ensino – Teses. 2. Histórias em quadrinhos na educação – Teses. I. Soares, Larissa Costard. II. Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Faculdade de Formação de Professores. III. Título.
CRB7 – 6150	CDU 93

Autorizo, apenas para fins acadêmicos e científicos, a reprodução total ou parcial desta dissertação, desde que citada a fonte.

_____ _____

Assinatura Data

Ivanilson de Melo Mendes

Uma Lei na “sarjeta”: a aplicação da 10.639/03 e as histórias em quadrinhos no ensino de História

Dissertação apresentada, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre, ao Programa de Pós-Graduação em Ensino de História, Curso de Mestrado Profissional em Rede Nacional PROFHISTORIA, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Área de concentração: Ensino de História.

Aprovado em 28 de junho de 2023.

Banca Examinadora:

_____

Prof.ª Dra. Larissa Costard Soares (Orientadora)

Faculdade de Formação de Professores – UERJ

_____

Prof. Dr. José Roberto Silva Rodrigues

Faculdade de Formação de Professores – UERJ

_____

Prof. Dr. Pedro Cassiano farias de Oliveira

Colégio Pedro II

São Gonçalo

2023

DEDICATÓRIA

Para Sandra e Zoé Estrela (In Memoriam). As duas Riot Girrrl do meu infinito particular.

AGRADECIMENTOS

Mesmo que seja uma norma protocolar, os agradecimentos se mostram tão necessários quanto toda e qualquer reflexão surgida no decurso dessa pesquisa e para a real compreensão regressamos a 2018, no momento da inscrição para o processo seletivo, e para esse momento exalto André Tavares, amigo de longo data, que me emprestou o valor no último dia de inscrição, a presente pesquisa contou com o financiamento realizado com apoio providencial da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001. Sem a qual, nada disso seria possível.

O ano de 2018, não começa bem – como se comprovaria – nos três anos seguintes que se mostraram terríveis para a sociedade brasileira com a eleição de um fascista para a presidência da República, mal sabíamos que além disso teríamos uma pandemia no meio do caminho que ceifou a vida de 700 mil brasileiros, por pura incompetência e maldade, mas sobrevivemos a “Ele”, assim como essa pesquisa, que teve parte de suas reflexões gestadas em modo e mundo virtual, e para tanto, muito me ajudou dois grupos virtuais, que a partir de discussões informais dos temas que estava pesquisando, me fizeram refletir de outras formas; são eles: O Coletivo Humanista, João Ferreira, André Marques, Iuri Batista, Simone Pontes, Márcio, Omar Bento, Ellen Lima e Michelle Cabral , e o Baobá: grupo disfuncional nas figuras da Victoria Moura, Gabs, Thais Cristina, Dani Soraia, Raial Orutu Puri, Andrea, Kerollenn, Jaqueline, Andressa, Fran e Beatriz, Max ,Pedro Maranta, Pedro Xavier, Hellman Lago, Rômulo, Marcos Oliveira, Griot, Ewerton Monteiro, Victor, e os irmãos Rufino, Max e Mauricio; o mundo virtual superou nas expectativas na produção de conhecimento, agradeço também o auxílio luxuoso de Nathália Abreu com a famigerada ABNT.

Dignos de nota, meus companheiros de turma do PROFHISTÓRIA/UERJ/2019, com verdadeiras trocas que ampliaram as discussões que nos ajudaram a todos, essa pesquisa também é um trabalho coletivo “ninguém largou a mão de ninguém”, assim como a todos os professores do curso, em especial aos Prof. Dr. Daniel Pinha e prof. Dr. José Roberto Rodrigues pela leitura inicial da pesquisa, e um agradecimento muito especial a Universidade do Estado do Rio de Janeiro, local onde o Programa do PROFHISTÓRIA encontrou guarida e hoje se confunde com a própria Universidade,

o que já era de se esperar, da Universidade que foi a primeira a adotar uma Política de Cotas raciais e sociais.

Seguindo no resgate da memória, antes de professor sou baixista de uma grande Banda de rock, Diavolos Aires, André Rodrigues (Vocal), Diego Nunes (Bateria), e Ronaldo de Melo (Guitarra) merecem meus agradecimentos pelos ensaios e shows que serviram sempre como um escape quando a escrita insistia em não prosseguir, e por fim e não menos importante um destaque muito especial a duas mulheres. Vale também um grande agradecimento a todos os estudantes que participaram de todas as fases da pesquisa, minhas turmas, e turmas emprestadas pelos meus colegas que gentilmente cederam esse material humano tão essencial para essa pesquisa, sem vocês nada disso seria possível. Em especial a Shekinah. Um agradecimento especial ao meu Pai Nilson Mendes, que me proporcionou educação e aos meus irmãos, Chagas, Naldinho, Karol e Duda.

Primeiro a minha querida Esposa e Mãe da Zoé Sandra Mara Mendes, que sempre foi minha maior incentivadora em continuar com os estudos e pesquisa, nos últimos dez anos cada vez que dizia que iria apresentar algum trabalho em algum seminário , encontro, congresso ou o que for, ela sempre reclamava e perguntava quando eu iria entrar no Mestrado, bom, demorou mas aqui estou e nada disso teria sido possível sem sua ajuda, apoio e carinho e a leitura prévia do que aqui apresentei nessa pesquisa, além de sua fala que se tornou um mantra nos últimos dois anos: “Não vai escrever não?

E finalizando, um agradecimento mais do que especial para a minha Orientadora, Prof. Dra. Larissa Costard Soares, agradeço pelas sugestões, pela direção dos caminhos, por compreender minhas falhas, entender meus tempos, minha escrita, e meus silêncios, creia que todos foram necessários, para que eu pudesse chegar até aqui, agradeço por tudo, pelas críticas, liberdade e pela leitura sensível, atenta e afetuosa da pesquisa, sem o seu trabalho nada disso seria possível.

O modo de contar, utilizando a história em quadrinhos sem se ater apenas àquele formato de narrativa de super-herói, num formato de contos que se entrelaçam, é algo novo que chamou atenção

Marcelo D'Salete (2018)

RESUMO

MENDES, Ivanilson de Melo. *Uma Lei na "sarjeta"*: a aplicação da 10.639/03 e as histórias em quadrinhos no ensino de História. 2023. 162f. Dissertação (Mestrado Profissional em Rede Nacional PROFHISTORIA) – Faculdade de Formação de Professores, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, São Gonçalo, 2023.

A presente dissertação tem como objetivo compreender as possíveis relações de trabalho entre o Ensino de História e as Histórias em Quadrinhos estabelecidas a partir das leis 10.639/2003 e 11.645/2008 que apontam sobre a obrigatoriedade da inclusão do estudo da História e cultura afro brasileira e indígena nas redes de ensino público e privado, de modo que os estudantes possam ampliar a percepção histórica em relação às suas origens, no entendimento das raízes culturais e históricas dos seus antepassados. E, para tanto, construir narrativas gráficas sobre o tema, a partir de uma metodologia histórica que pense as histórias em quadrinhos como fonte histórica através de uma didática para o Ensino de História, desenvolver atividades visando diálogo, discussões e reflexões sobre os preconceitos que ainda são muito presentes na sociedade brasileira, principalmente no ambiente escolar, e a busca de suas raízes históricas. O objetivo principal é que o estudante possa compreender, reconhecer e discutir a importância que a Lei 10.639/03 representa no contexto sociopolítico para a cultura afrodescendente e afro-brasileira e os avanços da luta contra o racismo e preconceito em prol de uma escola antirracista em suas práticas, diante e a partir de uma mídia repleta de possibilidades pedagógicas

Palavras-chave: ensino de História; histórias em quadrinhos; Lei 10.639/03.

ABSTRACT

MENDES, Ivanilson de Melo. *A Law in the "gutter"*: the application of 10.639/03 and comics in the teaching of History. 2023. 162f. Dissertação (Mestrado Profissional em Rede Nacional PROFHISTORIA) – Faculdade de Formação de Professores, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, São Gonçalo, 2023.

This dissertation aims to understand the possible working relationships between the History Teaching and Comics established from laws 10.639/2003 and 11.645/2008 that point to the mandatory inclusion of the study of Afro-Brazilian History and culture and indigenous in public and private education networks, so that students can broaden their historical perception in relation to their origins, in understanding the cultural and historical roots of their ancestors. And for that, to build graphic narratives on the subject, from a historical methodology that thinks of comics as a historical source through didactics for the Teaching of History, to develop activities aimed at dialogue, discussions and reflections on the prejudices that are still very present in Brazilian society, mainly in the school environment, and the search for its historical roots. The main objective is for the student to be able to understand, recognize and discuss the importance that Law 10.639/03 represents in the sociopolitical context for Afro-descendant and Afro-Brazilian culture and the advances in the fight against racism and prejudice in favor of an anti-racist school in their practices, before and from a media full of pedagogical possibilities. But before we start, it is necessary to understand what made us get here.

Keywords: teaching of History; comics; Law 10.639/03.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Fita de Moebius 19
Figura 2 – Hq Jornal Extra 40
Figura 3 – Hq Encruzilhada 41
Figura 4 – Avengers e Orixás 91
Figura 5 – Quadrinhos por Direitos 117
Figura 6 – Criar Cura 120
Figura 7 – Carolina 120
Figura 8 – Estudante Ayla, turma 1004 121
Figura 9 – Jeremim, o príncipe que veio da África 123
Figura 10 – Jeremias, Pele 123
Figura 11 – Estudante Pedro, turma 1004 123
Figura 12 – Angola Janga 125
Figura 13 – Estudante João, turma 1004 125
Figura 14 – Turma 1007 131
Figura 15 – Turma 1007 132
Figura 16 – Turma 1007 132
Figura 17 – Turma 1007 133
Figura 18 – Turma 1007 133
Figura 19 – Turma 1007 134
Figura 20 – Turma 1007 135
Figura 21 – Turma 1007 135
Figura 22 – Turma 1007 136
Figura 23 – Turma 1007 137
Figura 24 – Você se importa? 140
Figura 25 – Sequência Você se importa? 141
Figura 26 – Sequência 2 Você se importa? 142

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Lista de HQs com temas históricos 97
Quadro 2 – BNCC: Ensino Fundamental 104
Quadro 3 – BNCC: Ensino Médio 104
Quadro 4 – Paradigmas educativos: modelo de aula-oficina 112
Quadro 5 – Componentes didáticos 116
Quadro 6 – Planejamento 2021/2 127

SUMÁRIO

	INTRODUÇÃO	12
1	**ESQUADRINHAR os QUADRINHOS**	34
1.1	**O que são as HQs? As HQs como bem cultural**	34
1.2	**As HQs nas escolas e no ensino de História, e por que não?**	42
1.3	**As HQs e os fanzines como fontes para a pesquisa histórica**	49
2	**A LEI 10.639/03 PARA ALÉM DA FITA DE MOEBIUS**	69
2.1	**O racismo como teoria social**	77
2.2	**Proposta didático-pedagógica**	82
2.3	**Resultados dos objetivos**	86
2.4	**A construção das aulas-oficinas**	88
2.5	**Obras em HQs para a construção das aulas/oficinas**	89
2.6	**Listagem de HQs como sugestão para o trabalho com temas das relações étnico-raciais**	95
3	**PERSPECTIVAS DE TRABALHO A PARTIR DAS HQs, ABORDAGENS POSSIVEIS**	108
3.1	**Aula-oficina, a dimensão prática das HQs nas aulas de História**	109
3.2	**O desenvolvimento das aulas-oficinas**	111
3.3	**Descrição das oficinas: relato de experiência**	114
3.4	**Relato da estudante A., a experiência de trabalhar com HQs**	121
3.5	**Relato do estudante P., a experiência de trabalhar com HQs**	122
3.6	**Relato do estudante J., a experiência de trabalhar com HQs**	124
3.7	**Planejamento 2021/2 para as aulas/oficinas**	127
4	**UMA IDEIA DE CONCLUSÃO: REFLEXÃO SOBRE A PRÁTICA PEDAGOGIA: A DOCÊNCIA COMO OFÍCIO**	146
	CONSIDERAÇÕES FINAIS	152
	REFERÊNCIAS	154

INTRODUÇÃO

> Parece o fim da estrada, último raio de luz, não sei, eu não sei o que pensar, cale-se [...] pandemia! Inocentes não há, somos todos nós! eu sei!
>
> *Dorsal Atlântica, 2021*

"Os ventos do norte não movem moinhos" (SECOS E MOLHADOS, 1973), mas no início de 2020 modificaram o curso da vida de todos, dentre os quais mais de 600 mil brasileiros, que perderam suas vidas, vítimas de um genocídio anunciado e levado a cabo com crueldade por um governo iníquo e sem empatia pelo seu povo. Em uma escala menor, essa "ordem mundial" afetou a condução de normalidade dos sobreviventes, e para a construção e feitura desta pesquisa não foi diferente. A incerteza de colocar em prática as teorias e hipóteses a partir de objetivos estabelecidos se mostrou ineficaz, fazendo com que mudanças estruturais e metodológicas se apresentassem de modo a dar sentido final à pesquisa. Nesse intuito, a intervenção da banca de qualificação, nas figuras dos Prof. Dr. Daniel Pinha e Prof. Dr. José Roberto Rodrigues, foi essencial para que não caíssemos no falso dilema de que: "com a pandemia não conseguiremos realizar as oficinas, ou qualquer tipo de Trabalho prático", mas da mesma forma que esses ventos nos trouxeram dificuldades, a capacidade de adaptação e superação da escola pública também se fez presente, criando soluções e alternativas de quem está acostumado a sobreviver na adversidade. Diante dessa nova realidade, algumas atividades puderam ser realizadas dentro do que tínhamos à disposição: se não foi o ideal, foi o possível permitido, e com resultados muito instigantes, repletos de possibilidades dentro do que pretendíamos inicialmente, que nos renovam as forças e esperanças de continuar e com expectativa em ampliar a pesquisa, naquilo que não pudemos enfrentar ou mesmo nas novas hipóteses que se apresentaram.

Sobre alguns resultados obtidos e apresentados nessa dissertação, o mais significativo foi a constatação de que, apesar da relação possível feita entre Ensino de História, as histórias em quadrinhos (doravante HQs) comas Leis 10.639/03 e 11.645/08, tendo em vista cumprir com a obrigação legal, houve o deslocamento do nosso olhar para uma investigação mais aprofundada. Percebemos que, na realidade,

deveríamos buscar primeiro compreender como a escola é impregnada de racismos em suas práticas e nos seus silenciamentos de determinadas histórias e vivências e, assim, fazer com que essa constatação tivesse a percepção dos estudantes no Ensino de História em prol de uma aprendizagem voltada para a tomada de entendimento de sua condição histórica e, assim, refletirmos e pensarmos sobre a construção de um currículo e uma escola que seja eminentemente antirracista. Com isso, cremos que, sem perda de objetividade, o protagonismo do estudante aqui é apresentado como objeto, e se justifica à medida que se procura produzir um sentido narrativo. As HQs e as Leis são os instrumentos que iremos usar para que essa escola, pensada a partir de “uma educação como prática de liberdade” (hooks, 2020, p. 24) e em constantes movimentos de transgressão, principalmente de seus métodos e currículos como campo de disputa, se mantenham como objetivo a ser seguido e buscado por todos os agentes da educação. escolhas e gostos definem a biblioteca[1]de alguém. A minha não foi diferente, se iniciou e cresceu em torno da História e dos seus distintos campos do conhecimento, de suas escolas, “seus novos problemas, suas novas abordagens e seus novos objetos” (GOFF e NORA, 1979; 1988; 1995). Mas há muito que a História não é a mais dominante nas minhas estantes, perdeu espaço em números (não em interesse), como item de estudo e colecionador, para as HQs, que assim como a historiografia presente nas prateleiras, também acompanharam em desenvolvimento, como bem cultural, mídia, arte, linguagem, narrativa, suporte pedagógico, objeto da História e fonte histórica, como proponho demonstrar e defender o seu uso e aplicação no ensino no decorrer dessa pesquisa, o que nos leva a refletir sobre

> O fenômeno do colecionar perde seu sentido à medida que perde seu agente. Mesmo que coleções públicas sejam menos censuráveis pelo seu lado social e mais úteis pelo seu lado científico do que os particulares, os objetos só têm sua razão de ser nestas [...], mas como dizia Hegel: “Só com a escuridão é que a coruja de Minerva inicia seu voo”. Só quando extinto é que o colecionador será compreendido (BENJAMIM,1987, p.234-235).

[1] Quando eu não estiver mais por aqui, minha biblioteca ganhará outro sentido e destino, o qual aqui defino, doando para a Biblioteca da Faculdade de Formação de Professores FFP/UERJ todos meus livros teóricos sobre Histórias em Quadrinhos - a partir da simples análise de minhas escolhas, do que me levou a construi-la, de como a fiz, de maneira que fizesse sentido para mim, mas apenas com o olhar do outro que o processo de (re)significação estará completo, (a visão do outro é parte importante) e a História e as Histórias em Quadrinhos terão um papel primordial nesse trabalho para quem vier, e me ler, ao me ressignificar diante do olhar de minhas escolhas.

E, seguindo a fala de Walter Benjamim sobre a relação entre colecionar e biblioteca, as HQs em minha biblioteca têm um valor, uma importância, que é através de símbolos imagéticos dar vida a imagens, pensamentos, abstrações, reflexões, subjetividade, sentimentos feitos de silenciamentos, e não deve ser pensada e usada apenas como um discurso sobre as obras, os feitos, personagens, assuntos, temas, mas também como a construção de narrativa de um discurso sobre o passado, sempre associada a questões de sua produção, difusão e circulação de determinada percepção histórica, ou seja, “o que sobrevive não é o conjunto daquilo que existiu no passado, mas uma escolha efetuada no desenvolvimento temporal do mundo e humanidade (LE GOFF, 2003, p. 525). E foi a partir dessa premissa que essa pesquisa caminhou– ou pelo menos se tentou caminhar– e que minha biblioteca cresceu as HQs como objeto e fonte para a pesquisa histórica.

Esse pequeno preâmbulo tem como tentativa e justificativa, informar, explicar o que me fez chegar até aqui, em uma pesquisa que relaciona a História, o ensino de História e as HQs. De forma geral esse trabalho começou com a escolha de um objeto, antes mesmo das perguntas, questões e reflexões que nos inquietavam, e durante um tempo procurei entender como as HQs surgiram como opção e proposta de trabalho para o Mestrado Profissional em ensino de História – PROFHISTÓRIA/UERJ.

Ainda na graduação (2003), em uma aula de Teoria da História, o Prof. Dr. Vlademir Luft, no Centro Universitário Moacyr Sreder Bastos em Campo Grande, RJ, mencionava o fato de que tem gente séria(*sic*) estudando o Batman (1939) na universidade. A informação me surpreendeu, pois me pareceu deslocada em um ambiente que, à primeira vista do senso comum, se afigurava como canônico na produção de sentidos e estudos, e pouco afeito a temáticas fora dos “Domínios da História”. Apesar disso, ainda não via a seriedade que as HQs necessitavam para estar legitimada no ambiente acadêmico e universitário ou que confirmasse a informação acima.

Desse momento em diante, fui em busca de fundamentos teóricos que justificassem o estudo com HQs na universidade e na História a partir do sentido de seriedade, que, àquele momento, me parecia necessário para estar dentro da academia. Desse período em diante tive contato com obras de teóricos referendados das HQs no Brasil, Cirne(1970), Moya(1973) e Cagni (2014),entre outros, mesmo com

trabalhos essencialmente na área da comunicação e linguística[2], movimento que “nos anos 1960 e 1970, viram acontecer uma transferência massiva de conceitos linguísticos para o campo de análise das artes visuais” (GROENSTEEN, 2017), mas para a construção de uma metodologia das HQs, foi essencial o reconhecimento das HQs como fonte de pesquisa acadêmica, mesmo que ainda distante dos métodos da história.

Diante dessas primeiras descobertas já foi o suficiente para que fosse a oportunidade de justificar a convergência dos principais assuntos que compõem hoje a minha biblioteca, a História e as HQs. Além disso, confirmou a possibilidade de estudo dessa mídia na universidade, me legitimando e possibilitando iniciar uma pesquisa em História relacionando as HQs e o Ensino de História a partir da lei 10.639/03, modificada pela lei 11.645/08[3] que trata da obrigatoriedade do estudo da história Afro-brasileira e Indígena nas escolas, ou, nas palavras de Sueli Carneiro,

> Trata-se de um marco na educação brasileira, porque introduz uma forma de valorizar a participação dos afro-brasileiros na história do país, e de resgatar os valores culturais africanos. Além da instituição da temática no currículo, o decreto inclui no calendário escolar, conforme o artigo 79-B, o dia 20 de novembro como o Dia Nacional da Consciência Negra. (CARNEIRO, 2011, p. 22).

Entretanto, Sueli Carneiro aponta dois vetos efetuados pelo então presidente Luís Ignácio Lula da Silva que de alguma forma, podem ser considerados como indicativos que contribuíram para a existência de alguns problemas relativos à aplicação da Lei nas escolas. O primeiro deles foi o veto do artigo no qual “as disciplinas História do Brasil e Educação Artística deveriam dedicar pelo menos 10%

---

[2] A *Editora Vozes*, durante os anos 1960, lançou a *Revista de Cultura Vozes*, como um espaço dedicado para os estudos de linguagens, comunicação, semiótica, poesia, psicanálise e histórias em quadrinhos. Houve pelo menos cinco números inteiramente dedicados à linguagem das HQs, quando os estudos estruturalistas e de semiologia, era comum nos anos 1960.

[3] No decorrer da pesquisa percebemos que precisaríamos tanto de mais tempo quanto de outra fundamentação teórica que cotejasse a mudança feita pela Lei 11.645/08, que tratou da inclusão dos estudos da história das populações indígenas no Brasil, com a profundidade necessária, sob pena de reduzirmos e tratarmos o tema a partir de uma simplificada transposição teórica das demandas Afro-brasileira à complexa história Indígena brasileira, o que por si só não seria possível, mas mantivemos nas propostas de oficinas todo material levantado das HQs sobre as populações Indígenas, criando possibilidades de trabalho. A lei 11.645/08 tem subsídios para uma pesquisa mais aprofundada, inclusive, tendo em vista as discussões no Supremo Tribunal Federal sobre a proposta do Marco Temporal que retira da Constituição o direito das terras de todo indígena que não puder comprovar que em 1988 estava na terra por ele reivindicada, ainda sobre o tema voltaremos mais à frente. Digno de nota que hoje temos o primeiro Ministério dos Povos Originários, presidido pela Ativista política a Indígena Sonia Guajajara.

do seu conteúdo à temática negra". Já o segundo veto determinava que "os cursos de capacitação de professores contassem com a participação de entidades do movimento afro-brasileiro, de universidades e de outras instituições de pesquisa pertinente à matéria".

> Para os proponentes, justificava-se a apresentação do projeto de Lei, [...] como meio de viabilizar o resgate da verdadeira história da contribuição do povo negro no desenvolvimento do país, até então renegada tanto no que era transmitido nas salas de aula pelos professores, quanto pelo material didático utilizado pelos alunos (ALMEIDA, 2013, p. 39).

E, para tanto, quem mais estaria capacitado para auxiliar nesse processo educacional? Os próprios integrantes desse grupo, por terem legitimidade, mas foi vetado pelo presidente. duas questões que, depois de quase 20 anos da promulgação da Lei, pouco avançaram em solução a longo prazo que pudessem fazer repensar os vetos. A diversidade social e cultural do País é parte inerente de sua formação, e enfrentar essas questões não se dará as evitando, como bem salientou Nilma Lima Gomes:

> Em qualquer sociedade, a construção da diversidade assume contornos diferentes de acordo com o processo histórico, relações de poder, imaginários, práticas de inclusão e exclusão que incidem sobre os diferentes grupos. (GOMES,2020, p. 70).

Podemos inclusive ampliar essa discussão a partir do papel dos diversos grupos que lutaram pela Lei, ou por qualquer medida de reparação e inclusão de negros na sociedade nos diferentes períodos históricos. Temos sempre que atentar para o fato que falarmos em movimentos negros, em diferentes sentidos de existência e relações de poder, de forma que se compreenda que os processos históricos vividos por todo e qualquer grupo são singulares é uma sua construção que se dá a partir de um contexto de desigualdade social que em muitas vezes estiveram alijados dos processos de luta na construção da democracia, o próprio Abdias do Nascimento, muito precocemente já levantava essas questões apontando para uma prática que se manteve de forma estrutural na sociedade brasileira, ao mesmo tempo que postulava uma nova maneira de percepção da população negra em um sentido contra hegemônico

> A história do Brasil é uma versão concebida por brancos, para os brancos e pelos brancos, exatamente como sua estrutura econômica, sociocultural, política e militar tem sido usurpada da maioria da população para o benefício exclusivo de uma elite branca/brancóide, supostamente de origem europeia (NASCIMENTO, 1980 p.15).

Quanto ao segundo veto, dependendo do governo em questão, pode ter sido positivo, a partir do momento em que, no governo golpista de Michel Temer (2016-2018), foi criada a figura do agente da educação de “reconhecido saber”, que poderia atuar nas unidades escolares sem a devida qualificação e licença para o exercício da docência. E, ampliando essa questão paro o governo seguinte, de Jair Bolsonaro (2018-2022), essas questões ganhariam outra dimensão, como na forma que foi tratada a Fundação Palmares no governo em questão.

Mas o escopo das questões que levou ao veto desse artigo, também se justifica pela não observância dos aspectos da diversidade brasileira, e em última medida dos movimentos negros, de quem seriam os beneficiários desse artigo, por não definir de forma objeta como se daria a escolha desses agentes para o ambiente escolar, quem estaria habilitado ou não, muito embora, atualmente, tenhamos alguns projetos em universidades públicas[4], onde outros sabres, outros conhecimentos são considerados, não apenas os construídos formais e acadêmicos, mas sim os de ordem populares, provenientes da sociedade e toda a sua pujança. De qualquer forma, a Lei já tem tempo e dados suficientes para uma análise e revisão e de adequação, inclusive até por conta da promulgação do Novo Ensino Médio, que entrou em vigor em 2022, pois há em seus objetivos questões que inviabilizam ou mesmo são contrários a Lei 109.639/03.

Diante disso, temos um campo propício para a pesquisa ao repensar estratégias para o ensino de História, com novas práticas, novas tecnologias, novas linguagens, novas fontes, novos subsídios didáticos. Ao mesmo tempo em que se discute a importância da história desses povos e o autorreconhecimento dos estudantes em relação às temáticas que envolvem a lei, partimos para a desconstrução do preconceito étnico-racial que gera exclusão das populações negras

[4] O projeto Circulação dos Saberes da UFMG (2015) busca intensificar a difusão do conhecimento popular no âmbito acadêmico, assim como na sociedade, consequentemente busca-se visibilizar reconhecimento e valorização do patrimônio cultural imaterial do Vale, preservado por essas populações que mantém vivos os saberes a tradição histórica, a arte e religiosidade. Encontro de Saberes da UFF (2016) é um projeto interdisciplinar que visa a inclusão dos saberes e práticas tradicionais no âmbito do ensino superior, ministrados por mestres das culturas tradicionais e docentes universitários. As informações foram retiradas do ambiente virtual das instituições acima.

e indígenas no ambiente escolar, observando determinadas representações, permanências e memórias que perpassam o tempo e ressignificam a história dessas populações, gerando a expectativa de reconstrução de novas formas de abordagens da diversidade presente nas relações étnico raciais no universo escolar.

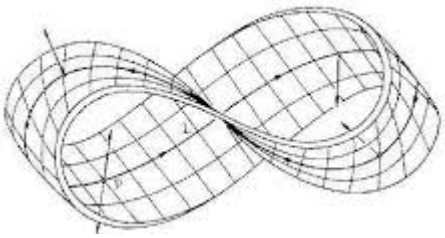
> Para reeducar as relações-étnico raciais no Brasil, é necessário fazer emergir as dores e medos que têm sido gerados. É preciso entender que o sucesso de uns tem o preço da marginalização e da desigualdade impostas a outros. E então decidir que sociedade queremos construir daqui para frente (DIRETRIZES CURRÍCULARES NACIONAIS, 2004).

Além disso, temos a defesa das políticas de ações afirmativas e de reparação social e política, como a Constituição Federal, o Estatuto da Igualdade Racial, a Lei de Cotas, a Lei da Injuria Racial, que a partir do decreto de Lei nº 141/21 passou a considerar a injúria racial como crime de racismo, tornando-a imprescritível, para isso, se faz necessário a mudança da mentalidade escolar para uma posição mais progressista, que ainda é excludente, quando não no papel, se faz presente nos silenciamentos e esquecimentos de suas práticas pedagógicas. A defesa da lei é de suma importância, a despeito da sua aplicação de forma mais ampla, o fato de gerar tensionamento e conflitos, ao se questionar sua existência e vigência, afeta não só a escola, as universidades, mas estimula a manter viva na sociedade a discussão sobre exclusão social e, assim, combater o racismo estrutural através de uma educação antirracista como uma construção coletiva de toda comunidade escolar e da sociedade.

Em um primeiro momento, essa pesquisa também partiu dessa pergunta: porque a Lei 10.639/03 não é aplicada nas escolas? Além da complexidade dessa resposta em perspectiva, ela não daria conta de todas as possibilidades de investigação e como viabilidade de transformação, caso insistíssemos nesse caminho, entraríamos em uma “corrida que nunca teria fim”, seria como se estivéssemos percorrendo uma fita de Moebius[5]: “é o interno e o externo que se confunde na análise da linguagem”,

[5] A faixa de Moebius criada pelo matemático e astrônomo alemão August Ferdinand, em 1858. É uma faixa, espelhada no eixo em que fora "torcida". Ou seja, um espaço não-orientável, identificado, do qual se pode entrar ou sair de um espaço ou superfície, sem "dar a volta". A primeira coisa que notamos na Faixa de Moebius é que ela só tem um lado: podemos ir de um ponto de um "lado" da faixa a qualquer ponto do "outro" lado através de um caminho contínuo sem nunca perfurar a superfície nem passar pela fronteira. Então a faixa de Moebius não tem um lado de "dentro" nem de "fora", somente um. Além disso, ela tem uma única borda. Traçando um paralelo com a questão relativa à aplicação ou não da

Figura 1 - Fita de Moebius



Fonte: AGUSTINI, 1999.

Traçando um paralelo dessa questão com o estudo de Moebius, onde nunca saberíamos se estaríamos respondendo porque a Lei não é aplicada ou se faríamos a defesa da lei nas escolas, ou mesmo se a questão era a aplicação da Lei ou entender a despeito da sua existência, em sua grande maioria as experiências escolares com a Lei são subjacentes e incluídas em um segundo plano nas efemérides do calendário educacional, ou de forma mais objetiva e visceral

> Como explicar que o Brasil, cujo maior, mais veiculado e festejado orgulho identitário é a "mistura racial e a falta de conflitos raciais", tenha de, no século XXI, legislar para que haja inclusão do ensino da história da África, dos afro-brasileiros e de suas culturas nos currículos escolares, e das sociedades indígenas? O que tal fato assinala, analiticamente, no que diz respeito ao lugar brasileiro negro na (re)configuração da sociedade nacional? (KALY,2013 p. 158).

Como observamos na fala do Sociólogo Alain Pascal Kaly, as dúvidas quanto ao contexto em que a Lei 10.639/03 se insere não estão de todas pacificadas quanto aos seus sentidos e objetivos ou mesmo a própria existência. Kaly não questiona a Lei em si, mas apenas aponta a surpresa que haja a necessidade de uma Lei como a supra citada em um País como o Brasil, em tese, e por relação direta ampliaríamos, a

---

Lei 10.639/03 nas escolas, percebo que talvez seja um falso dilema, a Lei existe, e sua aplicação tanto depende de sua existência quanto do seu reconhecimento como parte integrante dos currículos escolares, o que que não podemos fazer é circunscrever a lei diante de uma legitimação das datas comemorativas, mesmo as datas ressignificadas, como é o caso do dia do Índio, 19 de abril ou o 13 de maio, ou 20 de novembro, O Dia da África, O Dia da Consciência Negra, e assim por diante. A Lei está nas escolas, seja pelo seu uso estritamente protocolar, descontextualizada de seu objetivo primeiro, seja pelas poucas experiências mais aprofundadas da Lei dentro do currículo e da agenda escolar, acreditamos que o trabalho inicial da Lei se dará, a partir do questionamento do porquê da necessidade de sua existência, que estabelece o ensino em toda rede pública e privada de ensino da história dos povos originários e negro na História do Brasil, o paradoxo está estabelecido, mas ele não é de fácil resposta e explicação, e a expectativa de uma dissolução está fadada ao fracasso pelas facilidades de andarmos em círculos, ou mesmo de estarmos imersos ao que Moebius imaginou com sua "fita". Nesse momento definimos que a Lei 10.639/03 é um dos nossos objetos de estudo, análise, pesquisa, mas não é o único e mesmo que essa pesquisa se tenha iniciada através da Lei, percebemos que o nosso olhar nos levou a outro ponto mais premente e anterior a Lei: o racismo nas escolas e em suas práticas, a partir de silenciamentos.

sua ***não*** (grifo nosso) existência dentro do ambiente de aprendizado, também deveria ser questionada, já que em qualquer conjuntura histórica “entende ser um desafio desenvolver práticas que objetivem reforçar o comprometimento da educação com valores democráticos” (LIMA, 2022, p. 57), e com a lei 10.639/03 não seria diferente, a luta de poder não se encerra com a sua promulgação, “e a superação do racismo e da desigualdade racial faz parte da luta democrática (GOMES, 2020) e ela segue sendo feita pelos distintos grupos sociais, inclusive dentro das escolas. Portanto, antes mesmo de pensarmos em sua aplicação, essas são dúvidas e questionamentos que procuramos sempre levantar no decorrer da pesquisa.

Apesar dos questionamentos surgidos, é de suma importância compreender e demonstrar que sua promulgação foi efeito de muita luta e resistência, que seu sentido é anterior a sua própria existência, e que, por fim, a aplicação se dará pelo entendimento de toda sociedade que Leis como a 10.639/03 e 11.645/08 são demandas necessárias para pensarmos e praticarmos uma educação democrática inclusiva e antirracista. “Ninguém liberta ninguém, ninguém se liberta sozinho: os homens se libertam em comunhão” (FREIRE, 2019, p. 29).

A relevância dessa pesquisa partiu de preocupações e de problemas vivenciados no ambiente escolar, principalmente em relação à prática docente, onde percebo um impasse na construção da minha representação social e identitária, enquanto sujeito produtor de conhecimento e de transformação social e de direitos, mas também dos estudantes, pautada no que se refere a uma educação inclusiva. Tal representação é constantemente questionada e ignorada, inclusive nos currículos, entendido como lugar de fronteira ao modo pensado por Monteiro (2007), Monteiro e Pena (2011).

Contudo, para promover uma Educação antirracista nas escolas, é preciso aceitar que o racismo existe na sociedade, nas relações sociais e em suas estruturas mais sedimentadas ao longo de séculos, e consequentemente nos espaços escolares. Então, se faz necessário repensar a materialização de escolhas narrativas do passado que se constrói a partir de narrativas como produção de sentido, pois a narrativa histórica é o principal elemento de representar os atos humanos (Freitas, in FERREIRA & OLIVEIRA 2019), e podemos dizer que a partir da narrativa, o homem vem criando extensões de si, a linguagem, as mídias, a comunicação, a educação como opções de representação. Esta escolha se dará através de um novo entendimento de mundo. A sala de aula deve ser entendida como um desses espaços,

como um lugar de excelência para o desenvolvimento de trabalhos que sejam colaborativos, cooperativos em constante diálogos transdisciplinares, que seja multicultural[6],gerando uma outra perspectiva da produção do conhecimento histórico. Temos que refletir acerca da compreensão pela sensibilização, experiência e percepção, esse é o papel da escola para além da apreensão do conteúdo, construindo a ideia da prática que vise uma educação plural, inclusiva e antirracista, tópico que aprofundaremos no decorrer da pesquisa.

Minhas experiências como leitor de HQs remontam aos meus primeiros anos de escola. A primeira lembrança de ler algo sozinho se deu, ainda na primeira série (1977), com uma HQ do *Tom & Jerry*. Justo salientar a importância da escola e da professora que me apresentou a essa mídia, o mérito é dela. Pena não lembrar de seu nome para citá-la de forma correta e justa. Desde então, passei por um caminho quase comum para os leitores dessa mídia: foram as revistas da *Disney*, *Turma da Mônica*, *Turma do Pererê do Ziraldo*, até chegar as narrativas de super-heróis. Hoje as HQs ganham em possibilidades editorial de temas, assuntos, formatos, personagens e narrativas múltiplas e não estão apenas limitadas às aventuras de herói. São profusas em perspectivas de diversas narrativas para o mercado comum de leitores de HQs. Além disso, hoje temos um forte mercado nacional de HQs pensadas, produzidas e destinadas às escolas, com apoio de políticas públicas, como é o caso do PNLD[7] e PNBE, são dessas políticas governamentais alguns títulos que

[6] Pensamos o Multicuturaliasmo a partir de Vera Candau, que discute a ausência da cultura popular nos currículos escolares e a ênfase de uma cultural erudita associada a determinada classe social. Enfatiza o caráter padronizador da escola e resgata a formação histórica do Brasil marcada pela "eliminação física do outro ou por sua escravização, que também é uma forma violenta de negação de sua alteridade" (MOREIRA e CANDAU, 2008, p. 17).

[7] O Programa Nacional do Livro Didático (**PNLD**) é o mais antigo dos programas voltados à distribuição de obras didáticas aos estudantes da rede pública de ensino brasileira e iniciou-se, com outra denominação, em 1937. Ao longo desses 80 anos, o programa **foi** aperfeiçoado e teve diferentes nomes e formas de execução.
O Programa Nacional Biblioteca da Escola (PNBE), desenvolvido desde 1997, tem o objetivo de promover o acesso à cultura e o incentivo à leitura nos alunos e professores por meio da distribuição de acervos de obras de literatura, de pesquisa e de referência. O atendimento é feito de forma alternada: ou são contempladas as escolas de educação infantil, de ensino fundamental (anos iniciais) e de educação de jovens e adultos, ou são atendidas as escolas de ensino fundamental (anos finais) e de ensino médio. Hoje, o programa atende de forma universal e gratuita todas as escolas públicas de educação básica cadastradas no Censo Escolar. A partir de 2017, o programa passou a abranger entre suas ações a aquisição e distribuição dos materiais anteriormente vinculados ao âmbito do Programa Nacional Biblioteca da Escola (PNBE). O atual PNLD literário que substituiu o PNBE, inovou ao permitir que os estudantes e as escolas recebam obras literárias para as ações de incentivo literário e apoio pedagógico, em quantidade e diversidade adequadas ao cotidiano escolar. Entre eles temos a inclusão das HQs nas escolas como política pública, que foi ensaiada na LDB (1996) e nos PCNs (1997).

nos interessaram para a investigação proposta por essa pesquisa. Editoras como *Companhia das Letras*, *Nemo*, *Veneta*, *Autêntica*, *Zarabatana*, entre outras, possuem selos destinados exclusivamente à produção de HQs, e muitos desses títulos são pensados, escritos, produzidos e destinados às escolas, através dos citados planos governamentais.

Em minha prática em sala de aula, as HQs sempre estiveram presentes, inicialmente pensando essa mídia como bem cultural de fácil assimilação e apostando na familiaridade para os estudantes, sempre com a intenção de tentar mobilizar saberes ou mesmo reflexões históricas que se mostravam truncadas ou mesmo pouco atrativas[8] nas aulas e livros didáticos. Seu uso sempre esteve associado à tentativa de criar viabilidade de uma aprendizagem que fugisse ao tradicionalismo da sala de aula e das aulas de História diante do currículo, um saber específico, que está intimamente ligado a referenciais teóricos acadêmicos, e que de alguma maneira privilegiasse os saberes sobre o passado que os estudantes trazem de fora da escola, seja da família, televisão, seriados, música, cinema, internet, vídeo games ou mesmo, e porque não, das HQs, ou seja, é o bom uso da indústria cultural bem fundamentada em uma metodologia da história.

Sempre na esperança em tornar os conteúdos dos currículos, mesmo que impositivos, contextualizados e que considere o saber escolar, mas que mantenha a problematização das HQs como fontes históricas, e não meras auxiliares pedagógicas visuais que ilustrassem algo mais importante dentro das aulas de História. A existência de saberes históricos circulantes entre o professor da educação básica, universo acadêmico, comunidade estudantil, nos compele a ter uma concepção ampliada de educação, para além dos muros acadêmicos, e considerar outras narrativas. É buscar a circularidade como princípio norteador, diálogo entre narrativas variadas, com possíveis ressignificações históricas.

---

[8] Uma das críticas que a educação pública frequentemente sofre é que a de que as aulas são pouco atrativas para os estudantes. É evidente que temos que repensar a ideia de atrativa em uma aula de História, particularmente refuto essa premissa, partindo da concepção que devemos tornar nossas práticas como uma extensão do que os estudantes ou mesmo a sociedade espera que seja uma aula.Usar os referenciais trazidos pelos estudantes é diferente de adequar as aulas às expectativas dos outros.Ao fazer isso, o professor perde sua autonomia e controle do que ensinar ou como trabalhar os conteúdos de forma mais eficiente, e quando fazemos isso com elementos da indústria cultural o perigo se torna ainda maior, sob o risco da aula se tornar o recreio, sem contextualização com os temas históricos. E não é dessa forma que devemos tornar as aulas mais atrativas e muito menos ser dessa forma descontextualizada o uso das HQs nas aulas de História. O objetivo é fazer com que os estudantes sejam engajados na produção e apreensão do conhecimento histórico, que eles se sintam parte desse processo, que é eminentemente histórico.

É evidente que as minhas primeiras tentativas estavam associadas ao diferente, ao novo, ao inusitado e ao ilustrativo, que de alguma forma despertasse o interesse dos estudantes, um erro comum dos professores que se aventuram com o trabalho iconográfico nas salas de aula, onde “o uso de imagens por historiadores não pode e não deve ser limitado à evidência” como apontou (BURKE, 2004, p. 16). A representação imagética por si só não produz sentidos a ser explorada, se não for feita para além do que se apresenta. Essa é uma concepção superficial de quem inicia o trabalho com HQs em sala de aula, e eu não fugi à regra, também parti desse princípio. De certo modo ainda recorro a essas elaborações, principalmente como tentativa inicial de promover nos estudantes um engajamento. No entanto, hoje tenho a compreensão quando uma atividade não sai como o planejado, quando a imprecisão parte da falta de cuidado com a metodologia a ser usada com toda e qualquer imagens, assim como com as HQs, que é nosso ponto focal de interesse.

Como veremos e pretendemos demonstrar, essa mídia[9] tem especificidades importantes para seu uso como suporte pedagógico e fonte histórica e ignorar essas nuances é o caminho para tornar o seu uso apenas ilustrativo, ou como mais um dentre tantos outros recursos pedagógicos provenientes de outras tecnologias e linguagens usados em sala de aula sem o devido cuidado metodológico e sem um objetivo determinado.

Trabalhar com HQs nas escolas exige do professor uma proficiência com a mídia, de preferência que ele seja um leitor. Não é obrigatório que se torne um “especialista”, mas é necessário que tenha o cuidado de compreender aspectos importantes sobre a linguagem ou, como propõe Thierry Grooensteen (2015), como um sistema onde a análise das HQs vai além da relação entre palavra e imagem. Considerar que as HQs “são essencialmente lugar de um confronto entre o verbal e o icônico é, creio eu, uma contra verdade teórica que conduz a um impasse” (idem, 2015, p. 17). A opção pela imagem como prioritário se dá porque a maior produção de sentido das HQs ocorrerá pelas imagens, mas é importante salientar que esse cuidado vale para qualquer recurso que é levado para a sala de aula com fins pedagógicos (cinema, música, teatro, televisão, internet, jornais, revistas etc.) e com as HQs não é diferente.

[9] Durante o trabalho iremos nos referir as HQs como mídia, suporte pedagógico, linguagem e fonte histórica na forma como elas estiverem sendo tratadas dentro da pesquisa. Essa opção se justifica por nenhum dos termos comportar em possibilidades teóricas e conceituais o termo HQs.

Quando entrei no PROFHISTÓRIA, em 2019, trabalhava com turmas do ensino fundamental, do 6° ao 9° ano, na Rede Estadual de Ensino, o que me garantia um público – teoricamente – mais ávido por novidades e uma disposição maior para o trabalho com as HQs. Como relatado acima, tive algumas experiências iniciais positivas, entretanto por conta da distância (trabalhava em outro município– Paty do Alferes, RJ –, distante da cidade do Rio de Janeiro) tive que pedir transferência para outra unidade escolar, que me permitiria o deslocamento para as aulas no mestrado, só que agora trabalhando exclusivamente com turmas do ensino médio. A inquietação inicial com mudança de público-alvo se justificou, o interesse maior com o trabalho com as HQs se deu com turmas do primeiro ano, algumas do segundo ano e nenhuma do terceiro ano, mas esse diagnóstico inicial não nos fez repensar a máxima de que "as HQs são exclusivas do público infantil". continuamos afirmando que é uma mídia destinada a todos os grupos de idade e séries escolares, como veremos mais afrente com os resultados dos trabalhos realizados nas turmas. Da mesma forma que refutamos não poder utilizar as HQs com todos, ficou mais do que evidente que o trabalho com as turmas do primeiro ano e do ensino fundamental gerou resultados iniciais bastante produtivos, já que esses estudantes nutrem pelas HQs um encantamento maior com as cores, os desenhos, as formas, as imagens, as narrativas, e como uma ferramenta pedagógica pouco usual para uma aula de História.

Mesmo que seja uma falsa condição de que esse material se destine exclusivamente ao público infantil, essa foi a grande dificuldade inicial, surgida em se trabalhar com essa mídia com um grupo mais velho– turmas do ensino médio. Inicialmente eles consideraram o material infantil, demostrando pouco apreço, e reforçando a primeira crítica oriunda do senso comum e do desconhecimento de que as HQs são destinadas apenas ao público infantil – ledo engano. Mesmo que a premissa seja verdadeira, nos dias de hoje, pela amplitude dos títulos, temas e assuntos que acompanham as HQs, elas sempre tem o que oferecer para todos os grupos, independentemente da idade e do seguimento de ensino. É um material adequado, ou que se adequa, às expectativas dos leitores, o que acaba despertando o interesse dos estudantes, já que de maneira direta ou indireta eles já tiveram contato com algumas dessas narrativas fora da escola em diferentes formatos midiáticos, seja pelos personagens retratados ou mesmo pelos temas e/ou assuntos tratados através

do cinema, vídeo game, animes, desenhos animados, mangás ou suas variações, gekiga[10] watakushi.

Diante do apresentado, tínhamos alguns objetivos mais amplos que esperávamos alcançar, dentre os quais seria como demonstrar a riqueza de possibilidades de trabalho com as HQs para fins pedagógicos em salas de aula, e compreender que essa mídia é fonte histórica de grande valia tanto para a pesquisa[11]quanto para o ensino de História, por conter em sua produção elementos de constituição do presente, em consonância com a base historiográfica atual, por tratar de temas sensíveis da História em alguns de seus títulos, como a escravidão, o racismo, a luta indígena por direitos etc., e esses são elementos importante dessa pesquisa. Para tanto, mobilizaremos conceitos importantes aos estudos históricos, como a narrativa, a aprendizagem histórica, história do tempo presente. “[...] a história não é somente o estudo do passado, ela também pode ser, com um menor recuo e métodos particulares, o estudo do presente (CHAUVEAU,1999, p. 15).

E a história pública, por fornecer subsídios para a relação entre a produção formal de conhecimento com o que é produzido a partir de fontes não formais da História/escola que estão sempre associadas a demandas da produção, difusão e circulação do conhecimento histórico a partir da “divulgação histórica” aponta para um movimento que não pode ser ignorado, que é o “recrudescimento do papel da História como uma das bussolas da vida política, social e cultural contemporânea” (MAUAD, RABELO E SANTHIAGO, 2016, p. 11). De maneira geral, toda e qualquer pessoa tem uma noção ou ideia muito particular do que é a História, principalmente nos últimos anos da vida política do país, com outros profissionais escrevendo sobre História ou mesmo a partir dos embates pela criação da profissão de Historiador. Ou seja, se ampliou o interesse pela História e a forma de apreensão dessa definição varia de cada uma, pode ser pela quantidade de anos de vida escolar, mas essencialmente

[10] Termo que procurou separar, através de um estilo um mangá destinado a um público mais adulto, com histórias mais refinadas e existenciais, já Watakushi “quadrinhos do eu” são autobiográficos, com narrativas mais profundas.Essas variações são bem próximas em conceito do termo cunhado Will Eisner (1917-2005), Graphic Novel para diferenciar um quadrinho com temas mais adultos, fugindo da temática super-herói, tratando e criando personagens com destaques para problemas existenciais e mais realistas que tentavam atingir um público mais ávido por narrativas mais complexas e que se afastassem do mundo infantil.

[11] Podemos citar o Prof. Dr. Waldomiro Vergueiro, do Observatório de Histórias em quadrinhos USP, com dezenas de trabalhos sobre a pesquisa em HQs, alguns dos títulos voltados para o mundo acadêmico, como é o caso do livro Pesquisa Acadêmica em Histórias em Quadrinhos (2017), que aponta caminhos para quem quer se iniciar no estudo acadêmico da mídia na universidade.

pelas noções de história veiculadas e produzidas pelas mídias de comunicação de forma geral. É digno de nota citamos algumas escolas de samba[12] atuais, que em alguns enredos pregam que estão contando “A história que a História não conta”, como o samba vencedor da Mangueira de 2019, “História pra ninar gente grande: a Mangueira em verso e prosa” do carnavalesco Leandro Vieira, em que vultos da história tradicional foram substituídos por figuras vindos das camadas populares. Segundo Vieira, a inspiração para o enredo veio do projeto escola sem partido, que pretendia proibir professores de falar sobre política nas salas de aula.

Ele considerou que essa era uma oportunidade para a G.R.E.S Mangueira discutir “a verdade da História”, e por que não é ensinada nas escolas? É o samba com a capacidade de ditar e conduzir novas abordagens para temas, personagens e conteúdos históricos. Também é digno de nota que, no II Congresso do PROFHISTÓRIA, ocorrido no Rio de Janeiro em 2022 na Universidade do Estado do Rio de Janeiro, UERJ, a solenidade de abertura foi uma conferência proferida pelo carnavalesco da mangueira Leandro Vieira, um intelectual público em um evento de História. E, seguindo nessa essa linha de “subversão” de ocupação de lugar de autoridade de fala através da História, nada mais adequado que essa conferência tenha sido aludida no PROFHISTÓRIA, lugar que por excelência tem deslocado o olhar da História acadêmica a partir dos olhares dos professores do ensino fundamental e médio da rede de ensino do País. É a consolidação do que Ilmar de Matos Rohllof (2006) sempre defendeu de que as aulas são os textos dos professores, é sua produção acadêmica na forma mais intensa, e no caso de Leandro e da Mangueira o samba enredo é a sua aula e a apoteose, sua sala é a construção individual e coletiva onde o horizontalidade define o percurso de trabalho sema inferiorização dos estudantes em relação aos professores de História que são historiadores que fazem da História seu oficio na produção de métodos, tanto quanto aqueles que a escrevem, pois problematizam as fontes, dialogam com uma historiografia e analisam o ambiente escolar para compor suas aulas. Estão em uma posição ativa e não mais subalternizada em relação à produção acadêmica institucional e profissional.

[12] Sobre o tema de uso do Samba nas aulas do Ensino de História, temos a dissertação de mestrado de Claudio Manoel Carneiro de Souza. “O samba na escola: narrativas de rupturas e permanências nos sambas-enredo no centenário da abolição”. Defendida no (Mestrado Profissional em Rede Nacional PROFHISTORIA) – Faculdade de Formação de Professores, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, São Gonçalo, 2022.

Com isso, acreditamos que temos o cenário ideal pra colocar em prática essa relação, para que os estudantes possam acessar o conhecimento a partir de sua própria experiência educativa como prática liberadora, a partir de uma didática descentralizadora, sempre repensando a hierarquia de saberes entre professor e estudante e, dessa forma, incentivando uma nova percepção de práticas de ensino do uso de fontes diante da produção de objetos de estudos em ações compartilhadas entre professor e estudante, no nosso caso a produção de HQs e Fanzines[13]

> são publicações de fãs – ou aficionados – por algum tema artístico que se dirigem a outros fãs que tenham o mesmo interesse. São publicações amadoras, sem fins lucrativos, feitas geralmente de forma artesanal, em pequenas tiragens, que visam a liberdade de expressão de seus produtores, a troca de informações com o grupo, o exercício artístico, a crítica e a divulgação da obra de novos autores. (MAGALHÃES, 2020, p.172)

Levando em conta a essência do programa na qual se propõe a construção de uma dimensão pedagógica propositiva, apresentamos como tal a criação de um fanzine chamado *História& HQ* com os resultados obtidos nessa pesquisa, construído a partir das oficinas pedagógicas com as HQs. Parte do material desse processo será disponibilizado em uma publicação impressa no formato de fanzine com um passo a passo teórico das oficinas, tanto no trabalho com as HQs e fanzines. No Brasil, o termo fanzine é genérico para toda produção independente, seja ela feita por fãs ou resultado de produção artística inédita, e essa produção vem crescendo e é, por vezes, uma reação dos artistas e do público ao descaso das editoras, por exemplo, na produção nacional de quadrinhos, com as campanhas de crowndfunding.[14]

---

[13] De forma geral existe um consenso quanto a definição do que seja o fanzine, no qual o termo é um neologismo advindo da junção de duas palavras inglesas: *fanatic* + *magazine* (revista do fã),uma publicação de baixo orçamento, cujo tema é definido exclusivamente pelo interesse do seu criador, surgindo no período do pós II guerra, teve seu auge nos movimentos de contracultura dos anos 1960, inclusive com quadrinistas partindo para esse tipo de publicação como alternativa para publicar seus trabalhos que não eram considerados pelas grandes editoras, por conta dos temas utilizados como sexo, drogas, luta pelos direitos civis e outros temas da contracultura. O fanzines começaram a ser amplamente utilizados pelos jovens estudantes, para divulgação de trabalhos de contestação do sistema social vigente. E na escola é uma ferramenta preciosa para o trabalho com as HQs no ensino de História, essa linguagem que tem sua base teórica nas HQs foi usada como suporte para os trabalhos propostos nessa pesquisa, como alternativa a produção de HQs pelos estudantes, de modo a evitar o tradicional “eu não sei desenhar”, com isso os fanzines foram uma solução viável e muito bem aceita pelos estudantes que entenderam as possibilidades de trabalho da linguagem.

[14] É um financiamento coletivo de obras artísticas das mais variadas de forma independente, principalmente música e revistas, livros, onde toda a relação se dá entre o autor e o público interessado em adquirir determinada obra, em geral essa opção se dá pela incapacidade desse artista ter acesso as editoras ou gravadoras, é uma forma de ampliar o conceito de independência e autoria com o seu

Assim como as HQs, os fanzines também, podem ser usados no ensino de História diante de uma noção de produção de sentidos diante experiência dos outros, no nosso caso dos estudantes nas aulas de História, pois “é importante tornar público o texto do aluno, o resultado final do processo de trabalho” (CAMPOS, 2009, p 67). Aproximando os estudantes da expressão de sua subjetividade através da escrita e da imagem, afinal todos tem sempre algo a dizer.

> Os fanzines são uma mistura de veículo de comunicação e obra literária, possuem um caráter socialmente agregador, já que buscam a troca entre produtores. São também um registro espontâneo da História recente, um recorte que reflete a realidade social contemporânea, uma transmissão de informações e produção de cultura (IDEM, 2009, p 68).

Trabalhar com HQs e fanzines nas salas de aulas é tratar a partir da ideia de interação como forma de experiência social e assim provocar mudanças vivenciadas em determinados contextos para a apreensão da aprendizagem, então devemos encarar a produção como um ato de devolução da palavra ao sujeito, no nosso caso o estudante e o professor, que também está envolvido na aprendizagem com esse trabalho colaborativo com HQs e fanzines, diante de uma produção de sentido a partir dos conteúdos propostos – no nosso caso - temas específicos das relações étnico-raciais. O que pretendemos é que as HQs e os fanzines sejam como estímulos ao uso da criatividade e do trabalho autoral de modo que se privilegie a autonomia dos estudantes, por possuir um fator agregador que parte da simplicidade, mas não como uma forma vazia e inócua, mas sim no sentido de a possibilidade de se produzir o que for de forma ampliada está disponível a todos desde que compreenda que seu papel, visão e voz são essenciais na apreensão do conhecimento histórico a partir de duas linguagens que ao primeiro momento podem parecer estranhas ao universo escolar, mas que na realidade estão a muito presentes na sociedade, sob outras formas.

Quanto à metodologia que insere esse material historicamente, sua periodicidade será bimestral, sempre apresentando o resultado do trabalho desenvolvido a partir da metodologia criada com as HQs em sala de aula. Dessa forma, procuramos demonstrar a importância da formação continuada a partir da prática diária de sala de aula. É a pesquisa que prossegue, que não se encerra com a finalização da dissertação, pois acreditamos que ela não pode ser um fim em si

---

trabalho, sem a necessidade de prestar contas à ninguém. Defendemos que é mais uma ampliação do conceito de fanzine.

mesma, partindo de uma ideia de formação que se pretenda continuada, acreditamos que o primeiro professor que essa pesquisa deva atingir seja o próprio autor. Não faz sentido criar uma proposta pedagógica disponibilizada ao outro, se dela você não faz uso em sua prática, essa seria a maior prova do caráter prescritivo que a dissertação possa ter e deve ser evitado a todo custo. Pois então que seja o início de um trabalho mais amplo, disponibilizado pelas reflexões que essa pesquisa proporcionou, e de outras que porventura surgirão – e vão surgir, mas por enquanto apresentamos os caminhos percorridos nessa pesquisa partir das inquietações e questões ao longo da pesquisa.

Finalizando esse momento, resgato a supra citada aula de teoria da História na graduação (2003),onde tomo conhecimento de que se pode estudar HQs na Universidade, e chego à conclusão de que parte do percurso que me trouxe até aqui é anterior, e se inicia, ou se tornou possível, graças a dois adolescentes americanos, Joe Shuster (1914) & Jerry Siegel (1914), que criaram a HQ do Superman(1938) onde uma criança alienígena que foi enviada à terra porque seu mundo estava para ser destruído, é encontrada por um casal, que a criou como filho e humano - “o resto é História” - e essa narrativa foi responsável por iniciar uma indústria[15] multibilionária de entretenimento e comportamento. Então sim, creio que seja possível ter gente séria estudando Batman (1939) na universidade. Segue o fluxo.

ORGANIZAÇÃO DA DISSERTAÇÃO

Em que pese as possíveis maneiras de interpretação das HQs, e desses seus usos nas escolas, algumas escolhas se fizeram necessárias para a realização da pesquisa. De antemão, a mídia nos permite um amplo campo de análise e investigação, seja a partir da semiologia Moacy Cirne (1975) mensagens, Umberto Eco (2004) arte sequencial, recurso pedagógico, Paulo Ramos (2012), arte sequencial, WillEisner (2013) HQs como um sistema, Thierry Groensteen (2015) narrativa das HQs, Barbieri, (2017) linguagem, Barbara Postema (2018) e a relação entre História e HQs Callari& Rodrigues (2019), que é a abordagem que que nos

[15] O livro *Heróis do Amanhã, geeks, gângsteres e o nascimento dos gibis* (2006) de Gerard Jones, retrata como o submundo do crime se apoderou da incipiente indústria dos quadrinhos nos Estados Unidos dos anos 1930, da lei seca, de mafiosos explorando jovens artistas que queriam ver seus personagens publicados e com isso realizando péssimos negócios, como por exemplo a venda dos direitos do Super Homem por apenas 100 dólares.

interessa. A pesquisa dialoga com o campo do ensino de História e a aprendizagem escolar, História pública, História do tempo presente e narrativa histórica

Ou seja, o estudo das HQs é amplo em possibilidades metodológicas, algumas delas já superadas, dentro da própria linguagem, seja pelo tipo de abordagem feita acerca das análises da mídia, mas principalmente porque as HQs são um campo em franca expansão teórica, novas abordagens surgem à medida em que a mídia se desenvolve. Para o nosso trabalho, como já dito, não trabalharemos na tentativa de definir o que são as HQs, por não ser importante para o trabalho nas oficinas, apenas trataremos de concepções mais amplas que garantam o mínimo de conhecimento dos estudantes diante das HQs.

Pensando na ideia de autoria, de produção autoral para os professores e estudantes, partiremos do conceito de universo ficcional defendido pelo pesquisador Edgar Franco, onde “todo artista, independente da mídia, suporte, gênero ou forma de arte que adote, estará sempre criando um universo à parte” (FRANCO, 2013, p. 782). Mesmo que os temas sejam predeterminados pelo currículo, ainda assim podemos pensar em autoria da parte dos estudantes, suas percepções e reflexões são únicas, mesmo que inicialmente partam do mesmo ponto. O Ensino de História relacionado com os temas ligados às relações étnico raciais, nada disso impede o processo criativo que é individual e deve ser incentivado, a produção autoral é essencial para a produção artística de toas as formas, inclusive nas que se destinam na educação.

Não é nossa intenção a criação de mais um manual, que se proponha a prescrever o que outros professores deveriam ensinar com as HQs. Assumimos que, em certa medida, estejamos fazendo uma mediação a partir da minha experiência na construção de um recurso pedagógico para que outros possam iniciar ou mesmo ampliar seus instrumentos de trabalho com as HQs e o ensino de História. Recursos esses que antes de qualquer coisa se inserem como o grande legado para minha formação e prática, a criação desse fanzine mensal com o material produzido em minhas aulas com as HQs daqui por diante, parte do princípio de autonomia do professor, não é um material que vise ensinar como trabalhar as HQs em sala de aula, mas sim um modelo de trabalho aberto a possibilidades de acordo com a necessidade e escolhas de cada professor, desde que se compreenda que a mídia em questão é detentora de uma especificidade metodológica como toda e qualquer fonte para a pesquisa histórica. Então obedecendo esse caminho elementar, os resultados

pedagógicos serão os melhores, mantendo também a disposição de trabalho em que os estudantes também sejam protagonistas no processo. Com isso, as aulas/oficinas vão se insurgir em potências, repletas de recursos poderosos, se configurando em mais uma forma de trabalho, que deve ser buscada e incentivada. Portanto, a emancipação pedagógica dos estudantes é de suma importância na construção desse trabalho colaborativo com o professor, outras disciplinas e a escola na elaboração das atividades, e produção das HQs e fanzines nas aulas/oficinas. Por fim, como já dito, o material desse processo será disponibilizado em uma publicação impressa no formato de HQ/fanzine com um o passo a passo metodológico das oficinas, tanto no trabalho com as HQs e fanzines quanto a metodologia que insere esse material historicamente.

No primeiro capítulo: ESQUADRINHAR EM QUADRINHOS, apresentamos um panorama sobre as HQs, algumas teorias sobre sua origem ou mesmo a definição do que sejam, entretanto sem um aprofundamento dessas hipóteses, e sem a defesa de algumas delas justamente por não ser uma questão fechada e que na prática pouco efeito surtiria para o trabalho em sala de aula. Apontamos apenas que as HQs estão situadas no seu tempo, sua constituição está atrelada a uma historicidade própria, portanto refutamos algumas opções metodológicas que indicam as HQs dissociadas de um contexto histórico único. Como exemplo, podemos citar o caso dos hieroglifos do Egito Antigo, onde é comum que alguns estudiosos da linguagem insistam em atribuir a forma de escrita antiga como se ali estivessem aspectos que possibilitem a definição de HQs, o que ao nosso ver é um dos grandes perigos de tratar a linguagem sem um apuro histórico e acima de tudo desconsiderando as especificidades históricas daquele povo, reduzindo sua forma de contar ou registrar sua própria história a partir de uma linguagem que não existia à época. Compreendemos que na sala de aula o uso do anacronismo histórico possa ser bem-vindo, e até necessário, mas não vemos a necessidade de ampliar dessa forma, de modo a ignorar uma civilização inteira para justificarmos o nosso presente. De maneira objetiva pensamos as HQs quando as mesmas formas foram pensadas como tal. Apresentaremos também como a mídia foi pensada a partir do momento em que os estudos sobre elas ganharam força, principalmente nas universidades, e finalizando apresentaremos as possibilidades de trabalho das HQs como fonte de pesquisa para a História. Temos consciência de que temos em mãos um objeto pouco qualificado dentro dos estudos históricos, mas cremos na sua importância e viabilidade como suporte pedagógico e fonte histórica. O capítulo foi subdividido da seguinte maneira:

1.1 O que são HQs? as HQs como bem cultura juvenil

1.2 As HQs nas escolas e no ensino de história, e por que não? E suas possibilidades pedagógicas

1.3 As HQs como fontes para pesquisa histórica e fonte histórica

No segundo capítulo, **A LEI 10.639/03 PARA ALÉM DA FITA DE MOEBIUS** tratamos como as leis 10.630/03 e 11.645/08, demonstrando que elas foram resultado de luta e resistência, que não foram uma concessão governamental, e dentro da pesquisa levantamos questões sobre como lidar com essa legislação que é ampla, que compreende um grande arcabouço jurídico que foi sendo construído de acordo com os momentos históricos dos movimentos negros do Brasil, passando pela Frente Negra Brasileira (1910) e o direito pela educação de crianças Negras, pelo Teatro Experimental do Negro (1940), liderado por Abdias Nascimento, o Movimento Negro Unificado (1978)que reivindicava a inserção da história da África e do negro no Brasil no currículo escolar do País, e já na década de 1980, o movimento negro, intelectuais e pesquisadores da área de educação produziram um longo debate sobre a importância de um currículo que refletisse a diversidade étnico racial, criando as bases para legislação de ações afirmativas, que vai da Constituição Federal de 1998 até a Lei 10.639/03 que implementou as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana e a construção dessa relação no ensino de história. Essa pesquisa partiu da pergunta *porque a Lei não é aplicada nas escolas*, mas com o desenvolvimento do trabalho essa questão ficou em segundo plano, pela compreensão de que essa questão não resolve o problema, mas sim que levanta outras questões, como o simples conhecimento da Lei por todos na escola e a discussão da importância de se ter uma lei que regulamente essa relação. Nessa parte da pesquisa, também sinalizamos o racismo como teoria social que constrói a ideia de racismo estrutural, levantado por intelectuais e pesquisadores como Abdias do Nascimento, Joel Rufino, Florestan Fernandes, Beatriz do Nascimento, Lélia Gonzales, Sueli Carneiro, e mais recentemente Djamila Ribeiro, Silvio Almeida e Adilson Moreira com o *racismo recreativo*, que é a condição mais presente do nas escolas, inclusive direcionado a mim, prática essa percebida no decorrer dessa pesquisa. O segundo capítulo ficou assim.

2.1 As leis e o ordenamento jurídico sobre as Relações Étnico Raciais

2.2 O Racismo como teoria social

2.3 O ensino de história e as Relações étnico Raciais

2.4 A representação Negra nas HQs

2.5 Obras em HQs, para a construção das oficinas

2.6 Quadro ampliado com obras em HQs que podem ser usadas como geradora da temática das relações étnico raciais.

No terceiro capítulo: PERSPECTIVAS DE TRABALHO A PARTIR DAS HQS, ABORDAGENS POSSÍVEIS, definimos como o local para a construção das aulas oficinas com as HQs, nas quais os estudantes produziram o material em HQs e fanzines, a partir da reflexão teórica associada à prática da proposta didático pedagógica, um fanzine chamado *Zine & História*, com os resultados e análises para outros professores/pesquisadores interessados na temática, além da interação professor/estudante nesse diálogo que propõem aprendizagem significativas.

Fizemos a opção de ter a metodologia ao longo da dissertação, ao invés de determinarmos um espaço onde alocaríamos esse referencial teórico. Trabalhamos com conceitos da história pública, do tempo presente aplicados ao ensino de história, por crermos que as HQs se inserem como um elemento de fora do ambiente educacional com possibilidades pedagógicas, muitas vezes sendo levados para as salas de aulas pelos estudantes.

3.1. Aula-oficina, a dimensão prática das HQs nas aulas de História

3.2. O desenvolvimento das aulas-oficinas

3.3. Descrição das oficinas: relato de experiência.

3.4. Relato da estudante A., a experiência de trabalhar com HQs

3.5. Relato do estudante P., a experiência de trabalhar com HQs

3.6. Relato do estudante J., a experiência de trabalhar com HQs

1 ESQUADRINHAR OS QUADRINHOS

1.1 O que são HQs? As HQs como bem cultural juvenil

Pensando sobre a ideia de contar uma história através de imagens alguns estudos, McCloud (2005) procuram situar uma possível gênese das HQs nos primórdios da humanidade. Esses autores–entre outros–apontam que, desde a pré-história, os seres humanos desenhavam nas rochas os acontecimentos de seu dia a dia, como as caças que realizavam. Esses desenhos são chamados de arte rupestre, como os exemplares encontrados nas cavernas de Lascaux na França, assim como em outros lugares do mundo. Na antiguidade, em Roma temos o exemplo de Trajano, Imperador romano que mandou construir uma coluna onde suas batalhas eram contadas em vários desenhos feitos em espiral, no Egito. Os hieróglifos em baixo-relevo contando a vida dos faraós são considerados também como uma forma primitiva de narrativa em quadrinhos. Temos outras representações desde as via-sacra nas Igrejas, às tapeçarias medievais, aos vitrais góticos e livros ilustrados de várias épocas, até a tapeçaria francesa de Bayeux 1066, se inserem como tentativa primitiva de situar a criação dos HQs. No entanto, na literatura há outros autores refutam essa tentativa de recorrer a um passado distante e longínquo para posicionar um artefato cultural como as HQs, desconsiderando por completo a própria historicidade dessas sociedades que não estavam pensando em HQs quando desenhavam nas cavernas ou mesmo criavam os hieróglifos, e mesmo para a compreensão da mídia. Contudo, passaremos ao largo dessa discussão, pois consideramos que não traz nenhuma alteração substancial para o trabalho com as HQs, seja em qual perspectiva for. No nosso caso, histórico e pedagógico. Portanto, não nos importa uma possível origem das HQs.

Utilizaremos como marco a noção de que pensar em HQs é pensar em jornais, o primeiro veículo que abriu espaço para a linguagem que surgia com enorme potencial, o que nos remete aos anos 1900, nos Estados Unidos, a partir dos desenhos de Richard F. Outcault, mais precisamente com o personagem *The Yellow*

Kid[16], que em suas histórias atuava como um transmissor de mensagens sobre algo que estava na ordem do dia, de questões do cotidiano e até de questões políticas. Segundo Moya, “Por influência das charges políticas, seu camisolão tornou-se panfletário, portando frases e críticas do momento, eram mensagens irreverentes, ligando com outro painel desenhado, sem balões”. (MOYA, 1993, p.18), esse tipo de quadrinhos se notabilizou entre dois grandes magnatas da imprensa americana, Willian Randolph Hearst e Joseph Pulitzer, a partir da briga pelos leitores de seus respectivos jornais, *The New York World* e *The New York Journal* responsáveis pelo que ficou conhecido como *Imprensa Amarela*, por conta do conteúdo sensacionalista de suas matérias. É correto afirmar que Outcault deu forma definitiva e continuada ao fenômeno que outros artistas fizeram no passado, dando início ao nascimento da linguagem dos quadrinhos como conhecemos hoje. Muitos consideram essa a primeira HQs moderna, muito embora outras já existissem, como é o caso do *Nhô-Quim HQs* (1869) desenhada pelo Ítalo-brasileiro Ângelo Agostini, no Jornal *A Vida Fluminense*, do Rio de Janeiro, que é considerada a primeira HQs brasileira.

O sucesso das HQs através dos tempos nos jornais é o reflexo direto da adaptabilidade deles mudanças sociais e da capacidade de transportarem para si todo e qualquer tema. As HQs marcaram a história do século XX e, para chegar à forma que conhecemos, acompanharam toda espécie de evolução, sofreram influências, continuam em desenvolvimento, e forneceram, nas últimas décadas, subsídios para todos os meios de comunicação e linguagens. No Brasil não foi diferente, a expansão das HQs também esteve atrelada aos jornais[17], até que a linguagem mudasse para o

---

[16] Uma das primeiras HQs a ser impressa em cores. O *Yellow Kid* era uma criança dentuça com traços e aparência chinesa, que sempre aparecia com um sorriso e vestindo um pijama amarelo enquanto circulava por uma vila cheia das mais estranhas criaturas, e em seu camisolão sempre tinha uma crítica, uma mensagem sobre algo da sociedade americana. Por conta disso, o amarelo se tornou um símbolo para caracterizar a imprensa sensacionalista, História da história em quadrinhos, Álvaro de Moya, Ed. Brasiliense, 1996, São Paulo, p. 18.

[17] Sobre essa questão, o trabalho do pesquisador Gonçalo Jr. “A guerra dos Gibis, a formação do mercado editorial brasileiro e a censura aos quadrinhos, 1934-1964”, Companhia das Letras, 2004, São Paulo. É fundamental para se entender o contexto político do país, e como os empresários de comunicação usaram as HQs para obtenção de lucro, mas também como forma de combate aos seus adversários e de ataque/defesa do governo brasileiro, dependendo do posicionamento dos donos de jornais, indo de Getúlio Vargas até o Pós golpe de 1964. Então temos figuras como Roberto Marinho (O Globo), José Soares Maciel Filho (A Nação), Carlos Lacerda (Tribuna da Imprensa), Samuel Wainer (Última Hora), de todos esses destacamos Adolfo Aizen (Editora Ebal) que apenas trabalhava com HQs, mas teve que se adequar às críticas que os quadrinhos recebiam, criando uma série em HQs chamada *Série Maravilhosa*, que retratava grandes figuras da república e da História do Brasil, além de Romances Clássicos da Literatura brasileira, em uma tentativa de aplacar as críticas, além de fazer um aceno ao Governo de Getúlio Vargas. Já os outros empresários, a partir de seus jornais disseminaram

formato de revistas, ainda que hoje essa relação jornais/HQs se mantenha com as páginas ou sessões de quadrinhos nos jornais espalhados pelo mundo – agora de forma mais tímida–, pela diminuição das edições físicas dos jornais. Para efeitos práticos e objetivos, a definição do que é, ou do que possam ser as HQs, dentro da pesquisa, ganham um peso menor, não por ser irrelevante, mas porque as HQs são uma mídia em constante transformação, em constante mudança e desenvolvimento, o que por si só inviabilizaria uma definição fechada, que pudesse dar conta de toda multiplicidade de possibilidades da mídia. No entanto, apontaremos alguns caminhos que nos ajudem a uma melhor compreensão.

Mesmo não defendendo uma definição fechada do que seja a mídia, o próprio McCloud delineia algumas pistas a partir das “imagens pictóricas e outras justapostas em sequência deliberada destinadas a transmitir informações e/ou a produzir uma resposta no espectador” (McCLOUD, 2005, p. 9). Apesar dessa amplitude, que pode ser bem geral, ela identifica e solidifica alguns aspectos inerentes à linguagem, inclusive para que tenhamos subsídios metodológicos que confirmem que as mesmas não podem ser analisadas sem especificidades da própria linguagem, aspectos esses que compreendemos essenciais que justifiquem o trabalho pedagógico em sala de aula e mesmo para a definição delas como fonte histórica.

Mesmo que a origem da linguagem das HQs não seja de fácil conclusão, além de não ser importante, podemos aceitar que pelo menos sua base de construção nos localize de forma a compreendê-las como uma mídia centenária, “um sistema de história narrada com imagens em sequência” (CAGNI, 2014, p.31). Cagni procurou entender os quadrinhos sob a ótica de uma “gramática” própria, apontando a centralidade da interação entre imagem e texto escrito como ponto focal de sua análise. Já para Moacy Cirne, outra referência nos estudos sobre HQs no Brasil, inclusive no meio acadêmico, os

> [...] quadrinhos são uma narrativa gráfico-visual, impulsionada por sucessivos cortes [...]. O lugar significante do corte [...] será sempre o lugar de um corte espácio-temporal, a ser preenchido pelo imaginário do leitor (CIRNE, 2000, p. 24).

posições políticas e ideológicas ao mesmo tempo que usavam os quadrinhos para aumentar seus públicos. Importante salientar que muitas vezes os jornais eram comprados pelos pais a partir das escolhas das crianças pelos quadrinhos, se determinado jornal não publicava seu herói preferido, esse perdia em preferência pelo concorrente.

Cirne também fala da sequência nos quadrinhos, de sua interação entre imagem e escrita, e vai além ao apontar os espaços existentes entre os quadrinhos. sarjeta é o espaço entre os quadros de uma HQ, como *símbolo significante* que é preenchido pelo leitor, que dará o significado, a partir de sua própria percepção, demonstrando que o ato de leitura dos quadrinhos não é de uma inocência passiva. Pouco importa de que HQs estejamos falando e muito menos de que leitor seja, criança ou adulto, o uso do espaço entre quadros se dará de qualquer maneira a partir isso da influência que ela exerce na formação do pensamento do leitor, exercendo poder sobre a obra tanto quanto é influenciado por ela, o que nos sugere que se levarmos a mídia a sério, a partir de sua metodologia, para além do entretenimento da diversão pura e simples, as questões pedagógicas que nos são caras para essa pesquisa, e aliando a ideia de criação a partir de Edgar Franco, teremos resultados surpreendentes, pois serão nessas brechas que o trabalho com os estudantes se dará, é no "espacio-continunn" de Cirne, é na sarjeta[18]dos quadrinhos que a construção dos trabalhos com as HQs e fanzines nas oficinas vão ganhar sentido.

Will Eisner, sobre a definição do que são HQs, parte do princípio de que "as histórias em quadrinhos são, essencialmente, um meio visual composto por imagens", (1986, p.5) também via a linguagem como "uma forma de arte e de literatura" e, em seu processo, buscam reconhecimento como um meio legítimo. Se, para alguns teóricos atuais, já foi superada a relação entre HQs e literatura, entendidas como linguagens autônomas e auxiliares, Eisner foi o primeiro a usar o termo *arte sequencial* para a definição das HQs, termo que até hoje é comum como definição das HQs. Thierry Groenstein, em estudos dos anos 1990, propõe as HQs como um sistema, "uma combinação original de uma (ou duas, junto com a escrita) matéria(s) da expressão e de um conjunto de códigos" (2015, p.14), pois os códigos são construídos no interior de uma imagem de forma específica, mas que mantém a ligação da imagem com a opção toda a cadeia narrativa escolhida pelo autor, "onde essas ligações estarão presentes pelo espaço, em co-presença".

[18] Ver Alexandre Linck Vargas (2015) em sua tese de doutorado, intitulada *A invenção dos quadrinhos: teoria e crítica da sarjeta*, onde pesquisou como a crítica analisou os quadrinhos, a partir daquilo que essa mesma crítica descartou para a compreensão do que são as HQs, e para tanto usou a sarjeta como ponto de partida, pensando em uma grande metáfora estética dos próprios quadrinhos. Digno de nota, atualmente é professor do PPGCL - Programa de Pós-Graduação em Ciências da Linguagem, onde leciona a disciplina de Estética, e do curso de Letras (nas áreas de teoria literária e cinematográfica), além de manter um canal de crítica e análise dos quadrinhos no Youtube chamado QNS, quadrinhos na sarjeta.

O desenhista de HQs necessita da percepção de uma narrativa, o que faz do quadrinho uma arte sequencial, com imagens que se ligam a outras imagens, fazendo com que os quadrinhos sejam uma forma de comunicação instantânea e até universal. Com isso, eles estão sujeitos a passos comuns no processo de criação e de produção de qualquer obra, tal como o objetivo, a ideia principal como primeiro impulso a ser relacionado. Depois temos a forma que ele terá, qual será o gênero da obra, a estrutura para definir o que será incluído, o que ficará de fora, como será a composição do quadrinho e, por fim, que competências serão necessárias para a execução da obra, não esquecendo do contexto histórico de sua produção que influencia sobremaneira a obra em questão.

Seguindo essa linha, Edgar Franco defende a unicidade das HQs a partir da "união entre texto e imagem e narrativa visual, formando um conjunto único e uma linguagem sofisticada como possibilidades expressivas ilimitadas"(2008, p.25) as HQs oferecem uma proposta de ampliar a compreensão dos discursos, sem os receber de maneira limitada, pois sua linguagem implica palavras, gestos, entonações, expressões, além de que, principalmente nela, estão inseridas as imagens como formadoras de um texto, não limitando sob forma alguma suas possibilidades e potencialidades. Com isso o processo criativo se torna possível dentro de uma proposta pedagógica que será levada a cabo com os estudantes nas oficinas de produção criativa de HQs e fanzines.

> Na história em quadrinhos, o autor decompõe uma cena em um determinado número de imagens estáticas colocadas em sequência, mas não há um recurso tecnológico que produza a ilusão do movimento. No entanto, o espectador, sabendo desta limitação, aceita-a e tenta reconstituir mentalmente o movimento sugerido pelas imagens disponíveis (GUIMARÃES, 2018, p. 23).

Como podemos observar, a definição do que sejam as HQs passa necessariamente pela relação que se dá na narrativa composta entre imagem e texto, mesmo que seja sequencial ou pela simultaneidade da forma como lemos uma HQs, ou seja, lemos em uma sequência, mas também temos a simultaneidade, mesmo que sigamos uma sequência pré-determinada, de início no instante primeiro, sempre vemos de forma simultânea o todo na página, e então produziremos o sentido da sequência, temos que pensar a leitura das HQs diante dessas articulações e, dentre elas, é a sequencialidade. Nesse sentido, o ponto de tensionamento seria a

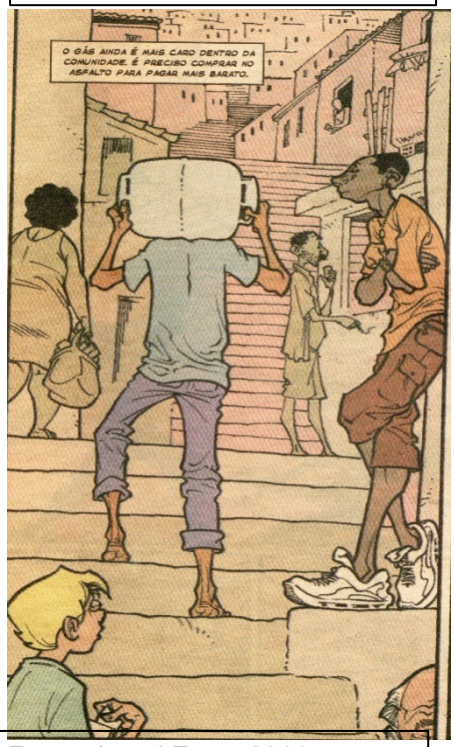
compreensão ou mesmo a função da palavra na mídia. Qual seria sua função e necessidade? Na verdade, “quando surgiram as histórias em quadrinhos não se sabia exatamente qual a função do texto numa mídia tão visual” (DANTON 2015, p.14), haja visto que temos HQs sem textos, e pensar essa relação diante dessa premissa permitiu uma abertura conceitual quanto à definição do que são as HQs. Então podemos analisar as HQs como “um sistema em que o número de elementos ou fragmentos díspares trabalham juntos para criar um todo completo” (POSTEMA,2018, p.15). Elementos que não são completos por si, mas se tornam dentro de uma estrutura narrativa, “são parcialmente pictóricos, parcialmente textuais e, por vezes, um híbrido dos dois” (idem). Nesse sentido, o conforto de tratar a linguagem como algo em constante desenvolvimento nos parece mais apropriado e repleto de possibilidades de trabalho.

Mesmo que essas hipóteses de origem encontrem guarida nos estudos sobre as HQs, de forma geral cremos que essa periodização ou mesmo os exemplos levantados sejam inadequados historicamente por desconsiderar e limitar as próprias visões de mundo das sociedades citadas a uma representação de aparência contemporânea, que procure dar sentido pelo presente desconsiderando especificidades daquelas sociedades.

Cremos que essa tentativa seja um reducionismo histórico próximo do anacronismo[19], “esse conceito pode parecer óbvio para os historiadores e professores de história, mas abstrato para estudantes do ensino básico” (RAMA, 2004, p. 120). Na linguagem das HQs o anacronismo pode ser utilizado em larga escala, não por erro, mas sim como recurso narrativo, mesmo em trabalhos em que o autor preze pelo rigor histórico, temos situações justificadas de uso “anacronismo controlado” pensado por Nicole Loraux (1992).

[19] O anacronismo é uma estratégia presente nas aulas de história da educação básica. É aceitável e até necessário para ver atendidas algumas demandas para uma melhor compreensão de determinados temas por parte dos estudantes. Não o recusamos como possibilidade para a aprendizagem histórica, desde que determinados cuidados estejam presentes, apenas refutamos em pensar as histórias em quadrinhos dentro de um contexto histórico fora de sua origem, e assim apresentá-las como algo que definitivamente não são.

Figura 2 - HQ Jornal Extra



Fonte: Jornal Extra, 2011.

A imagem ao lado é do suplemento em HQs do Jornal Extra/RJ, que retratou a invasão do Alemão em 2010.Eu defendo que essa imagem selecionada pode ser referenciada para tratar de um caso ocorrido no ano de 2013, o desaparecimento do Amarildo na Rocinha. O desaparecido (morto pela Polícia /RJ) tinha como ocupação fazer biscates na comunidade, como levar compras, materiais de construção, eletrodomésticos, botijão de gás, para o alto do morro, nos lugares de difícil acesso, o que lhe garantiu o apelido de “boi”. Aparentemente é um recurso questionável dentro da metodologia histórica, no entanto, ela produz um ato de reconhecimento do assunto tratado na sala de aula. Importante salientar que as temporalidades dos casos e dos personagens são mencionadas de maneira que essa operação não cause confusão quanto às idas e vindas do presente para o passado. Para além desse movimento temporal, podemos pensar na música “mais do mesmo” (1986), do Legião Urbana: “Ei menino branco, o que é que você faz aqui, subindo o morro para tentar se divertir”, onde os elementos do quadro se fazem presentes, em um lugar quase comum e estereotipado no dia a dia de uma favela. O menino branco na base do desenho à procura de diversão, o dinheiro na mão, o rapaz negro parado na subida do morro, esperando, onde o que se destaca é o vistoso par de tênis, símbolo sempre comum de prestígio nesses locais, é um movimento temporal questionável, mas que sempre surte efeito desejado em sala de aula. Seguindo nessa mesma linha, apresentamos outro exemplo para o engajamento dos estudantes a partir da relação das HQs com fatos do cotidiano; abaixo apresentamos mais um exemplo.

Figura 3 - Hq Encruzilhada

Fonte: D'SALETE, 2016.

A página ao lado é da HQs *Encruzilhada* (2016), de Marcelo D'Salete, e tem uma característica marcante dos seus trabalhos, que é a ausência de textos. Sua narrativa é essencialmente imagética, seus quadros são suficientes para a compreensão da narrativa, essa página em questão mostra um homem negro, Janu, chegando em um supermercado (Carrefour, primeiro quadro da página) e sendo interpelado pelos seguranças do mercado que desconfiam que ele é o ladrão de carros que está agindo ali. A narrativa se desenvolve nas páginas seguintes, com o personagem sendo preso nos fundos do mercado, torturado, e desovado fora do mercado, enquanto o real ladrão de carros é branco, rouba o carro do Janu.

Para contextualizar: essa HQ foi usada o caso do João Alberto Silveira, que foi assassinado por seguranças do supermercado Carrefour, no dia 19 novembro de 2020, véspera do Dia da Consciência Negra, no estacionamento do supermercado, tendo como causa mortis asfixia mecânica.

Quando optamos por essa apresentação, ao usar duas HQs para tratar de temas atuais como se as duas obras tivessem feito um exercício de previsão ou mesmo de premonição de algo que ocorreria em um futuro, de antemão sabíamos dos problemas inerentes (eles ocorreram). No entanto, a opção por esse exercício anacrônico se deu para demonstrar, de forma objetiva, que existe uma estrutura de subjetivação social para determinados sujeitos na sociedade brasileira, que pode transcender uma obra de ficção, até mesmo por questões de temporalidade que podem ser manipuladas dentro de objetivos pedagógicos pré-determinados, desde que devidamente contextualizadas, e no final o resultado foi alcançado, apesar das confusões iniciais de posicionamento temporal dos estudantes quando confrontados com os diferentes tempos das HQs e dos personagens a luz do tempo presente. Uma maneira que possa considerar a montagem de tempos, as múltiplas temporalidades que se misturam na configuração de um acontecimento histórico.

Da mesma forma que a leitura ou análise de uma HQs não pode partir da ideia de domesticação da linguagem, de simples apreensão da realidade retratada, ou das

imagens, a partir dos nossos parâmetros, muito pelo contrário, se faz necessário olhar aquela realidade da linguagem, a partir de seus próprios símbolos, suas referências, mesmo que fossem vistas como diversão sem valor, efêmera, com forma e conteúdo pautadas pelo comércio, destinada ao público de massa, entretanto nada disso impede de desconsiderar o contexto de sua produção, nos sentidos que se buscavam ou o que tentavam atingir.

Então, se da mesma forma não podemos dizer que as HQs não sejam cinema, jornal ou mesmo literatura, mesmo que possuam alguns elementos comuns dessas linguagens, defendemos que as HQs se originam ou se explicam como linguagem quando efetivamente se pensou como tal, com a intenção de sua produção, comercialização e retorno do público de modo a não a menosprezar sua essência como mídia, linguagem e fonte histórica, e o que é pior, subalternizar sociedades do passado desconsiderando suas vivências experiencias e sentimentos.

1.2 **As HQs nas escolas e no ensino de História, e por que não?**

Afinal, ensinar história é uma tarefa fácil? Nunca foi, ainda mais se pensarmos que a história escolar serve a “projetos de construção de identidades, fosse da nação, fosse de determinados segmentos sociais” (FERREIRA,2013). Esse tipo de tratamento, destinado a criar discursos unilaterais comprometidos pelos donos do poder, acabam por gerar uma distorção na produção do conhecimento histórico, em que a multiplicidade de visões de determinado fato é ignorada, e a escola em geral ganha na medida que utiliza da diversidade de enfoques, que deveria ser própria do conhecimento. Por isso, também é dever no ensino de história tratar do que se quer esconder, do que se quer evitar, é dever do ensino de história tratar de “temas sensíveis “que sejam capazes de expor feridas, de remexer traumas e assim produzir empatia, a partir da dor e do sofrimento do outro, ou partindo da provocação de Durval Muniz Albuquerque Jr: “que humanos queremos produzir?” (ALBUQUERQUE JR, 2016, p. 40). Acreditamos que o ensino de História possa ser responsável nessa *partilha do sensível*, como pensou Jacques Ranciere (2009), por levar a uma noção de descontinuidade ao criar condições de subjetividade e capacidades de percepção para indivíduos ou grupos subalternizados. Alberti (2012), define como questões

sensíveis na História quando a narrativa envolve injustiças e violências, físicas e/ou simbólicas, ocorridas em relação a determinados indivíduos ou grupo, que de alguma maneira estejam relacionados ao trauma, ou seja, quando processos históricos que partiram da violência física ainda permanecem como uma experiência temporal de passado vivo e que se mantem com definitivas ressonâncias no presente.

Essa opção do ensino de História pelos temas que remetem ao sofrimento e à dor ganham em possibilidade diante das injustiças, que seja real ou mesmo percebida e com isso incluir os estudantes em uma discussão nas aulas a partir do que lhes afeta frente às demandas do presente. Mas, para que isso seja possível, é necessário que o professor tenha a capacidade de mobilizar os estudantes, o que não é fácil, principalmente no nosso objeto de estudo e trabalho que é racismo, por revirar questões que não estão pacificadas, além de trazer à tona questões de identidade e representação individual dos estudantes, que em sua grande maioria não está bem resolvida sua própria percepção como integrante de um grupo. Perguntas simples como: *você é negro ou negra? Qual sua cor?* Não estão apaziguadas demandam muito trabalho.

Em 2015, o tema do *IX Encontro Nacional perspectivas em Ensino de História*, organizado pela Associação Brasileira de Ensino de História (ABEH), foi “Questões Socialmente Vivas e o Ensino de História” no texto de apresentação do encontro, consta algumas definições que selecionamos, segue a apresentação:

> São controversas e vivas socialmente aquelas questões que problematizam as representações sociais e valores estabelecidos; aquelas que são portadoras de dimensões identitárias e que se expressam por meio de conflitos étnico-religiosos, de raça, de gênero, de relações racistas e xenófobas. São aquelas questões que tomam a memória - presente em lugares, práticas, em bens materiais e simbólicos - como um valor disputado entre grupos sociais, entre etnias, povos e em suas relações com o Estado/Nação. São aquelas questões que envolvem interesses predominantemente econômicos e de dominação geopolítica, representando conflitos históricos particulares, regionais e mundiais São questões Socialmente Vivas, portanto, aquelas questões que se apresentam como campo de disputas e de interesses entre o Estado e a sociedade, entre diferentes grupos sociais, em cada presente histórico, ou seja, no presente de diferentes sociedades, cada vez mais em relações de diferentes escalas. As (QSV), em geral, repercutem e se amplificam pelos meios de comunicação televisivos e digitais, atingindo e afetando direta ou indiretamente e em diferentes graus as representações, as ações e sensibilidades dos cidadãos, e, portanto, tocando significativamente atores educativos diversos, em especial professores, crianças, jovens, adultos, famílias, igreja e outros. Pode-se dizer, ainda, que as Questões Socialmente Vivas têm comparecido no que hoje se denomina de História Pública, que é a difusão do conhecimento histórico para amplas audiências/públicos como o cinema, as telenovelas de caráter histórico, os museus, os centros de cultura, a história

> oral e local difundida por meio de recursos das mídias digitais, a televisão, o rádio, os jornais e as revistas. (ABEH, 2015)

Como podemos observar, embora longa, mas necessária, a apresentação da ABEH em relação a questões socialmente vivas (QSV), constata que são abrangentes e dão espaço para a reflexão e o trabalho em sala de aula, a partir das grandes questões que afligem de forma ampliada grupos da sociedade brasileira. Eles estão devidamente articulados e relacionados aos grandes temas que em geral estabelecem controvérsia das mais diversas matizes, tanto nas salas de aulas, quanto na escola a partir de sua organização estrutural de currículo ou mesmo de projetos pedagógicos, seja Pelao missão objetiva ou mesmo pelo silenciamento dissimulado por outras questões, pelo fingimento por não querer tratar dos referidos temas que tratam de sujeitos e grupos marginalizados. Logo, para nossa pesquisa, para tratar desses temas é de suma importância que se faça essa reflexão, principalmente ao tratar do racismo por conta das disputas de memória e dos discursos produzidos sobre essa questão histórica.

E será através das HQs que faremos a operação no tratamento desses temas sensíveis. Consideradas por especialistas como um importante instrumento no tratamento de temáticas transversais e de variados campos do conhecimento, as HQs pode, atender simultaneamente a diversos objetivos de aprendizagem por conter, e sua linguagem, mecanismos próprios e dinâmicos, são uma poderosa forma de expressão, tanto pela acessibilidade das imagens quanto pelos custos reduzidos de produção e vendagem em relação ao livro didático, assim como sua condição de fonte histórica para estudo e investigação. Com isso, definimos as HQs a partir de suas multiplicidades narrativas e pedagógicas. Formular uma proposta para o ensino de História que seja capaz de fomentar ou ao menos problematizar especificamente a autonomia intelectual do estudante em relação a uma construção histórica, que dê conta da Lei 10.639/2003 a partir de sua relação com as histórias em quadrinhos, com vistas para uma Educação Antirracista.

> Então, por que usar as HQs no ensino de História? Pode haver algumas respostas para esta pergunta. A junção de imagens com texto forma um modelo comunicativo de amplo espectro de possibilidades pedagógicas. Consequentemente, a comunicação formada a partir daí se abre para novas interpretações que um texto, ou apenas a figura não necessariamente contribuiria isoladamente. Uma das primeiras repostas possíveis é

> Tornar possível aos alunos, produzir conhecimentos sobre as sociedades e ações humanas do presente e do passado, em diálogo com o conhecimento histórico produzido por historiadores a partir de documentos constituídos como fontes, e com outros diferentes conhecimentos que circulam na sociedade; possibilitar a leitura crítica de textos e imagens, e, também a escrita de suas apropriações-aprendizagens (PEREIRA & MONTEIRO, 2013, p. 8).

Então, é possível usar as histórias em quadrinhos como objeto e fontes para o ensino da disciplina História de modo que a construção das narrativas históricas esteja associada ao exercício da reflexão sobre o conhecimento e da aprendizagem histórica, que por ser uma constante preocupação com a qualidade do aprendizado dos alunos, principalmente na Educação Básica, é também um dos principais incentivadores de vários estudos na área educacional sobre o tema. Como no caso de estudos apresentados por Marcondes (2002), Calazans (2004), Carvalho (2006), e Vergueiro (2009), de alguma forma apontaram direcionamentos para dar conta dessas necessidades, com trabalhos que resultam não somente em inovações de ferramentas, mas também em métodos a partir de estratégias de ensino, a partir de percepções e dados, como a pesquisa *Retratos da Escola* (2006) feita pela Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação, que a partir dos dados obtidos identificou que os

> Alunos que leem gibis têm melhor desempenho escolar do que aqueles que usam apenas o livro didático. A HQ aumenta significativamente a performance do aluno: entre os que acompanham quadrinhos, o percentual das melhores notas nas provas aplicadas foi de 17,1%, contra 9,9% entre os que não leem. Mais ainda, essa pesquisa mostra que professores que leem revistas em quadrinhos obtêm melhor rendimento dos alunos, pois conhecem melhor o universo dos estudantes e se aproximam deles usando exemplos desse universo como paradigma para as aulas [...]. Na rede pública, 36% dos alunos de leitores de gibis têm proficiência média-alta e alta, contra 31,5% dos não leitores. Na rede particular, 50% dos estudantes de educadores que leem gibis têm proficiência alta, contra 45,9% dos que não leem. [...] o que nos mostra a importância de haver tempo livre para apreensão de conhecimento e de vivência de outras fontes para a qualidade da educação. (CARVALHO, 2006, p. 38-39).

Esta é mais uma das motivações para pensar o ensino de história e sua relação com as histórias em quadrinhos através da Lei 10.639/2003. O bombardeio de informações cotidianas em imagens nos mais diferentes veículos torna necessário um material que possa problematizar teoricamente o universo informativo do estudante, tanto fora quanto dentro da escola. Por isso, a escolha de um artefato cultural midiático do porte das HQs. Douglas Kellner defende que vivemos na cultura da mídia, e a

escola não foge à regra, não está imune a essa condição (da qual as HQs fazem parte):

> [...] cultura da mídia" também tem a vantagem de dizer que a nossa é uma cultura da mídia, que a mídia colonizou a cultura, que ela constitui o principal veículo de distribuição e disseminação da cultura, que os meios de comunicação de massa suplantaram os modos anteriores de cultura como o livro ou a palavra falada, que vivemos num mundo no qual a mídia domina o lazer e a cultura. Ela é, portanto, a forma dominante e o lugar da cultura nas sociedades contemporâneas (KELLNER, 2001, p. 54).

Dessa forma as HQs, sua produção e consumo se inserem como instrumentos culturais que são capazes de auxiliar nessa tarefa educacional, já que sua linguagem e narrativa são dotadas de subsídios para o debate conceitual, trazendo para a sala de aula reflexões a partir de seu local de produção, de leitura e consumo, e que de alguma maneira também seja capaz de ocupar espaço na produção de sentido para o ensino de História e cultura afro-brasileira e indígena. As HQs podem e são um caminho viável para o estudante pensar o seu próprio tempo histórico, desenvolver uma reflexão histórica que permita a ampliação do entendimento e da sua relação entre passado e presente.

Uma das primeiras tentativas oficiais de estimular o uso da linguagem das HQs nas salas de aula, a partir de uma legislação, foi com a Lei de Diretrizes Bases da Educação Nacional, promulgada em 20 de dezembro de 1996, no governo Fernando Henrique Cardoso. Em seu texto, já apontava a necessidade da inclusão de outras linguagens artísticas nos ensinos fundamental e médio, apontando um avanço em colocar na ordem do dia um suporte pedagógico estranho ao ambiente escolar, mesmo que de forma genérica o

> Item II do art. 3° da LDB diz que a liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar a cultura, o pensamento, a arte e o saber "é uma das bases do ensino"; item II do 1° art. 36 registra, de forma mais explicita, que, entre as diretrizes para o currículo do ensino médio, está o conhecimento de "formas contemporâneas de linguagem (BRASIL, 1996).

Ou seja, o tom genérico se justifica justamente por não existir ainda um conhecimento mais aprofundado do uso dessas linguagens na escola, com intuito pedagógico. Já nos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) criados em 1997, havia o reforço da necessidade de que a escola garantisse um conjunto de práticas

planejadas com o propósito para os estudantes se apropriarem de maneira crítica e construtiva do seu meio, agora em ambiente escolar. Para tanto:

> Os quadrinhos devem estar inseridos nos conteúdos de temas transversais que tratam de questões sociais (saúde, orientação sexual, cultura, meio ambiente e ética) organizadas em diversas linguagens, as histórias em quadrinhos viabilizam diferentes contextos e produzem informações vinculadas aos temas sociais (PCN, 1997).

O tom genérico se mantém, e ainda não temos uma indicação que apontasse para a História ou Ensino de História como opção de uso das HQs. Mesmo que já existisse toda sorte de obras em HQs de temas e personagens históricos, a mídia ainda era pensada como exclusiva das linguagens, em especial para a língua portuguesa, onde as tiras e HQs da Mafalda, Quino (1962) e Calvin, Bill Watterson (1985) se configuraram como o “terror” dos vestibulandos do país, com as questões que exigiam dos candidatos proficiência na interpretação da língua portuguesa, mas também de narrativas de HQs, e muitos falhavam de forma categórica.

Apesar dessas iniciativas, a constante preocupação com a efetividade do aprendizado dos estudantes, principalmente na Educação Básica, foi também um dos principais incentivadores de estudos na área educacional. Esses trabalhos resultaram não somente em inovações de ferramentas, mas também em métodos e estratégias de ensino, que fogem de um saber pouco contextualizado

> Na prática da sala de aula, a problemática acerca de um objeto de estudo pode ser construída a partir das questões colocadas pelos historiadores ou das que fazem parte das representações dos alunos, de forma que eles construam significados no conteúdo que aprendem. Dessa maneira pode-se conseguir dos educandos uma atitude ativa na construção do saber e na resolução dos problemas de aprendizagem. É preciso que se leve em consideração o fato de que a História suscita questões que ela própria não consegue responder e de que há inúmeras interpretações possíveis dos fatos históricos. Nesse caso, a problematização é um procedimento fundamental para a educação histórica. (SCHIMDT, 2010, p. 54)

E esta é uma das motivações dessa pesquisa, pensar o ensino de história a partir de uma relação com as HQs, através da Lei 10.639/03, pois temos a demanda de sala de aula, com a percepção de que os estudantes podem melhorar a aprendizagem, “termo utilizado, de forma geral para se referir aos processos de transformação do comportamento e capacidades humanas” (LIMA, 2019, p. 24) a

partir da problematização que ampliam suas possibilidades de atuação e produção do grande conjunto de informações midiáticas que recebem, então

> [...] enfatizar que o conhecimento histórico deve ser orientado no sentido de indagar a relação dos sujeitos com os seus objetos de conhecimento, provocando seu posicionamento, questionando as formas de existência humana e promovendo a redefinição de posicionamentos dos sujeitos no mundo em que vivem. A partir disso, é preciso considerar a produção do saber histórico evidencia-se como instrumento de leitura do mundo e não mera disciplina (KNAUSS, 2011, p. 28).

Zilda Anselmo (1975), em estudo sobre histórias em quadrinhos e psicologia, afirma que a "A HQ ocupa lugar de destaque na "escola paralela", informando, instruindo influenciando as crianças e jovens através de um processo" (975, p18) informal e assistemático até certo ponto incontrolável. Por essa razão é um fenômeno que não pode ser ignorado pelos educadores. Liana Gotllieb defende o uso das tiras da Mafalda, de forma que "a nossa sociedade possa recriar a escola, que permita que os alunos interfiram em tudo, transformando o planeta" (1996, p. 16) através das críticas feitas à escola tradicional denunciada pela Mafalda. Beatriz Marcondes, propõem levar para o espaço escolar "um pouco da vivência cotidiana desse aluno com sua cidade, sua casa, a banca de jornal etc., fazendo-o refletir sobre a sociedade" (Marcondes, 2009) a fim de diminuir a distância entre o que faz no espaço escolar e o que se exige socialmente.

Angela Rama sustenta que as imagens não sejam a principal contribuição dos quadrinhos para o ensino, pois "o potencial da linguagem ultrapassa esse aspecto, podendo atender às mais recentes abordagens teóricas e pedagógicas da área" (2004, p. 13). Wellington Srbek defende que a linguagem dos quadrinhos é diversa e variada em suas possibilidades de leitura "pois os quadrinhos são um rico repertório comunicativo, à disposição da escola, em suas indefinidas possibilidades" (2006, p. 24). Ainda na mesma linha, temos outro estudo que aponta para as possibilidades dos quadrinhos que, em seus diferentes gêneros, "oferecem possibilidades diversas de aplicações no universo escolar, em todos os níveis trazendo contribuições à realidade escolar" (RAMOS, 2004, p. 23). Na revisão da literatura constatamos também que a desconfiança de outras áreas do conhecimento escolar com as HQs vem diminuindo, em especial com as disciplinas de exatas e "os quadrinhos têm comprovado sua eficácia como ferramenta de ensino" (NOGUEIRA, 2008, p.8) para quem esteja disposto trabalhar na escola. E, finalmente, fechando esse breve panorama de

estudos e autores que trabalham com a relação de HQs e possibilidades pedagógicas, temos a fala de Waldomiro Vergueiro, pesquisador da USP que diz que:

> A perspectiva representa a lente pela qual pode olhar um aspecto cultural de uma complexa expressão da cultura. Assim, pode-se olhar as histórias em quadrinhos sob o ponto de vista sociológico, psicológico, artístico, econômico, histórico, filosófico; etc. (VERGUEIRO, 2017, p. 88)

Como podemos ver a partir de diversos autores, com diferentes abordagens metodológicas, as HQs são uma linguagem repleta de possibilidades pedagógicas, mas em todos existe a preocupação de como se dará seu uso para fins educacionais. Todos eles apontam que não se pode reduzir a linguagem a seu referente principal que é a imagem, a ilustração, por não ser capaz de dar conta da viabilidade educacional. Por isso é necessário reconhecê-las em conjunto, em toda sua capacidade, como objeto de pesquisa da História e como fonte histórica, já que “a história como disciplina tem um encontro marcado com as fontes visuais” (KNAUSS, 2006, p. 151). Não devemos nos furtar de seus usos, pois nas escolas já não temos mais dúvidas de sua utilidade e pertinência pedagógica.

1.3 **As HQs como fontes para a pesquisa e fonte histórica**

Pensar em fontes históricas é inicialmente refletir sobre documentos históricos, sua constituição, ou mesmo na sua atribuição como tal. Nenhum documento se torna histórico por si na sua feitura e constituição, existe uma atribuição que se dará a partir do sentido que lhe conferem, ou mesmo e principalmente pela intencionalidade que se deseja explicar ou extrair algo de determinada época, fato, período ou contexto histórico, que ele sirva de parâmetro para compreensão histórica, “é importante entendermos, que o conhecimento do passado é condicionado às perguntas que fazemos as fontes” (ALBERTI, 2019).Com isso, podemos dizer que os documentos também são construções de sentidos, a partir de visões feitas pelas gerações futuras. Sob essa ótica, as HQs também são fontes históricas. Talvez soe distante dentro do que se pensa como objetos de– e para – a pesquisa histórica, mas acreditamos que elas possuam fundamentos de caráter metodológicos necessários para que sua condição esteja estabelecida e que obedeça aos requisitos básicos da pesquisa

histórica. Entre eles, podemos situar a produção, o tema tratado, os sentidos que se buscam atingir, a quem se destina, se é uma encomenda institucional, em como se dá a recepção que justifique a produção de uma narrativa histórica em HQs, ou de que forma esses temas são tratados, pois

> A entrada de fontes imagéticas na pesquisa histórica é algo bem recente do ponto de vista da institucionalização da História como campo do saber acadêmico, com procedimentos específicos de pesquisa e metodologias próprias de ensino" (CALLARI & RODRIGUES, 2021, p. 21).

As HQs durante muito tempo estiveram inseridas no campo de investigação mais próximo da comunicação social, mas sempre possuíam aspectos de compreensão para História como objeto de pesquisa, como fonte imagética e histórica. Ou seja, no caso das HQS "os historiadores ainda estão por conhecer essa linguagem, as ações e percepções como problemas históricos" (CALLARI & RODRIGUES, 2021, p. 21) como fonte de produção de saberes e o reconhecimento de visões de mundo. "Nas fontes, as coisas do passado são conservadas para fins de memória, tais como o entendimento humano as detectou e as configurou" (DROYSEN, 2009, p. 47), o que nos faz pensar sobre o que podemos ampliar na própria definição ou redefinição do que venha a ser documento histórico. As HQs possuem uma dinâmica própria em sua constituição, elementos de reconhecimento de determinado evento histórico, possibilitando sua categorização como documento e fonte histórica, já que

> As reflexões, sobre o que vem a ser o documento histórico - mais especificamente os novos documentos como blogs, quadrinhos, sites, entre outros - são necessárias para que, no momento de interpretação dos mesmos, o pesquisador tenha um conjunto de ferramentas que o permita analisar os conteúdos que só aparecem de forma indireta, e qual perspectiva dada pelo leitor (LIMA, 2011, p. 5).

Ler HQs é diferente de assistir tv, ler jornal, jogar vídeo game ou ir ao cinema, "ler imagens, compreender suas ligações, provar as qualidades próprias de um desenho, isto se aprende, ou, deveria se aprender" (GROENSTEEN, 2015, p. 42). Dessa forma, sua utilização em sala de aula também será diferente, temos que pensar como um processo repleto de especificidade próprias da mídia. Ampliando essa questão, Fonseca (2001) cita o Professor Jonathas Serrano que, em 1918, enfatizava "que os alunos aprendessem História também "pelos olhos", o que sugere que os

recursos visuais são bem-vindos para o aprendizado da história. as HQs são um produto cultural voltado ao lazer, à arte e a ficção, e à educação. Essa mídia, com sua narrativa, como qualquer outra, deve ser compreendida – sua produção, difusão e leitura – à luz das condições históricas e das imbricações com a cultura e com a sociedade em que foi concebida, incluindo as mídias que a partir do desenvolvimento tecnológico ganharam espaço na sociedade e nas escolas. Portanto, vemos boas possibilidades para a aprendizagem através da relação entre imagens no ensino de história, e dessa forma podemos incluir as HQs, como veículo e instrumento importante para esse exercício, mas com o devido cuidado.

> O testemunho das imagens necessita ser colocado no “contexto”, ou melhor, em uma série de contextos no plural (cultural, político, material, e assim por diante), incluindo as convenções artísticas para representar [...] em um determinado lugar e tempo, bem como os interesses do artista e do patrocinador original e do cliente, e pretendida função da imagem (BURKE, 2004, p.237).

Com isso, Peter Burke defende que que a análise das imagens deva obedecer a um caminho de análise a outros contextos e testemunhos, de modo que seu sentido seja mais bem elucidado. No campo da História, mais especificamente no âmbito universitário, temos iniciativas de associação tratam das HQs como objeto de pesquisas acadêmicas, citamos a Associação de Pesquisadores em Arte Sequencial (ASPAS), e o Observatório de Histórias em Quadrinhos da Universidade de São Paulo. dentro do Departamento de Comunicação da USP, com diversas temáticas, inclusive no campo da História. Encontramos também pesquisas que apresentam a relação entre o ensino de História e as HQs dentro do PROFHISTÓRIA, como o Prof. Dr. Marcelo Fronza, que a partir da Universidade Federal do Mato Grosso, Cuiabá, produz trabalhos sobre o conhecimento histórico a partir das HQs, relacionando com temas históricos que estão presentes na cultura escolar, além de pesquisas sobre a aprendizagem histórica de estudantes a partir das HQ. Mesmo de forma tímida, consideramos que estamos em ascensão de trabalhos que têm buscado entender como as HQs podem ser mecanismos importantes para o Ensino de História. Entretanto, os casos buscam levar e acomodar o tema dentro das metodologias da História, o que não é um problema, só que pensando as HQs como fontes históricas e mesmo em sua autonomia, não podemos esquecer de levar em consideração as especificidades da mídia. Acreditamos que estamos construindo uma base de análise da linguagem dentro da História, “longe de supor que exista uma metodologia

definitiva para uma análise histórica de quadrinhos" (CALLARI e RODRIGUES, 2021, p. 30), o que defendemos é que há um repertório possível, que vai variar de acordo com a temática estudada, e assim podemos propor um caminho de análise. Dessa forma, estaremos valorizando a fonte, apontamos que esse movimento é indissociável do ensino de História, o desenvolvimento das análises e estudos sobre as HQs como objeto e fonte histórica, devem passar pelas escolas, nas aulas de História, próximas do período em que foram produzidas, da mentalidade vigente do que em relação aos fatos revisitados por sua narrativa, mesmo que contextualizada ou do que efetivamente de sua relação com o passado que ela pretende retratar, divulgar, difundir ou narrar, o que sugere que além dos métodos do História necessitamos de subsídios próprios das HQs.

> Deste modo uma análise histórica com HQs não deveria incorrer no equívoco de verificar se os argumentos apresentados condizem ou não com a historiografia, em um esforço sem sentido de checagem ou de estabelecer hierarquias entre ficção e realidade. Isso seria o mesmo que buscar os chamados "reflexos do real (CALLARI e RODRIGUES, 2021, p. 47)

Apontado uma concepção de História como exame de reflexos de uma realidade passada, em tese as HQs expressam em suas páginas e narrativas modos de representação no tempo, e essas análises muitas vezes são realizadas por historiadores que não reconhecem as HQs como fonte histórica, e/ou por estudiosos de outras áreas que ignoram o método histórico. Poderíamos aqui entrar na discussão sobre a legitimidade de quem tem o direito pela escrita da História e/ou pelo ofício do historiador, entretanto mesmo essas questões não dariam conta da definição de um método específico para a análise das HQs que fosse comum a todos a partir da sua inclusão na qualidade de fonte para a pesquisa histórica.

Procuraremos ampliar essa questão da metodologia possível da mídia no capítulo das aulas/oficinas. Por hora, continuamos na defesa da HQs como objeto e fonte histórica, e essa defesa do uso das HQs nas aulas de História deve superar a ideia de diversão pelo relaxamento, de uma pausa entre algo mais "sério", como se fosse uma espécie de descanso no uso de materiais considerados mais nobres dentro do ambiente escolar, pois assim sua utilização por si só estará comprometida.

Como o ensino de História fomenta uma visão crítica nos estudantes a partir das narrativas históricas expressadas nas HQs, permite desnaturalizar a ideia de tempo, a partir do contato com a existência de outros valores, ideias e costumes,

reelaborando a visão sobre o passado. Pode despertar a experiência da leitura, afetividade, descentramento e a construção do conhecimento histórico, entendendo de que forma os elementos do presente dialogam com o passado e como se dão as mudanças sofridas com o passar do tempo. A partir dessa oscilação entre o presente e o passado, mostrar para o estudante que existem continuidade no presente e no passado, descontinuidade como motivo para a transformação de si a partir da sala de aula em busca de futuros possíveis, operando com sentidos de presença na construção de um espaço que seja de uma dimensão afetiva, de “empatia”, de amizade, coragem, amor e autoconfiança, convidando o estudante a estudar, participar, construir, criar e aprender, ou seja, o ensino de História a partir da sala de aula, antes de ser um local de aprendizagem tem que ser um local de afeto.

Mesmo que o processo de aprendizagem histórico também se dê pelo olhar, como destacado acima, o trabalho com imagens no ensino de História deve ser feito com todo cuidado metodológico que a fonte escolhida necessita, a partir de suas especificidades. A advertência de Burke sobre como o historiador deve lidar com as imagens segue por esse caminho que não deve ser negligenciado. Burke aponta para uma fragilidade de herança positivista, ou seja, uma apresentação imóvel, sem caráter interpretativo ou questionador, já que

> Toda imagem nos oferece algo para pensar, seja ligado ao real, seja ligado ao imaginário; de que as imagens são portadoras de pensamentos porque veiculam pensamentos de quem as produziu e incorporam pensamentos daqueles que as observam [...] configurando-se como um lugar de memória coletiva; e de que as imagens são formas que pensam, dialogam e se comunicam, independentemente de nós” (BAGGIO, 2013, p. 214).

Ou seja, a imagem não é um espelho de seu autor e tão pouco um espelho de quem a contempla, a imagem mostra atributos à revelia de quem a produziu, “imagem, portanto, no espelho, é tudo que o emprega o mesmo processo de representação” (JOLY, 2007,p. 14).Justamente porque essa relação se dará de forma diferente por cada pessoa que tiver contato coma imagem, os significados e intenções se sobrepõem e se acumulam, ou então para recordar é preciso imaginar, é um exercício de memória, a imagem não tem vida própria, não tem sentimentos ou intenções, a esse movimento serão atribuídos novos sentidos, o que confere à imagem possibilidades de trabalho à altura da diversidade da escola e da educação. Na imagem temos a “simplicidade e a complexidade” (DIDI-HUBERMAN,2020)

> Se os historiadores não tiverem de se defender da arqueologia visual que lhes era proposta, isso deve-se simplesmente ao fato de que a própria disciplina histórica reconhece hoje o seu atraso crítico no domínio das imagens, e procuram, tão honestamente quanto possível, ultrapassá-lo (IDEM, 2020, p. 79).

A imagem tem um sentido na história de onde estão, de sua produção, a sua percepção, e o silêncio das imagens é tão eloquente quanto o que é aparente. Nas imagens temos a simplicidade e a complexidade, elas sempre nos mostram mais do que aparentam, elas são ao mesmo tempo, "movimentos irrefreáveis e imprevisíveis, elas migram e sobrevivem na História" (DIDI-HUBERMAN, 2018, p. 161). Através delas podemos ter instantes de verdade, o que significa "exigir do historiador um trabalho de crítica visual, ao qual, creio ele está pouco habituado"(DIDI-HUBERMAN,2020,p.63).Compreendemos com isso e trazemos para o nosso lado, que é o que nos interessa, o trabalho com as HQs como suporte imagético servem a distintas funções, que devemos buscar no trabalho com a mídia, sendo assim, sua análise acadêmica ou mesmo seus usos em sala de aula[20] no ensino de história não devem se restringir a um eventual conteúdo a ser "desvendado" que parte sempre da dimensão de produto de massa da indústria cultural, o que é muito limitador da linguagem.

> Toda a dificuldade, nessa experiência sempre movente do visível e no que ela pode ensinar, consiste em não reduzir sua complexidade, *não enclausurar* o que experimentamos na ordem do sensível, seja diante de um evento que testemunhamos ou diante de um documento visual que, em si mesmo, é testemunha de tal evento. [...] *não imobilizar* as imagens, isto é, não as isolar de sua capacidade de tornar sensível um certo instante, uma certa duração, uma certa memória, um certo desejo (DIDI-HUBERMAN,2018, p. 61).

Como todo e qualquer instrumento pedagógico levado para sala de aula, deverá ter um sentido definido, sob pena de ver essa mídia/linguagem/recurso, suporte pedagógico/fonte histórica reduzido a algo menor. Segundo Luyten (1989), essa forma quadrinizada é amplamente utilizada como forma de trazer à memória popular a valorização do ser humano. A pesquisadora afirma que os temas dessas histórias envolvem situações do dia a dia do povo comum, do porquê dos acontecimentos sociais, políticos e econômicos do país, a partir das especificidades

[20] O que se pretende, é desenvolver uma reflexão sobre as HQs visando mostrar que além de servir como entretenimento, podem ser uma rica fonte de informações além de um importante instrumento no processo de ensino/aprendizagem, tanto em escolas quanto em outras instâncias educativa, por conter em sua linguagem aspectos importantes para o tratamento deconteúdo histórico.

da linguagem, além de buscar nas obras analisadas um “reflexo” das contradições e representações sociais. Sobre essa relação, o pesquisador Nobu Chinen em um trabalho sobre a representação do negro nos quadrinhos brasileiros afirma que

> Numa linguagem como as histórias em quadrinhos, que reúne o elemento gráfico (desenho) e o narrativo, (roteiro e diálogos), a inserção de um personagem implica não apenas uma representação de seu aspecto físico, mas também de sua personalidade, constituída, naturalmente, por características individuais, mas que sofre influência da cultura de seu meio e de sua formação (CHINEN, 2019, p. 18).

O que o pesquisador nos mostra é quase indelével que as características sociais e toda uma subjetividade estejam presentes na constituição e representação desses personagens, mas não apenas nas HQs. Podemos encontrar essas marcas inclusive em materiais pedagógicos como os livros didáticos, o que remontaria a uma estrutura onde determinados sujeitos têm seus papéis muito bem definidos, não cabendo uma mobilidade que lhe garanta outros espaços que não os estabelecidos a partir de uma subjetividade que lhe foi concedida na sociedade brasileira.

Roberto Elísio dos Santos (2002) chama atenção para a importância da percepção de que “folha limpa” é sempre preenchida por traços e palavras que podem conter questionamentos, preconceitos que são reforçados, ou então a transmissão das mais variadas ideias, sentimentos que são veiculados. Para tanto, implica dizer que o professor de História de todos os níveis de ensino tem que saber lidar criticamente com estas fontes, ou mesmo os saberes, linguagem e oralidade manifestadas dentro da própria sala de aula, sejam elas as mais distintas: livro didático, paradidático, assim com jornais, filmes e é claro as HQs.

As HQs proporcionam a expressão de uma subjetividade que dá fôlego à criatividade tanto para os estudantes quanto aos professores no processo educacional, desde que sejam observados determinados cuidados, ou seja, saber lidar com essa diversidade de registros, saber indagá-los e desconstruí-los, saber contextualizá-los e explorá-los para deles retirar subsídios que nos permitam uma abordagem metodológica e pedagógica que leve em conta as especificidades da linguagem.

Parte desse processo de produção simbólica de tais representações sociais chegam às escolas difundidas através dos mais variados recursos pedagógicos. São os meios de comunicação, música, literatura, cinema, televisão, jornal, livros didáticos

e HQs, e devem ser tratados e ressignificados sob uma nova perspectiva pedagógica histórica. Temos que pensar a educação através da compreensão, sensibilização, experiência e percepção de outras linguagens, como as HQs e os fanzines, geralmente pouco comuns no ambiente escolar. Esse é o papel da escola para além da apreensão do conteúdo, pensando a ideia da prática que vise uma educação plural e inclusiva. Segundo Fortuna (2020) os fanzines surgem como possibilidade criativa dentro da sala de aula, para a construção autoral, eles têm sido amplamente utilizados no ensino como estratégia de ensino aprendizagem. A liberdade criativa que essa mídia permite, quando bem aproveitada, pode ser uma excelente ferramenta pedagógica, desde que a escola não estabeleça apenas critérios de seriedade do que deve ser ensinado e apreendido, de forma a conduzir os estudantes por um caminho de desenvolvimento de habilidades pensadas apenas em um sentido utilitário[21]. Além da legitimação de assuntos e temas que normalmente são subalternizados, tanto na sociedade como nas escolas, é colocar em evidência as linguagens populares, “nem sempre percebidas pelos círculos oficiais” (MAGALHÃES, 2005, p,20). Podemos aferir que os fanzines são também um instrumento de captura social, uma mídia na qual a conectividade é significativa, segundo (BRANCO, 2015, p744). O lugar de enunciação é mais amplo que o próprio lugar de onde o fanzine fala, mas também de um lugar onde o se contexto de produção e criação se dá.

De modo geral a criação, as emoções e sentimentos acabam ficando de fora, relegados às horas de recreio e mesmo das poucas aulas de arte, local este como destino naturalizado de trabalho das HQs dentro da escola, o que é um grande erro no uso dessa ferramenta, se pensarmos sobre “a teoria sem a prática vira verbalismo, assim como a prática sem a teoria, vira ativismo quando se une a prática com a teoria tem-se a práxis, a ação criadora modificadora da realidade” (FREIRE, 1998, p. 25). A leitura de HQs facilita outras leituras, “a leitura de mundo antecede a leitura da palavra”, compreender o que está acontecendo a volta do estudante e entender o que acontece no mundo não é fácil, estar envolvido com as realidades que se apresentam no mundo, e a dinâmica de leitura de HQs pode facilitar esse processo que é múltiplo.

[21] Importante mencionar a implementação em 2022, do Novo Ensino Médio (NEM), onde disciplinas específicas deixaram de ser obrigatórias, exemplos: História, Filosofia, Sociologia, Artes. Estarão em um grande bloco, Humanas e Sociais Aplicadas, além da adoção de uma base comum curricular e a escolha dos itinerários formativos por parte do estudante, fazendo escolhas do que estudar, tornando a escola tecnicista e totalmente voltada para o mercado de trabalho e não desenvolvendoas habilidades dos estudantes em sua totalidade.

A leitura da HQs não se restringe apenas às imagens e ao texto, uma página de HQs vai muito além desses dois códigos, é ler a imagem, ler a sequência, ler as onomatopeias, ler as ausências, ler os silêncios, preencher os requadros, dar sentido às sarjetas (espaços entre os quadros), que serão sempre preenchidos pela imaginação do leitor, ler o balão que também é múltiplo, com seus vários significados, de pensamento, de sussurro, de alegria, de raiva etc. ou seja, uma configuração que ajuda no processo de aprendizagem. Essa dinâmica se imerge em possibilidades, e a Arte-educação pode desempenhar um papel fundamental junto aos estudantes. No tratamento das linguagens normalmente alheias ao ambiente escolar, elas podem ser úteis na superação de uma educação tecnicista, de um currículo excessivamente prescritivo em que pese o processo de humanização e da aprendizagem escolar, como atesta e confirma Duarte Jr. (2018). Portanto, a arte-educação permite no trabalho com os estudantes, imaginação e criação

> Ela pretende ser uma maneira mais ampla de se abordar o fenômeno educacional considerando-o não apenas como transmissão simbólica de conhecimentos, mas como um processo formativo do humano. Um processo que envolve a *criação* de um sentido para a vida, e que emerge desde os nossos sentimentos peculiares (DUARTE JR, 2018, p. 72).

Com isso, temos a ampliação da visão de mundo enriquecendo o repertório estético dos estudantes, favorecendo o contato com diversidades culturais para um melhor autoconhecimento, percebendo-se como ser histórico, em conexão com o passado, mas com possibilidades de reformulação do seu futuro, e assim transformar as estruturas da sociedade em que se insere. por meio de uma criticidade que se dá pela relação:

> A partir dos conhecimentos históricos que apreende, o estudante tem oportunidade de estabelecer relações entre distintas temporalidades e experiências, desenvolvendo habilidades de articular e estabelecer conexões entre os acontecimentos históricos e a história vivida no tempo presente (SILVA, 2019, p. 53).

Esses materiais são fontes conhecidas da pesquisa histórica, que reconhecem a validade e produção de diferentes áreas para além da academia. A sala de aula é o local onde esses conhecimentos, linguagens e saberes prévios sobre História ganham sentido. Eles chegam em grande profusão nas escolas, através de professores, estudantes e de toda comunidade escolar, ou mesmo a partir de material pedagógico

proveniente de alguma política pública, ou seja, esse sentido, esse conhecimento histórico vem diluído a partir dessas mídias pulverizadas nos mais variados formatos, prontas para usos e abusos epistemológicos. Entre os cuidados que devemos ter, chamamos atenção para evitar as análises formalistas da linguagem, nas quais se estuda o veículo apenas por um único prisma, sempre partindo da premissa de um produto dotado de um sentido ideológico, que faz com que percamos as nuances da própria produção desse artefato. Quais sentidos se deseja atingir? Quais mensagens estão para além do lucro? Que possibilidades como recurso pedagógico podemos inferir? Que hipóteses se levantou? E por fim, quais aspectos referentes à recepção dos estudantes desse material influenciam em nossa análise?

É sempre importante salientar que trabalhar com as HQs nas escolas é compreender que muito desse material não foi pensado como ferramenta educativa ou pedagógica, e mesmo os que seguiram esse caminho, foram adaptados para chegar às escolas, tendo mais a premissa das exigências governamentais a partir de editais específicos de compra dessas obras – nada muito diferente do processo de aquisição de livros didáticos. Poucas obras têm essa preocupação, e mesmo assim é difícil de encontrar nas HQs destinadas às escolas. O caminho da produção que de alguma maneira estivesse explícito que aspectos e métodos foram usados pelos desenhistas e escritores na feitura da HQs, que foram levantados com vistas à exigência de que seriam usadas como ferramenta pedagógicas é nebuloso. O mais comum são adaptações e, no máximo, o direcionamento na BNCC onde o professor justificaria seu uso nas aulas. É digno de nota que muitas obras em HQs que chegam às escolas com esse objetivo não foram pensadas com essa finalidade, como no caso das obras de Marcelo D'Salete, *Angola Janga* (2017), *Cumbe* (2018) e *Mukanda Tiodora* (2022), e são HQs com pungentes trabalhos historiográficos. Inclusive todos possuem ao final referências bibliográficas, como no mais recente livro *MukandaTiodora*. Mesmo que as citadas HQs não tenham sido pensadas para as escolas, elas possuem subsídios históricos para o trabalho em sala de aula.

O álbum *Mukanda Tiodora*, lançado em dezembro de 2022, é um caso exemplar da excelência que uma HQs pode atingir, além da sofisticação narrativa, aspecto comum nos trabalhos de Marcelo D'Salete. Nessa obra que trata da vida de Tiodora, mulher negra escravizada que através de cartas registrou muito de sua vida e sua luta por sua alforria, D'Salete, atinge um novo patamar na pesquisa histórica para a produção de uma HQs. Seus trabalhos anteriores, *Angola Janga* (2017) e

Cumbe (2018), também contam com um importante pesquisa histórica, inclusive com um referencial teórico no final da HQs, aspecto pouco usual em trabalho de quadrinhos, mas em *Mukanda*, D'Salete atinge um outro patamar, com adição de fontes primárias como reproduções das cartas da personagem, inclusive com a transcrição que podem ser usadas para trabalhos de tradução com os estudantes. A partir das cópias dos originais, temos também fotos de parte população negra da cidade de São Paulo da época retratada, um mapa em desenho dos pontos principais da província de São Paulo em 1877, uma cronologia da luta contra a escravidão iniciada em 1539 até 1888, algumas tabelas que dão conta da população livre e escravizada, e, por fim, um texto de Cristina Wissenbach, historiadora e pesquisadora da USP, que faz a apresentação da personagem. Não queremos com isso defender que apenas as HQs com farta documentação histórica, com um apuro historiográfico, tenham a validade para frequentar as salas de aulas, bibliotecas e bancos escolares, mas, ao mesmo tempo, trabalhos dessa envergadura justificam pensar na possibilidade das HQs como fontes para pesquisa histórica. São trabalhos desse tipo que nos garantem material de qualidade, tanto das narrativas das HQs quanto da legitimação histórica.

Ao mesmo tempo, esses suportes têm a possibilidade de orientar os indivíduos no tempo de maneira a forjar suas próprias identidades utilizando temporalidades que são múltiplas, diante da produção e reflexão sobre história. A visão e o entendimento deste movimento, entretanto, não pode ser feito apenas pelo caminho político-pedagógico, sem considerarmos, sobretudo sua dimensão social e cultural dentro do contexto do espaço escolar, de maneira a pensarmos e combatermos estas estruturas de fora que são (re)construídas historicamente.

Acreditamos que o modelo de aprendizagem deva ir além, que estabeleça também uma relação direta com uma dimensão simbólica de transformação de mundo, e para tanto três aspectos são de suma importância: As experiências dos estudantes, os sentidos que se formam diante dessas experiências e de que forma elas são pensadas na sua construção histórica, "[...] é na aula de história que se torna possível indagar e fazer remexer sentidos atribuídos ao passado e ao presente" (LIMA,2022, p.58) É essa reconstrução que propomos.

Busca-se compreender o veículo a partir de suas especificidades como linguagem e não somente como um produto da indústria cultural. Com isso, temos um melhor entendimento do seu impacto na sociedade e suas relações com a escola,

“partindo dessa percepção, temos que compreender as HQs como um instrumento educacional de potencial abrangente” (MATOS, 2019).

Por conta dessa profusão, elas ganharam um novo *status,* recebendo um pouco mais de atenção, mesmo que tímida, da universidade, professores e comunidade escolar, como manifestação artística reconhecida com características próprias. Sua inclusão em materiais didáticos foi uma questão de tempo, e nos dias de hoje temos políticas públicas[22] estabelecidos como o PNBE o PNLD, para a compra e produção de HQs para as escolas públicas, através de editais específicos. E hoje sua presença está solidificada nesses programas educacionais para a educação. Portanto pensar o aproveitamento da linguagem das HQs para a aprendizagem histórica, assim como fonte histórica e objeto de pesquisa pela universidade se faz premente, as barreiras pedagógicas de outrora, especialmente o preconceito em considerar a linguagem como um entrave para a alfabetização e leitura, por causar preguiça mental nas crianças e adolescentes, já não encontram tanta força – embora não se possa afirmar que tenham sumido.

Nos últimos anos têm-se pautado a presença das HQs na escola, tanto como atividade de leitura (letramento) quanto em práticas usadas em sala de aula. Houve uma gradativa inserção do tema na pesquisa em educação no Brasil, além dos quadrinhos se tornarem política educacional do Estado brasileiro, como já mencionado, mas pelo menos na academia, essa relação ainda encontra resistência pelo tratamento por vezes condescendentes de quem elege como fonte histórica as HQs. Entretanto, mesmo que muito se tenha a dizer sobre suas relações com o ensino, desde seu surgimento no século XIX, é importante considerar que

> Apesar do reconhecimento atual de certa credibilidade cultural, que se nota pela atuação de programas como o citado PNBE, e pela profusão de trabalhos acadêmicos sobre a temática, a história destas relações não pode ser contada em linha reta, tendo a origem das HQs como marco zero e o respaldo institucional como conclusão definitiva (BERTOLINO, 2018, p. 41).

[22] O aumento da oferta das HQs nas livrarias das grandes cidades brasileiras o interesse do MEC pelo segmento, justifica a escolha desse suporte documental, primeiro por sua presença nos PCNs, Parâmetros Curriculares Nacional (1997), e através do PNBE, plano Nacional de Biblioteca Escolar que adquirem exemplares de HQs para as bibliotecas escolares em todo o País, provam que o Brasil tem reconhecido a importância cultural das HQs como fonte pedagógica e histórica. Um bom exemplo sobre essa questão é o PNLD Literário, programa do livro didático e material pedagógico, que entre outros livros, adquire obras que são adaptações em HQs de Clássicos da Literatura nacional e estrangeira.

De um modo geral, os educadores e os envolvidos na produção e difusão de HQs oscilaram diversas vezes na sua visão sobre o potencial pedagógico, ou mesmo a viabilidade como recurso pedagógico para a sala de aula, por conta de sua condição de produto da indústria cultural[23], e sua relação com a escola, ora valorizando e por vezes, as demonizando[24]:

> As resistências de educadores, pais e de bibliotecários em relação às histórias em quadrinhos e aos demais meios de comunicação de massa diminuíram à medida que a sociedade passou a ver todos os meios com outros olhos (VERGUEIRO, 2017, p. 6).

Porém, essa questão não parece ter sensibilizado de modo suficiente a atenção da maior parte de pesquisadores brasileiros, que pouco questionam as dificuldades que essa situação impõe às pesquisas acadêmicas que poderiam vir a lançar mão das HQs como objeto e fonte histórica, aponta Gomes (2018). De outro modo, as barreiras contra elas, sob o ponto de vista de considerá-las como alternativas de leitura e informação, diferentes dos meios tradicionais de ensino como os livros didáticos e para didáticos, não desapareceram de forma automática, a despeito da importância dada pelas políticas governamentais de educação no país. Nesse sentido, pensar a interculturalidade no campo educacional da maneira como discutida por Vera Candau, que propõe:

> Uma educação para o reconhecimento do “outro”, para o diálogo entre os diferentes grupos sociais e culturais. Uma educação para a negociação cultural, que enfrenta os conflitos provocados pela assimetria de poder entre os diferentes grupos socioculturais nas nossas sociedades e é capaz de favorecer a construção de um projeto comum, pelo qual as diferenças sejam dialeticamente integradas. (CANDAU, 2008, p. 52).

---

[23] Lembrando que esse é um fenômeno recente na maioria das livrarias brasileiras, as HQs como produto de massa seriam impensáveis no mercado editorial brasileiro de vinte ou trinta anos atrás, quando as bancas de jornal eram o espaço de consumo e único ponto para a aquisição das revistas em quadrinhos. As livrarias entraram no espaço como local de compra, através de uma mudança da linguagem dos quadrinhos, a partir da sistematização do conceito de *Graphic Novels*, que seriam uma HQ em formato de livro, com histórias mais adultas, geralmente com uma história completa. Ver *A Novela Gráfica*, de Santiago García. (Martins Fontes, 2012).

[24] Em 1944, o Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos (INEP), divulgou um relatório alarmista, no qual dizia que os gibis causavam preguiça mental e atrapalhavam o rendimento escolar. Astrogildo Pereira, nos anos 1960, dizia sobre os quadrinhos, que eles tinham a “tarefa de embrutecimento e de deseducação da nossa juventude, de deformação do nosso caráter, de mistificação da nossa inteligência, de perversão da nossa mentalidade. (CIRNE, 1990. P18). Demonstrando uma crítica muito comum em relação aos quadrinhos, que era justamente o de perverter a capacidade das crianças e, aprender, de ficarem preguiçosas para os temas da escola.

O sentido que se busca com a interculturalidade são as estratégias, propostas didáticas ou metodológicas que visem estimular o diálogo entre as diferentes formações culturais. Já para Catherine Walsh, interculturalidade “é um processo dinâmico e permanente de relação, comunicação e aprendizagem entre culturas em condições de respeito, legitimidade simetria e igualdade” (CANDAU, 2008, p. 10). Em vista disso, devemos pensar na prática do ensino de História como uma ação organizada em torno de um discurso multicultural, pois todos os agentes envolvidos no processo educativo, os professores de História, os historiadores e os estudantes, pensam sobre a relação entre passado e presente de maneiras diferentes, cada um com sua versão do que entende sobre História. É permitir tanto ao professor quanto ao estudante uma reflexão sobre sua historicidade em seu duplo aspecto, primeiro como agentes históricos que são e como produtores de seus próprios conhecimentos, “é a escola concebida como um espaço ecológico de cruzamento de culturas” (GOMES, 2001, p. 17)

Portanto, não nos parece impossível pensar na existência de um conjunto de ferramentas de análise para diferentes textos e ações que envolvam a multiplicidade de formas da construção e apreensão do conhecimento histórico, e que possa dar conta em sala de aula dos textos que circulam socialmente, como jornal, música, cinema, televisão e HQs, entre outros. Surge como um dos sintomas a recusa à experiência do aluno como ser ativo da sociedade em que está inserido, privilegiando apenas o espaço acadêmico, com sua produção tradicional de materiais para o universo escolar. Contudo, como fazer que o estudante produza o seu próprio conhecimento e não apenas uma sistematização ou reprodução de um conteúdo já pronto? Ou seja,

> Levar em consideração o universo da criança ou do adolescente não é abdicar do rigor intelectual ou do valor do conhecimento histórico, mas garantir que a apropriação deste conhecimento ocorra permeada de sentido e significado resultando em sólidas aprendizagens (CAIMI, 2006, p. 24).

bell hooks, parte desse princípio, de fazer da sala de aula um lugar de aprendizado, um lugar que oferece possibilidades radicais de transformação, que é/foi o caminho e pensamento de Paulo Freire. Hook estabeleceu, em alguns textos, elos como o pensador e educador brasileiro, conexões possíveis na insurgência de repensar o ensino de modo contrastante ao que estava posto. Ela constata que um

dos aspectos da crise educacional estadunidense está no desinteresse das partes envolvidas no processo de ensino aprendizagem: “Em geral, os alunos não querem aprender e os professores não querem ensinar”. (hooks, 2020, p. 23). Hook demonstra que, para superar esta dificuldade é preciso uma prática docente realmente interessada, que se coloque no lugar de escuta verdadeiramente afetiva, de interação com o outro. É o afeto como ponto de transformação. Mesmo que seu pensamento se dê a partir de um outro país, de uma outra realidade, podemos pensar em uma transposição – não didática–, mas sim de posicionamento crítico em relação à escola e às salas de aulas. A educação como prática da liberdade é um jeito de mostrar que qualquer um tem a capacidade de aprender, este envolvimento real é o que impulsionará o ensino para sua vocação transformadora, movimento importante para o engajamento dos estudantes em um trabalho prático com as HQs.

Quando excluímos a realidade do aluno, quando desprezamos qualquer experiência vivida, contada, estamos vedando a esse estudante a possibilidade de interrogação sobre sua própria historicidade, sobre uma dimensão histórica de sua realidade, de sua família de sua classe de sua escola e de seus professores, e por conseguinte, de sua história. É importante salientar que muitos dos estudantes que hoje estão em sala de aula são leitores em seu cotidiano, estão dentro de um universo que Douglas Kellner (2009) chama de cultura da mídia, como um terreno de disputa que reproduz em nível cultural os conflitos da sociedade:

> A cultura de mídia também fornece o material com que muitas pessoas constroem o seu senso de classe, de etnia e raça, de nacionalidade, de sexualidade, de “nós” e “eles”, ajuda a modelar a visão prevalecente de mundo e os valores mais profundos: define o que é considerado bom ou mal, positivo negativo, moral ou imoral. (KELLNER, 2021, p.9).

Pouco importa se é a partir de uma adaptação fílmica ou mesmo de um jogo de vídeo game, ou de qualquer outro produto da indústria cultural. Os estudantes leem de maneira específica, talvez não a leitura canônica preconizada e desejada pela escola, portanto:

> [...] O problema não é tanto o de considerar como não leitura estas leituras selvagens que se ligam a objetos escritos de fraca legitimidade cultural, mas é o de se apoiar sobre essas práticas incontroláveis e disseminadas para conduzir esses leitores, pela escola, mas também sem dúvida por múltiplas outras vias, a encontrar outras leituras. É preciso utilizar aquilo que a norma escolar rejeita como um suporte para dar acesso à leitura na sua plenitude,

> isto é, ao encontro de textos densos e mais capazes de transformar a visão do mundo, as maneiras de sentir, e de pensar (CHARTIER, 1998, p. 98).

Apesar da aparente defesa das HQs feita por Chartier, como opção pedagógica, ele comete a um dos clássicos preconceitos, que é tratá-las como meio e não como fim no processo educacional, a partir de objetivos pré-estabelecidos. Ou seja, que as HQs sejam apenas um suporte a se chegar em algo maior, no caso de sua fala seria o cânone escolar, ou a grande literatura. Normalmente associadas à uma narrativa de diversão, as linguagens de mídia são um bom exemplo das possibilidades de uso como ferramenta educacional:

> Trata-se de uma cultura da imagem, que explora a visão e a audição. Os vários meios de comunicação – rádio, cinema, televisão, música e imprensa, como revistas, jornais, histórias em quadrinhos – privilegiam ora os meios visuais, ora os auditivos, ou misturam os dois sentidos, jogando com uma vasta gama de emoções e sentimentos e ideias (KELLNER, 2001, p. 9).

No entanto, a linguagem das HQs, com sua projeção e recepção, não é imediatamente compreendida a partir de seus usos e possibilidades no processo educacional, o que acaba incorrendo em críticas como a de Chartier:

> Aqueles que são considerados não-leitores leem, mas leem coisa diferente daquilo que o cânone escolar define como uma leitura legitima. O problema não é tanto o de considerar como não-leituras outras vias, a encontrar essas leituras (canônicas legitimadas). (CHARTIER, 1998, p. 104).

Contudo, devemos problematizar e refutar esta crítica, pois as HQs a partir de sua linguagem e especificidades narrativas possuem condições de *fim,* – como objetivo a ser alcançado–nesse processo educacional, sem a necessidade de uma legitimação prévia baseada em uma suposta inferioridade em relação aos produtos e práticas educacionais tradicionais da escola. Entretanto, seus usos necessitam de alguns cuidados, para não incorrer em análises formalistas. Portanto, dar às HQs apenas o papel de ilustração de algum discurso e não de fonte histórica, é incorrer em erro com a linguagem das HQs.

A sala de aula deve ser entendida como um desses espaços, um lugar de excelência para o desenvolvimento de trabalhos colaborativos, cooperativos em constante diálogos transdisciplinares, gerando uma outra perspectiva na produção e aprendizagem do conhecimento histórico. Antes de uma justificativa política como opção, o combate ao racismo na sociedade e nas escolas é uma obrigação legal há

muito estabelecida por um conjunto de leis: A Constituição Federal (1988), Estatuto da Criança e do Adolescente ECA (1990), A Lei de Diretrizes e Base, LDB (1996), Plano Nacional de Educação PNE (2001), Estatuto da Igualdade Racial, (2010) Lei de Cotas Raciais (2012) e para nossa temática de investigação, as Leis 10.639/03 e 11645/08.

Partimos para a desconstrução do preconceito étnico-racial e da exclusão das populações indígenas no ambiente escolar, por conta de determinadas representações, memórias que perpassam o tempo e ressignificam a história desses povos, e então, reconstruir novas formas de abordagens da diversidade étnica no universo escolar. Além da defesa das políticas de afirmação. Mas, para isso, se faz necessário a mudança da mentalidade escolar, que ainda é excludente, se não no papel, mas com certeza na sua aplicação. Mais do que a escola, precisamos de uma mudança na sociedade, pois:

> No interior de um país em que até bem pouco tempo a discriminação parecia estar naturalizada, como se as posições desiguais fossem desígnio da natureza e atitudes racistas fossem consideradas minoritárias e excepcionais, todo barulho é lucro (SCHWARCZS, 2016, p. 99).

Portanto, acreditamos que partindo dessa premissa, a Lei 10.639/03 se justifica mais uma vez, como toda e qualquer iniciativa que vise diminuir a distância criada pelo racismo estrutural, seja a Lei de Cotas, seja a Constituição Federal de 1988 ou o Estatuto da Igualdade racial. Elas são responsáveis por criar estratégias pedagógicas que visem diminuir essa distância entre Lei/currículo/sala de aula, e essa pesquisa sugere estratégias para as HQs como agente catalisador dessa relação, tendo em conta que trabalharemos com diferentes dimensões, a partir de concepções históricas sobre o tema, na forma institucional, pela historiografia e pela produção escolar:

> Além disso, os quadrinhos promovem a leitura, a interpretação e a imaginação, aspectos diretamente relacionados às aulas de linguagens, mas fundamentais para as humanidades e, especificamente para a História (LIMA, 2017, p. 168).

Como já dito, toda Lei é uma demanda por uma ausência, mas também é por uma ausência programada e intencional, é o silenciamento institucional em diversas esferas. A lei 10.639/03 foi pensada de acordo com determinados caminhos, teve como importância inicial pautar o debate da educação antirracista e que possibilite a

desconstrução dessas representações racistas a partir da produção do conhecimento, mesmo que alguns queiram negar a existência do racismo na escola e a necessidade desse debate. Mas será que está em sintonia com a produção historiográfica? E a escola como local de chegada dessa lei, através de material didático e da produção acadêmica, como se dá essa relação?

As HQs têm, por sua natureza, a transgressão da lógica da razão escolar, estão situadas à margem dessa modernidade aceita pelo cânone escolar, o que lhe garante possibilidades de trabalho a partir de uma resposta do subalterno perante um discurso que se pretende normativo que desconsidera uma posição de fronteira e periférica da linguagem a partir de um diálogo intercultural. Dentro desse prisma, devemos seguir metodologicamente, ao encarar as HQs e Fanzines como objeto e fonte histórica de fronteira. Peter Burke, em estudo sobre imagem e História, faz esse alerta sobre a imagem:

> Quando utilizam imagens, os historiadores tendem a tratá-las como meras ilustrações, reproduzindo-as nos livros sem comentários. Nos casos em que as imagens são discutidas no texto, essa evidência é frequentemente utilizada para ilustrar conclusões a que o autor já havia chegado por outros meios, em vez de oferecer novas respostas ou suscitar novas questões. (BURKE, 2004, p. 12).

Peter Burke aponta para uma fragilidade de herança positivista, ou seja, uma apresentação imóvel, sem caráter interpretativo ou questionador. Faz o alerta no uso de imagens nas aulas de história, ao inserir esse componente imagético, devemos ter em mente que estaremos ativamos duas capacidades dos estudantes, a visualidade, a leitura da imagem e a reflexão quanto a transmissão da informação que se quer passar, com isso os estudantes deixam de ser meros “receptores para criadores de opinião” de algum discurso

> Toda imagem nos oferece algo para pensar, seja ligado ao real, seja ligado ao imaginário; de que as imagens são portadoras de pensamentos porque veiculam pensamentos de quem as produziu e incorporam pensamentos daqueles que as observam [...] configurando-se como um lugar de memória coletiva; e de que as imagens são formas que pensam, dialogam e se comunicam, independentemente de nós (BAGGIO, 2013, p. 214).

No entanto, a partir da leitura dessas imagens que não sejam formalistas, elas ganham a capacidade de falar, exteriorizar preconceitos e estereótipos, produzem sentido, podem instigar as construções identitárias tão importantes na escola, a partir

da aplicação da Lei 10.639/03. Olhar uma imagem é entender o que se vê, as imagens não são apenas ilustrativas, todas têm um sentido de onde estão, de sua produção, a sua percepção, e o silêncio das imagens é tão eloquente quanto o que é aparente:

> As imagens são tudo, menos borboletas afixadas numa placa de cortiça para a felicidade sábia, porém perversa e mortífera, do entomologista. Elas são ao mesmo tempo movimentos e tempos, irrefreáveis e imprevisíveis. Elas migram e sobrevivem na história (DIDI-HUBERMAN, 2018, p.162).

Mais do que ilustrar uma narrativa, as HQs como suporte imagético servem a importantes funções. Sendo assim, sua análise acadêmica ou mesmo seus usos em sala de aula[25] no ensino de História não devem se restringir a um eventual conteúdo a ser "desvendado" que parte sempre da dimensão de produto de massa da indústria cultural, o que é muito limitador da linguagem

> Toda a dificuldade, nessa experiência sempre movente do visível e no que ela pode ensinar, consiste em não reduzir sua complexidade, *não enclausurar* o que experimentamos na ordem do sensível, seja diante de um evento que testemunhamos ou diante de um documente visual que, em si mesmo, é testemunha de tal evento.[...] *não imobilizar* as imagens, isto é, não as isolar de sua capacidade de tornar sensível um certo instante, uma certa duração, uma certa memória, um certo desejo (DIDI-HUBERMAN,2018,p.162).

As HQs, mesmo inseridas no campo de investigação mais próximo da comunicação social, possuem aspectos de compreensão para todas as áreas do conhecimento escolar. Sonia Luyten, pesquisadora da linguagem das HQ's no Brasil, nos diz:

> Em todas as áreas temos, portanto, a possibilidade de encontrar os quadrinhos. O que importa, porém é de vêm essas histórias e quem as escreve, pois elas são excelente veículo de mensagens ideológica e de crítica social. (LUYTEN, 1993, p.7)

Seguindo a afirmação da pesquisadora Sonia Luyten, apresentamos alguns trabalhos que foram construídos a partir da relação entre as HQs e a disciplina

[25] O que se pretende, é desenvolver uma reflexão sobre as hq's, visando mostrar que além de servir como entretenimento, podem ser uma rica fonte de informações além de um importante instrumento no processo de ensino/aprendizagem, tanto em escolas quanto em outras instancias educacionais. Por conter em sua linguagem aspectos importantes para o tratamento de todo e qualquer conteúdo histórico.

História[26] serve como justificativa e confirmação do interesse e disposição em trabalhar com as HQs no ambiente escolar, com todas as disciplinas escolares. No campo da História, mesmo que ainda de forma tímida, o PROFHISTÓRIA como local de pensamento e reflexões da escola na direção da universidade se insere como possibilidade de ampliação dessa relação, que é o trabalho histórico com as HQs como fonte histórica, suporte pedagógico, para a produção de saberes e reconhecimento de visões de mundo em salas de aula, calcadas em leituras sobre a realidade, possibilitadas através das HQs, e a esse seleto grupo nos inserimos.

[26] Em uma busca no banco de teses do PROFHISTÓRIA, encontramos estes trabalhos sobre a relação entre o ensino de História e as HQs, com abordagens e metodologias históricas variadas, desde 2017 até 2021, temos pelo menos uma dissertação sobre o tema. Mesmo que de maneira geral, são pesquisas que tem como objeto e fonte histórica as HQs, ainda procurem seu espaço dentro da Universidade, os professores do PROFHISTÓRIA a muito que perceberam a importância e as possibilidades pedagógicas dos quadrinhos para o ensino de História e para a pesquisa histórica. E esta pesquisa se junta a tão seleto grupo.

2 A LEI 10.639/03 PARA ALÉM DA SARJETA E DA FITA DE MOEBIUS

Pensando a formulação de uma proposta ou produto pedagógico para o ensino de História que seja capaz de enfrentar as questões apresentadas pela Lei 10.639/03[27], após a sanção da Lei 10.630/03, o Conselho Nacional de Educação aprovou a Resolução I, de 17/03/2004, que instituiu as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana.

> A partir de então, as escolas da educação básica passam a ter um documento legal que discute e aprofunda o teor da Lei 10.639/03, capaz até de orientar a prática pedagógica (GOMES, 2013, p. 68).

A implementação da Lei e suas respectivas diretrizes vieram somar as reivindicações do “movimento negro brasileiro como educador, produtor de saberes emancipatórios e um sistematizador de conhecimentos sobre a questão racial” (GOMES, 2020, p.14) e da sociedade organizada que lutava contra o racismo e por sua superação na sociedade e nas escolas, saberes estes que viraram reivindicações também no âmbito escolar. Por isso a importância da Lei10.639/03, já que havia um entendimento de que a escola como um dos núcleos de formação seria responsável pela construção de novas representações povo negro e sua história e toda sua diversidade, em vista de uma sociedade mais cidadã na luta pelos direitos de todos, e por uma educação que fosse antirracista.

A pesquisa pretende, a partir das Relações Étnico Raciais, referendada pelo Lei 10.639/03, discutir historicamente o papel dos Negros e Indígenas na sociedade brasileira, a partir do uso das HQs como objeto e fonte histórica, problematizada a partir da autonomia intelectual do estudante em relação a sua construção histórica, entretanto

> Uma lei como essa não é de fácil aplicação. Tem sido necessária e ampla formação de professores em, por exemplo, História da África, ou do universo

[27] Para efeito de citação no corpo do trabalho, optamos em uma perspectiva histórica, a referência apenas da Lei 10.639/03, mas levando em conta sempre a modificação feita pela Lei 11.645/08, apenas por uma questão objetiva, e salientando ainda a existência da Lei 12.796/13 que incluiu a “XII – consideração com a diversidade Étnico-Racial” como um dos princípios básicos que devem nortear o Ensino. A própria Constituição Federal trata de algumas categorias, tais como: raça, cor, racismo e quilombola.

> das culturas afro-brasileiras, para que não sejam divulgadas visões essencialistas sobre uma África mítica, ou acerca de uma só cultura e ainda mais exotizada. (SCHAWRCZ, 2012, p. 86).

A obrigatoriedade de inclusão de História e Cultura Afro-brasileira e Africana e Indígena nos currículos da educação básica segue esse movimento de luta e enfrentamento, emancipatório, reivindicativo e afirmativo se inscreve como tentativa de criar um *ethos* que mude o relacionamento da sociedade brasileira com esses povos a partir da educação. Incluir no contexto escolar as contribuições histórico-culturais dos povos de raízes Africanas e dos Povos Indígenas se faz urgente.

> Acreditamos que a implementação da legislação vigente tem o potencial para promover a construção de uma prática docente que questione preconceitos e que seja pautada pelos princípios da pluralidade cultural e do respeito às diferenças. Entretanto, compreendemos que a implementação desse dispositivo legal, com a seriedade e a qualidade necessárias, depende, indubitavelmente, do que professores e alunos, ao fim e ao cabo, têm feito e ainda farão em suas escolas. (PEREIRA, 2014, p. 8)

Como podemos observar, a lei é múltipla também nas análises e abordagens que recebe, não há um consenso que determine um caminho a ser seguido, mas é ponto focal que sua eficácia parte da mudança do foco etnocêntrico, marcadamente de raiz europeia, e ampliar a direção dos currículos escolares para maior diversidade multicultural, racial, social e econômica em uma constante luta a partir da educação antirracista. Sempre importante salientar que Leis não surgem do nada, são frutos de muita luta, muitos diálogos nos grupos interessados, também da falta deles, entre movimentos sociais distintos, ou pela disputa hegemônica que se trava na sociedade. E mesmo que não tenha sido a primeira lei resultado desse processo de luta e resistência, chegamos ao século XXI com a Lei 10.639/2003, assinada pelo então Presidente Luiz Inácio Lula da Silva que alterou a Lei de diretrizes e bases 9.393/96 LDB, e alterada pela Lei 11.645/2008, que incluiu no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena”. Importante salientar para além da importância do Presidente, devemos sempre ressaltar que essa Lei é inicialmente o resultado de anos, décadas de Lutas e resistências dos mais variados setores dos movimentos negros e indígenas, demonstrando a importância de uma sociedade civil ativa na busca e defesa dos seus direitos[28].

[28] Nesse ano de 2022, a Lei de Cotas que completou 10 anos de existência, e havia um temor – legítimo – que pudesse haver um retrocesso por conta de um artigo que foi criado na Lei, ainda em 2016,

As leis também são objetos e fonte para a produção historiográfica acadêmica, que buscou dialogar com esses diferentes grupos, trazendo à tona uma nova perspectiva sobre esses povos, inclusive com consequências para o farto material didático que passa a ser produzido pós promulgação dessas leis, visando atender os dispositivos legais. No caso, as referidas leis trazem consigo o reconhecimento da história social e da efetiva participação de povos indígenas e africanos em seu protagonismo para a História do Brasil. A Lei 10.639/2003 foi uma das grandes conquistas para o reconhecimento social do negro e do indígena, é fruto de um longo esforço de luta desses movimentos sociais ao longo das últimas décadas, criando a necessidade de abordar a temática no ensino, não apenas história –do currículo da educação básica – o que inclui o ensino fundamental, o ensino médio e universidade.

> § 1º O conteúdo programático a que se refere este artigo incluirá diversos aspectos da história e da cultura que caracterizam a formação da população brasileira, a partir desses dois grupos étnicos, tais como o estudo da história da África e dos africanos, a luta dos negros e dos povos indígenas no Brasil, a cultura negra e indígena brasileira e o negro e o índio na formação da sociedade nacional, resgatando as suas contribuições nas áreas social, econômica e política, pertinentes à história do Brasil. (BRASIL, 2008)

No Brasil, as iniciativas para estabelecer uma educação plural e inclusiva perpassam todo o século XX. E um ano após a abolição da escravatura, foi proclamada a República no Brasil, em 1889. O novo sistema político, entretanto, não assegurou uma reparação ou mesmo ganhos materiais ou simbólicos para a população negra. Ao contrário, segundo Andrews (1991), foi marginalizada. Para reverter esse quadro de marginalização, os libertos e seus descendentes instituíram e ampliaram movimentos de mobilização racial negro no Brasil, criando dezenas de grupos, grêmios, clubes ou associações. Dentre alguns exemplos destaca-se na década de 1930, A Frente Negra Brasileira (FNB)[29] fundada em 1931 em São Paulo, que foi considerada a sucessora do Centro Cívico Palmares.

---

dizendo que após dez anos deveria haver uma revisão, sem identificar qual instância seria a responsável para tanto, o temor dos defensores é que essa discussão se desse em meio a um governo reacionário e extremamente refratário as lutas do movimento negro.felizmente a corrida eleitoral impediu que o congresso se debruçasse sobre essa questão, deixando para o próximo ano, 2023, essa discussão.

[29] De acordo com Henrique Cunha Jr., a Frente Negra Brasileira (FNB) “nasce da existência de um sem-número de pequenos clubes e organizações espalhados pelo país, que já haviam formulado um discurso reivindicatório de respeito melhoria da condição de vida da população negra. Também reúne expressões da comunidade negra de pensamento de direita, grupos ligados ao pensamento católico conservador e grupos ligados à maçonaria.”

> Em São Paulo, a agremiação negra mais antiga desse período foi o Clube 28 de Setembro, constituído em 1897. As maiores delas foram o Grupo Dramático e Recreativo Kosmos e o Centro Cívico Palmares, criados em 1908 e 1926, respectivamente (DOMINGUES, 2007, p. 103).

Com “delegações” e grupos homônimos em diversos estados, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Espírito Santo, Pernambuco, Rio Grande do Sul e Bahia, a Frente Negra Brasileira, assumiram rápido um protagonismo até 1937.Um dos compromissos assumidos pela Frente Negra Brasileira[30] foi a luta para que crianças negras tivessem direito à escola e educação que contemplasse a história da África e dos povos negros e combatesse práticas discriminatórias sofridas pelas crianças Negras no ambiente escolar. “União política e social da gente negra nacional, para a afirmação dos direitos históricos e para a reivindicação dos seus direitos materiais e políticos na sociedade brasileira” (DOMINGUES, 2007, p.105). A Frente Negra Brasileira foi cassada em 1937, após se tornar um partido Político. O medo dessa organização por parte da elite brasileira, fez com que a frente fosse atacada e destruída, pois temiam a força que a organização estava ganhando. No período posterior, temos o que ficou conhecido por *Imprensa Negra,* com uma série de publicações que visavam “dar voz “às demandas dessa população, além de ser uma importante referência de luta e resistência política e social.

A partir da instalação da República no Brasil, “Os Movimentos Negros sempre mantiveram uma agenda de lutas bastante atuante, com diferentes graus de liberdade” (DOMINGUES, idem) mesmo que, em determinados períodos, o movimento negro tenha tido um viés fundamentalmente cultural, o que, segundo o autor, não há problema, visto que para ele, o alargamento da conceituação do que é o movimento negro “traz problemas de abordagem historiográfica” (GOMES, 2017). Já na segunda fase desses movimentos, décadas de 1950/70, embora atuante, não apresentava uma projeção nacional como experimentada nos anos anteriores com a Frente Negra Brasileira, os anos 1950/60 foram de recrudescimento, primeiro pelo controle do governo Getúlio Vargas e depois pela ditadura militar instalada em 1964, quando houve uma asfixia maior de todas as lutas políticas e sociais no país.

Já nas décadas de 1970/80, os movimentos ganham em força, com ocaso da ditadura brasileira, que perdia força e seguia com o processo de reabertura e Anistia

---

Disponível em: <http://querepublicaeessa.an.gov.br/temas/186-movimento-negro-no-brasil-resistencias-e-lutas.html>. Acesso em: 06 jun. 2020.

política, é dessa década a criação em 1978 do Movimento Negro Unificado[31]. “Resolvemos juntar nossas forças e lutar por: defesa do povo negro em todos os aspectos políticos, econômicos, sociais e culturais”. Devemos destacar a criação de grupos de mulheres Negras fortemente alicerçados e disseminados em todo o País através de instituições formais, como é o caso do Geledés[32]. Com o intuito de criar uma pauta que buscava a aplicação de políticas de ação afirmativas, tivemos ainda a criação da Fundação Palmares ou a Lei Caó, entretanto, “a questão só entraria de fato na agenda política no governo FHC”. (CHAWARCZ, 2012, p. 83).

Foram dessa década dois eventos simbólicos da luta dos movimentos Negros e dos Povos Indígenas, a *Marcha da Farsa da Abolição*, 11 de maio de 1987, que visava se contrapor às festividades pelo I Centenário da Abolição da Escravidão, e o discurso na Assembleia Nacional Constituinte de Ailton Krenak, pela defesa dos Povos Indígenas, em 4 de setembro de 1987. Na *Marcha da Farsa da Abolição*, diversas lideranças dos movimentos negros se reuniram para a passeata, na Igreja da Candelária, Rio de Janeiro, com o percurso que sairia da igreja e iria até o Monumento de Zumbi dos Palmares na Praça XI. Ao chegar na altura do comando militar do Leste, foram impedidos de prosseguir por cerca de 600 soldados do Exército, com barricadas e fortemente armados, sob a alegação que havia a possibilidade de depredação ao patrimônio público. Essa manifestação como contraponto à história oficial, de uma representação que mais uma vez silenciava o povo negro fez com que

> A Marcha figurou entre os grandes eventos programados pelo Movimento Negro para aquele ano. O poder simbólico do contexto foi muito significativo para o país e para todos os atores envolvidos na redemocratização, após o encerramento do regime militar.” (ABREU, 2014, p. 3).

Em O Protesto Negro no Brasil contemporâneo, Rios (2005) afirma que “Os analistas não deixaram de perceber os impactos do contexto do centenário da

[31] Importante destacar o trabalho de Lélia Gonzales, uma das fundadoras do Movimento Negro Unificado e uma das mais destacadas lideranças do Movimento Negro no Brasil, Mulher, negra, feminista e professora, ajudou a fundar o Coletivo Negro Feminino Nzinga, e participou do conselho consultivo do Departamento Feminino Granes Quilombo, entre suas obras de referência se destacam, “Mulher Negra:Um Retrato” (1981) “Lugar de Negro” (1982) esse com Carlos Hasenbalg e “Festas Populares” (1987).

[32] Geledés Instituto da Mulher Negra fundada em 30 de abril de 1988, por Sueli Carneiro, filosofa, escritora, ativista do movimento negro feminista, é uma organização da sociedade civil que se posiciona em defesa de mulheres e negros por entender que esses dois segmentos sociais padecem de desvantagens e discriminações no acesso às oportunidades sociais em função do racismo e do sexismo vigentes na sociedade brasileira.

abolição para a vida política nacional". Jacob Gorender, em estudo a partir dos diários locais, aponta que "Desde as passeatas de rua, a congressos acadêmicos, os eventos com a data se salientaram pela tônica da negação. "Não houve abolição". A Historiadora Lilia Schwarcz apresentou, que o governo também preparou a "mobilização do estado e instituições, acerca do centenário da Abolição" (SCHWARCZ,1990 apud RIOS, 2012, p. 52), mas, como contrapartidas aos movimentos sociais que denunciavam a "anti celebração" do centenário da abolição da escravatura, José Murilo de Carvalho, acerca do evento e sobre a intervenção do Exército na passeata, disse que, "Mesmo admitindo que houvesse da parte dos manifestantes a intenção do protesto em frente ao Panteão de Caxias, a reação militar, os termos que se deu, não se justifica" (CARVALHO, 2005 apud RIOS, 2012, p. 52). Responsabilizando também as forças do Estado pela confusão criada.

Já o segundo evento, ainda em 1987 no 4 de setembro, Ailton Krenak, representante da União das Nações Indígenas[33], fez a defesa da emenda popular na Assembleia Nacional Constituinte, em que buscava reverter "a conjuntura política anti indígena do Congresso Nacional denunciando a falta de ética no processo da luta de interesses que afetavam os direitos indígenas". Onde naquele período dos trabalhos da constituinte, a então formada bancada ruralista e setores conservadores partiram com força contra os direitos dos povos originários ganhavam em projeção nas discussões da nova carta, e isso precisava ser evitado. Ailton Krenak, como liderança indígena e representante da sociedade civil, recebe o direito de participar de uma audiência pública no congresso nacional para fazer a defesa de suas demandas e rechaçar o ataque orquestrado pelas forças conservadoras. Ao entrar de terno branco e gravata, possivelmente para estar em conformidade com o decoro do protocolo do Congresso Nacional, Krenak, assim, inicia sua fala.

> Eu espero não agredir com a minha manifestação o protocolo desta casa. Mas eu acredito que os senhores não poderão ficar omissos, os senhores não terão como ficar alheios a mais essa agressão movida pelo poder econômico, pela ganância, pela ignorância do que significa ser um povo indígena. Povo indígena tem um jeito de pensar, tem um jeito de viver. Tem condições fundamentais para sua existência e para a manifestação da sua tradição, da sua vida e da sua cultura que não coloca em risco e nunca colocaram a existência sequer dos animais que vivem ao redor das áreas indígenas, quanto mais de outros seres humanos. Eu creio que nenhum dos

[33]Nos anos 70, lideranças indígenas de várias regiões do País, com o apoio do Conselho Indigenista Missionário (CIMI), começaram a promover a realização de Assembleias Indígenas Intertribais para a discussão de seus problemas.http://www.museudoindio.gov.br/educativo/pesquisa-escolar/244-organizacoes-indigenas. Acesso em 13 jun 2020.

> senhores nunca poderia apontar atos, atitudes da gente indígena do Brasil que colocaram em risco seja a vida, seja o patrimônio de qualquer pessoa, de qualquer grupo humano nesse país. E hoje nós somos alvo de uma agressão que pretende atingir na essência a nossa fé, a nossa confiança de que ainda existe dignidade, de que ainda é possível construir uma sociedade que sabe respeitar os mais fracos, que sabe respeitar aqueles que não têm o dinheiro para manter uma campanha incessante de difamação. Que saiba respeitar um povo que sempre viveu à revelia de todas as riquezas. Um povo que habita casas cobertas de palha, que dorme em esteiras no chão, não deve ser identificado de jeito nenhum como um povo que é inimigo dos interesses do Brasil, inimigo dos interesses da nação, e que coloca em risco qualquer desenvolvimento. O povo indígena tem regado com sangue cada hectare dos oito milhões de quilômetros quadrados do Brasil. E os senhores são testemunha disso. Eu agradeço a presidência desta casa, agradeço os senhores e espero não ter agredido com as minhas palavras os sentimentos dos senhores que se encontram nesta casa. (Fala de Ailton Krenak na Assembleia Constituinte de 1987. Fonte: Índio Cidadão, 2014).

À medida que Krenak proferia seu discurso, foi pintando seu rosto com uma tinta preta de Jenipapo usada em diversos rituais Indígenas, uma performance ao mesmo tempo contundente e sensível, foi na delicadeza e beleza dos gestos, e enfim quando cessou suas palavras, seu rosto estava por inteiro pintado de preto, enquanto seu terno, objeto de confirmação de respeito ao protocolo da casa Legislativa, continuava intato e alvo face ao impacto do que ali ele denunciou. Krenak usou o corpo/performance para ratificar o seu discurso

> Da performance à leitura, muda a estrutura do sentido. A primeira não pode ser reduzida ao estatuto de objeto semiótico; sempre alguma coisa dela transborda, recusa-se a funcionar como signo...e, todavia, exige interpretação: elementos marginais, que se relacionam à linguagem e raramente codificados (o gesto, a entonação), ou situacionais, que se referem à tempo, lugar, cenário (ZUMTHOR, 2018, p. 69).

O ato de Ailton Krenak subverte o corpo à sua função e sentido, “Que o corpo seja assim comprometido na percepção plena do poético” (ZUMTHOR, 2018, p. 70) e por fim produziu um efeito visual e sensorial sobre a audiência. Objetivo de Krenak foi atingido com maestria, foi o jogo da dissimulação nos modos de ver nos modos de pensar, para sua performance como forma de protesto e de alerta. Ou é nesse breve instante, quando todas as palavras e todos os movimentos cessam, “aí pode surgir uma imagem, não a imagem fetiche, mas a imagem dilaceramento que deixa entrever um fragmento do real” (DIDI-HUBERMAN, 2020, p. 119). É o uso do corpo, a partir da construção de uma imagem para uma conduta simbólica. Este curto, porém, necessário, contexto de luta e resistência desses grupos étnicos que perduram a décadas, demostrando para a sociedade brasileira a importância da discussão de

suas demandas, que não é apenas por inclusão social, por direitos, por reconhecimento, mais do que isso, é por sobrevivência. Acredito como professor, que a efetiva aplicação da referida Lei, contribua para minimizar os efeitos perversos do racismo que nunca foi velado[34], que há muito se tornou estrutural e tão característico da sociedade brasileira. Ao desconstruir a história destes povos sob um ponto de vista eurocêntrico, então sua aplicação como Lei se mostra tímida em sua face mais pedagógica e pouca efetiva no ambiente escolar. Então como trabalhar uma história com a qual, uma parte do corpo docente desconhece, ou prefere desconhecer? Como vencer preconceitos raciais ainda existentes naqueles que deveriam ser, também, porta-vozes da mudança? Como fazer para incluir os temas de educação étnico raciais nos currículos existentes? Esses são questionamentos suscitados pela reflexão sobre a Lei 10.639/03que estão fadados a não terem respostas objetivas diante da maneira com que ela se apresenta no ambiente escolar, inclusive na formação dos professores e na sociedade. Mas não vemos isso como problema, desde que ela funcione como centelha inicial das discussões sobre o racismo, e não como fim em um processo de séculos. Afinal, pensar ações afirmativas implica necessariamente trabalhar as questões raciais no Brasil, especialmente no pós-abolição.

[34] Sobre essa questão do racismo velado, temos texto publicado no facebook 15 de junho de 2020 pelos professores Abner Sótenos e Daniel Pinha, Universidade da California e Uerj, respectivamente, intitulado “E se George Floyd fosse Brasileiro?”. A muito que nos acostumamos e aceitamos que o racismo esteve posicionado à fronteira da sociedade, envergonhado, em algum subterrâneo da consciência nacional, ouçamos o que dizem os professores: “...Nunca foi tão questionável a afirmação de que por aqui o racismo é velado, silencioso. Aqui se pratica política de morte, posto à prova de maneira contundente contra o corpo negro, acertado pela bala ou pelo joelho de um policial. Depois, atingido pela narrativa que banaliza e justifica sua morte, normaliza a violência, relativiza a brutalidade dos assassinos.” Disponível em: <https://www.facebook.com/permalink.php?story_fbid=148625426787047&id=111431430506447>. Acesso em: 20 jun. 2020.

2.1 **O racismo como teoria social**

Nego drama
Cabelo crespo e a pele escura
A ferida, a chaga, à procura da cura
Racionais MC's, 2002

Segundo Santhiago (2016), uma pequena volta se faz necessária para pensar o pensamento multidisciplinar da História Pública, que seja "capaz de dar conta do diálogo que se faz imprescindível entre historiografia, saber histórico escolar e outros saberes que produzem sentidos no tempo" e com isso assim possamos falar de *Sobrevivendo no Inferno*(1997), que é o quarto álbum de estúdio do grupo brasileiro de rap Racionais Mcs, liderado por Mano Brown, e é considerado o álbum mais importante do rap brasileiro, sempre entrando nas intermináveis listas dos discos importantes da música brasileira (inclusive o Papa Francisco foi presenteado com uma cópia, pelo então prefeito da cidade de São Paulo, Fernando Haddad, quando de sua visita ao País em 2013).

Já em 2020 a Universidade de Campinas, em São Paulo (UNICAMP), incluiu o mesmo disco, *sobrevivendo no Inferno*, como obra obrigatória para o vestibular de 2020, na categoria de poesia. O processo de confecção e produção do disco foi transposto para a literatura por Arthur Dantas Rocha. Além disso, no dia 30 de novembro de 2022, os Racionais Mcs deram uma aula aberta no Instituto de Filosofia e Ciências Humanas (IFCH) da UNICAMP com todos os lugares lotados, ainda com transmissão ao vivo pelo canal do YouTube do IFCH, para quem não conseguiu ingresso ao auditório da Universidade. Alçando o líder do grupo Mano Brown a condição de intelectual público com poder de fala legitimada a partir de sua obra musical que atingiu patamares para além dos rádios discos e shows. Hoje ele frequenta com aceitabilidade lugares de produção de conhecimento formais, "um fenômeno que levou historiadores e outros cientistas sociais cunharem a noção de cultura histórica" por conta de novas narrativas produzidas, não necessariamente pela historiografia, mas por outras instâncias de sociabilidade e de produção de conhecimento, através– principalmente – das mídias digitais. Pensando em novas formas de produção/apreensão histórica, citamos como exemplo o *podcast*, e Mano Brown logo "montou" o seu, fazendo algumas entrevistas de grande relevância como

a que fez com outro Rapper, Emicida[35], que rendeu uma boa conversa sobre a História do Brasil e a conjuntura contemporânea, de desigualdade social, preconceito e racismo, causando uma boa aceitação e, porque não dizer, espanto da audiência pela excelência da forma com que os assuntos foram tratados. Mas para efeito dessa pesquisa, nos interessa outra entrevista, o podcast *Mano a Mano* que teve como convidada da vez a filósofa, escritora, ativista do movimento negro e fundadora do *Geledés*, Sueli Carneiro[36].Transcrevemos um trecho que nos interessa para iniciar as discussões sobre o racismo como uma teoria social, ao passo que também sinalizamos a História pública como metodologia Histórica e, para tanto, a conversa de Mano Brown (MB) e Sueli Carneiro (SC) é um bom ponto de partida.

Como fica evidenciado no trecho selecionado da conversa, o assunto acaba inclinando em torno da violência policial em relação às pessoas negras. Mano Brown, em sua reflexão, hesita sobre o tema, contornando para evitar o que não era possível, fato esse evidenciado, quando ao final de sua fala, ele mesmo pergunta para Sueli, ciente de sua tergiversação.

> [...] MB – Filosofei muito?
> SC –Não, acho que não! você evita uma palavra que ela é essencial na nossa conversa, para explicar a nossa existência, é o racismo, ponto! Não adianta, não tem para onde correr, Brown, não tem o que aliviar... o que organiza essa porra é o racismo; uma ideologia para produzir privilégios de um grupo em detrimento de outro grupo. Privilégio de um grupo que é instituído como superior em detrimento de outro considerado inferior. É isso que organiza a nossa existência nesse país desde sempre. Nós saímos do dia 14 de maio, e eles assinaram uma abolição que significava: “vocês estão livres para morrerem nas sarjetas desse país”. Não tinha um projeto de inclusão social, não tinha um projeto de reforma agrária que nos permitisse lidar com a terra. Não havia um projeto educacional, fomos jogados na lata do lixo das cidades brasileiras. A elite intelectual desse país, ela tinha um projeto muito claro, ela dizia: “com essa negrada e esse monte de índio, esse negócio aqui não vai dar certo, então precisamos embranquecer esse negócio; e trazer gente civilizada para trabalhar, para formar o povo brasileiro”. E foi isso que abriu o país para a imigração europeia, então vieram os italianos, os alemães com a missão de civilizar, embranquecer e transformar isso aqui, no país que fosse a Europa nos trópicos”,
> esse era o projeto!
> MB – Eles prosperaram!

[35] O Rapper Emicida produziu em 2019 o documentário *amarElo* a partir do álbum homônimo lançado em 2019, o qual foi vencedor do Grammy latino de melhor disco de rock ou música alternativa em língua portuguesa. Emicida procurou dar sua visão sobre parte da história do Brasil que foi invisibilizada e que os próprios brasileiros não tiveram acesso. Emicida contextualiza a partir de um exercício de reflexão, acontecimentos importantes que são fundamentais para entender o pensamento negro, para resgatar a história da cultura e dos movimentos negros no Brasil.

[36] Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=6w785nHhM_c>. Acesso em: 22 dez. 2022. Ver a partir do minuto 30.

> SC –Mas eles vieram com todas as vantagens meu filho! Vantagens que não nos foram dadas, eles nos jogaram na lata do lixo e deram terras para italianos e alemães, deram apoio estatal para o desenvolvimento dessas comunidades – e a gente na lata do lixo –deram educação, lembra das vilas operárias?
> MB – Morei em uma!
> SC – Eram uma perfeição né!? Era um negro e milhares de brancos que se apropriaram dessa política pública [...] é uma narrativa que eles não falam, que não existe
> SC – [...] tem um grande jornalista[37]e historiador gaúcho que ele escreve um artigo lindo, que chama "Os cotistas desagradecidos", e é um artigo no qual ele mostra quais foram os primeiros cotistas desse País, é ele falando da gente dele, não somos nós, ele é um gaúcho, aí ele fala: "tudo que foi dado de terra, tudo que foi expropriado de terra indígena, tudo que foi esculachado; de indígenas que foram mandados para as calendas."
> MB – Sueli, você acabou de resumir, tudo é cota! Tudo é cota! Alô Fernando Holiday[38]? tudo é cota!
> SC – Sempre foi rapaz! e você fala que prosperaram, foi graças a isso, eu também prosperava assim!
> MB – Tudo é cota, cheque mate. (PODCAST MANO A MANO, 2022).

Como podemos notar, o trecho selecionado trata de temas que são comuns dentro locais não convencionais da produção de conhecimento, mas com a autoridade do conhecimento, com um dos agentes que "não pertence" a esses locais formais (universidades, escolas etc.).Entretanto, mais do que o novo formato, mais do que a fala quase coloquial do entrevistador e entrevistada, é digno de nota que o Rapper tem sua fala que é legitimada, a partir de sua capacidade de fazer dialogar com o seu conhecimento histórico, sua concepção de história com a formação da entrevistada que também é formal e acadêmica. Mais do que a habilidade de entrevistador, é pensarmos sob a égide da figura do intelectual público que emerge na discussão, pela desenvoltura com que trata de temas da história do Brasil, a ideia de divulgação histórica ganha em força "aqui, a história pública age no reconhecimento da legitimidade desses trabalhos tidos como amadores" (MAUAD, 2016, p. 12).Podemos pensar que no caso especifico do podcast *Mano a Mano*, existe uma atuação

[37] Disponível em: <https://www.academia.edu/29729361/Os_cotistas_desagradecidos>. Acesso em: 28 dez. 2022.

[38] Fernando Holiday foi um vereador (negro) da cidade de São Paulo, eleito para o exercício de (2016-2020), e que se notabilizou pelo ataque as pautas raciais, sob a alegação que toda iniciativa de reparação e equiparação racial, como política de cotas, seria uma espécie de "vitimismo e de subalternidade do povo negro", portanto essas iniciativas serviriam apenas "ao projeto de poder dos movimentos sociais", segundo o vereador. Sua menção feita por Mano Brown, foi uma referência a sua participação no podcast *Mano a Mano*, onde de forma envergonhada tentou dar um ar de validade teórica para suas posições racistas, mas sempre tomando cuidado para não as defender frente ao Mano Brown. Mas na Câmara de São Paulo sempre atuou de forma virulenta contra a todas as iniciativas de reparação e de inclusão, além de criar novas formas de criminalização desse tipo de política reparadora; chegou a ser comparado ao uma espécie de "Capitão do Mato" pelo político Ciro Gomes, por agir dessa forma.

colaborativa, na qual diferentes agentes trabalharam dialogicamente nas discussões sobre as demandas do povo negro em relação ao racismo ao longo da história do Brasil e nas desigualdades sofridas até hoje, ao mesmo tempo que aponta para a existência de uma teoria que justifique o racismo em nossa sociedade contemporânea a partir do momento em que sempre vem à tona quando se pensa as questões afirmativas, compensatórias de reparação histórica, “que não pode ser compreendida sem os conceitos de raça e racismo” (ALMEIDA, 2020, p. 20). Beatriz Nascimento, em seu texto Negro e Racismo, defende que

> [...] é o negro brasileiro que só pode ser entendido a partir de um estudo profundo da ideologia nacional e das suas implicações num todo social, do qual, por força do preconceito racial (dentro daquela ideologia), é posto à margem (NASCIMENTO in Ratts,1974, p. 65)

A autora teceu críticas às elites acadêmicas que pautavam a questão negra em termos de classe, e não de raça; para Joel Rufino dos Santos(1984) “o racismo assenta, numa falsidade cientifica, o que torna fácil a qualquer colegial bem-informado desmontá-lo”, ou então pensar uso do conceito genocídio, de Abdias do Nascimento, que passa a refletir a situação do negro no pós-abolição. Na atualidade temos o trabalho de Silvio Almeida, *Racismo Estrutural*, em que o autor escreve

> A fim de apresentar os contornos fundamentais do debate de modo didático, classificamos em três as concepções de racismo: individualista, institucional e estrutural. (ALMEIDA, 2020, p. 35)

Nesta obra, o autor traz à baila, não de forma inédita, mas com grande projeção, as reflexões sobre a forma como o racismo estrutura o Brasil em diversas dimensões, demonstrando assim como está arraigado a partir de fatores sociais. Não pretendemos fazer um balanço do racismo estrutural, mas sim, tentar demonstrar que medidas como a lei 10.639/03 podem ser importantes no combate a essa estrutura. Do mesmo modo, já que a própria existência do racismo se dá a partir de uma teoria social estruturada que o crie, justifique e o mantenha, como discutido no citado podcast acimade Mano Brown e Sueli Carneiro, ressaltamos a necessidade de compreender o racismo estrutural como teoria social, pois, assim podemos ter em medida como essa prática atua em nossa sociedade de modo a definir a sua estruturação a partir de alguns equívocos, tais como a noção de que o racismo é individual, que o Brasil “admite o preconceito, mas não o racismo” por não ter

organizações ou instituições (oficialmente, declaradamente) racistas, mas sim que agiriam isolados ou em menores grupos. Já o racismo institucional, diz que não se resume a comportamentos individuais, mas é tratado como resultado do funcionamento das instituições, que é materialização de determinações formais da vida social, seriam normas, padrões e comportamentos condicionados; significa que a imposição de regras e padrões racistas por parte da instituição é de alguma forma vinculada à ordem social que visa regular, ou seja, instituições são racistas porque a sociedade é racista.

> Sob essa perspectiva, o racismo não se resume a comportamentos individuais, mas é tratado como o resultado do funcionamento das instituições, que passam a atuar em uma dinâmica que confere, ainda que indiretamente, desvantagens e privilégios com base na raça. (ALMEIDA, 2020, p. 37).

O que percebemos na fala de Silvio Almeida, que apesar do racismo estrutural não muda a importância da dimensão individual em relação a responsabilidade sobre a prática de condutas racistas, e que não pode servir de álibi para racistas. Já o racismo estrutural tende a transcender o âmbito individual e frisa a dimensão do poder como elemento constitutivo das relações sociais e raciais, então podemos dizer que abarcamos duas dimensões; a política e a histórica, a primeira como processo que pode ser considerada sistêmica de discriminação que acaba influenciando a organização de toda a sociedade, sua dimensão institucional, por meio de realimentação jurídica e extrajurídica, dessa forma o combate ao racismo deve ser enfrentado pelo cidadão de forma individual, mas entendendo a existência da construção de um projeto coletivo de país que pense práticas antirracistas.

Como processo histórico, o racismo não pode ser compreendido apenas como uma derivação automática dos sistemas políticos e econômicos, mas também a partir de processos de formação nacionais distintos que não foram produzidos por acaso, mas sim por projetos sócio-políticos, dessa forma evitamos naturalizar o racismo e entender o papel do negro e os lugares que ele ocupa a partir de discursos que visam reforçar a ideia de maneira racional de que a desigualdade racial é normal e naturalizada diante de um imaginário social que molda o inconsciente, muitas vezes reforçado pelos meios de comunicação pela indústria cultural e pelo sistema educacional, com a escola reforçando essas percepções ao apresentar um mundo em que Negros e Negras não tem muitas contribuições importantes para a História,

literatura, ciências, e etc.

O próprio fim da escravidão é visto e tratado durante muito tempo como uma benesse do mundo branco, e não como resultado direto de luta e resistência ao sistema escravista brasileiro. É a branquitude[39]contribuindo para a manutenção desse *status quo*, por isso a relevância de ferramentas digitais como o podcast *Mano a Mano* com Mano Brown e Sueli Carneiro, da mesma forma, a importância do álbum/documentário *AmarElo* do Emicida, portanto se faz necessário que as escolas se abrirem cada vez mais para saberes produzidos no além muros da formalidade dos currículos e conteúdos programáticos, assim como na sarjeta dos quadrinhos local de transformação e de produção de sentido, desejamos e buscamos as brechas, espaços e fissuras na compreensão de que a produção de conhecimento também se dá em lugares e por agentes não formais da educação. Assim, afirmamos a urgência em lutar pela Lei 10.639/03, pois nela encontramos mecanismos e direcionamentos que podem dar conta dessa diversidade de saberes, de formas de combate ao racismo nas escolas, seja ele o racismo individual, seja ele o racismo institucional, mas que está estruturado e estruturando a sociedade brasileira e dela deve ser extirpado. Acreditamos no potencial da escola como um dos lugares onde esse processo deve ser iniciado e levado a cabo.

2.2 **Proposta didático-pedagógica**

Levando em conta a essência do programa de pós-graduação, no qual a construção da dissertação deva seguir a partir de uma dimensão pedagógica propositiva, decidimos pela criação de um fanzine chamado *Zine & História*, com o resultado dos trabalhos criados pelos estudantes. Da mesma forma que nas oficinas, o trabalho autoral é incentivado, portanto não pensamos o zine de forma diferente, ou seja, ele não se propõe a ser outro manual que irá prescrever o que outros professores devam ensinar ou construir com seus estudantes, o que vai de encontro à natureza

[39] Nas palavras de Cida Bento, branquitude é um pacto não verbalizado de preservação de um grupo nos melhores lugares sociais. “A branquitude se expressa em uma repetição ao longo da história, de lugares de privilégio assegurados para as pessoas brancas, mantidos e transmitidos para as novas gerações” O Pacto da Branquitude, Cida Bento, Companhia das Letras/SP, 2022.

do Programa de Mestrado Profissional que parte do princípio de que o professor é autônomo em sua prática. Não é um material que vise ensinar como trabalhar as HQs em sala de aula, mas sim um modelo de trabalho aberto em possibilidades de acordo com a necessidade e escolhas de cada professor, e mesmo sua proficiência com a linguagem das HQs.

O que esperamos é que a partir da metodologia apresentada no trabalho com HQs, outros professores sejam capazes de criar sua maneira de trabalho com a mídia. Essa dissertação, dentro do possível, se manteve conectada com as produções e reflexões dos estudantes nas aulas-oficinas, pois sempre acreditamos e buscamos o trabalho colaborativo, mantendo a posição dos estudantes – também – como protagonistas em todo o processo de trabalho de forma dialógica. Dessa forma, as oficinas se insurgiram como ferramentas metodológicas repletas de possibilidades pedagógicas, se configurando em mais uma oportunidade de trabalho. Partindo da lógica de que a autonomia do estudante sempre foi buscada e incentivada nessa pesquisa, foi de suma importância essa posição dos sujeitos envolvidos na produção do conhecimento, tendo o professor muitas vezes como mediador, tanto na elaboração e proposição das atividades, quanto na produção das HQs e fanzines nas oficinas. Um dos primeiros problemas encontrados nas aulas-oficinas com HQs, foi a questão de como explorar conceitos historiográficos em uma narrativa como a linguagem das HQs sem necessariamente trabalhar com a construção de uma “verdade” pronta que já está dada, isto é, sem impor ao estudante um conhecimento não dialogado por via de um suporte pedagógico que veio dotado com uma narrativa histórica, que um caráter de verdade frente aos olhos do estudante, visto que está recebendo essa narrativa por vias escolares, através do professor, e com isso conferindo a HQs, como suporte, mídia, linguagem, objeto, fonte histórica, um caráter de “verdade” a partir da dimensão de autoridade escolar.

Outro cuidado a ser observado, é não utilizar as HQs na educação apenas sob o pretexto de que elas tornam o aprendizado mais prazeroso, na medida que vão aparecer nas salas de aula como suporte estranho, que não tem por finalidade a produção de conhecimento, o ensino, a aprendizagem. São dois movimentos que parecem antagônicos, mas que sempre estarão presentes para quem deseja o trabalho com as HQs. Primeiro: a mídia não tem um sentido de verdade que seja pronto e acabado, sua relevância como suporte pedagógico, objeto ou fonte histórica se dará na medida que sua análise obedeça a uma metodologia de trabalho. Segundo:

Por mais que as HQs já estejam inseridas dentro das rotinas pedagógicas e até curriculares das escolas, o professor que deseja trabalhar com a linguagem, inevitavelmente ainda terá que fazer um trabalho de qualificação das HQs como suporte pedagógico, tendo em vista, inda os preconceitos que lhes cercam, e um dos principais, que elas apenas servem ao divertimento, como se ato de apreensão de conhecimento não pudesse ser prazeroso.

Isto posto, sua produção de sentidos pode funcionar em termos práticos, também pode constituir-se em um grande acerto em termos político-pedagógicos dos usos das HQs, mas ainda assim, uma pergunta deve sempre estar presente: por que usar as HQs para o ensino de História? Acreditamos que elas podem ser um caminho viável para o estudante pensar a sua própria temporalidade, desenvolvendo uma reflexão histórica a partir da desconstrução da História tradicional presente nos livros didáticos ou em outros suportes pedagógicos, mesmo no ambiente escolar como prática e representação, e inclusive com as noções de História que estão presentes na sociedade no além-muro escolar, em campos de disputa pela História por infindáveis agentes. Com isso, teríamos a ampliação do entendimento do estudante no que se refere à relação histórica entre passado e presente. Então, é possível usar as HQs para o Ensino de História de modo que a narrativa dada, esteja associada ao exercício da reflexão sobre o conhecimento, seja histórico ou mesmo produzido fora da escola. Espera-se dar um passo colaborativo, em um processo de formação histórica crítica e instrumental na qual o estudante tenha mais possibilidades de leitura de mundo a partir de seu universo informativo, sabendo dar sentido plausível não apenas ao passado, mas desenvolvendo a capacidade de crítica histórica em relação ao presente. Estas leituras servem para se estabelecer uma direção mais objetiva dos limites e vantagens do uso da arte sequencial no processo de ensino e aprendizagem, pautadas em um conhecimento empírico do que se passa no ambiente escolar. Em última instância nos ajuda saber como, de fato, as HQs são utilizadas no ensino, e quais são as distâncias entre estas práticas e o conjunto teórico pedagógico existente sobre produções nacionais feitas especificamente para o ensino do conhecimento histórico, usados nas escolas públicas. Por isso, a importância do estudante se ver, se enxergar como sujeito histórico, sempre lembrando que aprendemos também a partir do que vivemos e experenciamos.

Desta forma, é importante o tratamento destinado ao passado pela história, afinal o conhecimento que temos dele é o que nos situa no tempo e no espaço ao qual

pertencemos diante de nossa própria experiência, sempre observando que essa capacidade, também é esperada no professor em seu ofício diário. As HQs podem ser utilizadas de diferentes maneiras, ou sob diferentes enfoques no ensino de História, para demonstrar aspectos da vida social de comunidades do passado, práticas, costumes, lutas ou mesmo o pensamento, além de apresentar em seus enredos registros da época, podem ser utilizados como ponto de partida de discussões de conceitos importantes para a disciplina de História. Entretanto, esta dimensão não é estática, ela se modifica, se transforma de acordo com o conjunto de informações que recebemos desse passado e com as possibilidades de interpretá-lo, dando-lhe sentido no presente a partir de dada experiência do indivíduo em sociedade.

Portanto, a seleção que o docente faz sobre seus materiais didáticos, que estão inseridos dentro de um campo de educação formal, está diretamente ligada aos caminhos que serão seguidos no processo de construção de uma consciência sobre o passado por parte do estudante. Não por acaso, ao fazer a leitura de diversas obras em HQs utilizadas com o intuito educacional, encontram-se discursos implícitos nas obras que precisam ser pensados pelo docente no plano prático pedagógico como também no plano ideológico, pois é dentro da desta lógica que seu uso faz sentido e seu discurso é reforçado. Esse é outro cuidado que deve ser premente: demonstrar que ao longo do tempo os negros e as populações indígenas no Brasil foram representados das mais diferentes formas, em produções de diferentes meios e linguagens, que contribuíram para que certa imagem desta população fosse constantemente elaborada e reelaborada de maneira compulsória, tendo como premissa o olhar do outro, na maioria das vezes pelo olhar da branquitude.

Se a existência de tais representações nos indica que houve, desde o período colonial, um reconhecimento da presença dos negros na História do Brasil, a análise crítica de tais representações se faz necessária para avaliar como tal presença foi percebida em distintos contextos históricos e como determinados esquecimentos, silenciamentos podem ser mudados em sala de aula. Fazer com que os estudantes possam distinguir abordagens existentes na historiografia relativa as experiências dos africanos e de seus descendentes na sociedade brasileira, identificar e caracterizar diferentes estratégias de resistência e de sobrevivência no cativeiro vivenciadas por africanos escravizados no Brasil e das populações indígenas, desenvolver o conceito de ação afirmativa, apresentando seus aspectos históricos, políticos e sociais, e demonstrar que no campo educacional estas formas de intervenção são instrumentos

efetivos para se problematizar a existência de uma teoria racial que legitima o racismo estrutural e da discriminação nas relações interpessoais entre estudantes, professores e funcionários e toda a comunidade escolar, são também posições que se desejamos alcançar.

2.3 **Resultado dos objetivos**

Partimos de uma miríade de objetivos, alguns foram caindo a medida que a pesquisa seguia seu rumo, mas percebemos que a ausência e a não permanência de Negros e Indígenas nos bancos escolares e universitários estão diretamente relacionadas a uma estrutura social de exclusão, a prática cotidiana que cria mecanismos de silenciamentos que afeta a subjetividade desses povos, de modo a criar a sensação do não pertencimento. Com isso, acreditamos ter subsídios suficientes, para pensarmos e colocarmos em prática a proposição da dissertação, que é dar condições aos estudantes de produzirem a partir de aulas-oficinas suas próprias HQs/fanzines, para que se consiga criar a partir dessa linguagem uma nova forma de narrativas associadas a outros recursos, meios, objetos e fontes, tendo como base e amparo legal a Lei 10.639/03 devidamente já contextualizada nas aulas-oficinas.

Dessa forma, apresentar a lei 10.639/03, cujos direcionamentos no plano da ação são capazes de fomentar, a partir da História e da cultura Africana e afro-brasileira e indígena, a valorização e reconhecimento desses povos e identificar que os processos de discriminação estão presentes na sociedade brasileira e que promovem, cada vez mais, o fosso da desigualdade entre negros e indígenas e a população lida como socialmente branca, se tornaram uma constante dentro da pesquisa e na produção das oficinas.

Com o objetivo primeiro de uma educação inclusiva, antirracista, uma cidadania para a democracia que valorize as próprias representações desses povos, identidades individuais e coletivas com vistas a essa promoção de autonomia que é antes de tudo um processo social ,coletivo, dialógico e horizontal, tão essencial e necessário, tanto que fez surgir uma legislação específica para essa demanda que deve ser encampada pela sociedade em geral e não apenas pela escola e pelas minorias sociais, pelos

movimentos de luta e resistência. Por consequência, os estudantes poderão desenvolver habilidades, de reflexão, criar abordagens para temas antes engessados nos conteúdos e currículos escolares. O planejamento, envolvendo a produção de textos, ilustrações e como resultado, os estudantes se tornam autores de um material devidamente dialogado e colaborativo, evidenciando a aprendizagem de conceitos históricos e formas de compartilhar conhecimento através de uma linguagem diferente das usadas em sala de aula. Perante o exposto, reafirmamos o que pretendemos, e o que o que alcançamos nas aulas-oficinas.

1. Discutimos a importância da Lei 10.639/03 dentro do ambiente escolar e na sociedade, demonstrando que sua existência se deu pela luta de distintos grupos em diferentes contextos históricos da história brasileira, quando em determinados períodos tivemos avanços e retrocessos nos processos de luta, e que a Lei 10.639/03 faz parte de uma estrutura maior de defesa, como o estatuto da igualdade racial, a lei de cotas e a Constituição Federal, entre outros ordenamentos jurídicos.
2. Apresentamos as HQs como suporte pedagógico, objeto e fonte histórica, apresentar os conceitos básicos das HQs e fanzines, para posterior produção pelos estudantes de material e autoral nas aulas-oficinas, a partir das HQs.
3. Refletimos sobre as imagens e representações que são produzidas sobre esses povos, de forma que se estabeleça um diálogo entre tais representações.
4. Discutimos a permanência de diversas formas de preconceito em relação a esses povos no material escolar, em especial nos livros didáticos e outros suportes pedagógicos, inclusive nos discursos presentes no corpo docente que se mostram bastante reativos a trabalhar com essas questões nas escolas.
5. Compreendemos esses povos como sujeitos ativos de sua própria história, e não como personagens passivos desprovidos de capacidade de luta e resistência e sobrevivência.
6. Desenvolver o conceito de ação afirmativa, apresentando seus aspectos históricos, políticos e sociais.

Desde o início soubemos que a quantidade de objetivos ia além da possibilidade de construção nas oficinas, mas como sempre encaramos a pesquisa como um processo orgânico e compartilhado com os estudantes, as aulas oficinas não fugiram a essa regra, acreditávamos que cada estudante teria um tempo de compreensão diferente do outro, não poderíamos trabalhar apenas de uma forma, sob

pena de estarmos cerceando possibilidades e a capacidade criativa de cada estudante, é importante lembrar que muito mais do que o já tão falado que “cada estudante é um”, toda sala de aula é repleta de temporalidades. Para além do nível educacional, cada indivíduo traz em sim uma concepção de mundo e de história, com isso acreditamos que em algumas turmas, séries e estudantes, determinados objetivos teriam mais facilidade ou mesmo resultados diferentes, alguns desses itens foram descartados sem prejuízo para a produção dos trabalhos e para a pesquisa. A própria dinâmica das aulas pode definir como cada objetivo se apresentou, essa questão não pode ser pensada de forma fechada e imutável, mas também, não estamos defendendo um tudo “ao deus-dará”, como já vimos sinalizando ao longo da pesquisa. Mesmo que a questão colaborativa seja o princípio norteador, dessa relação, não abrimos mão em nenhum momento da condição de professor-mediador, que pode dar direcionamentos, destravar caminhos e possibilidades de trabalho nas oficinas, essa é uma condição “*sinequanom*”, mesmo nessa relação, que é dialógica, colaborativa e horizontal.

2.4 **A construção das aulas-oficinas**

De maneira geral, as oficinas se estruturaram da seguinte forma:

1. **Conteúdos**: O que desejo trabalhar?
2. **Objetivos**: O que quero desenvolver com os estudantes?
3. **Metodologias**: De que maneira vou desenvolver essas dinâmicas?
4. **Recursos**: Materiais que podem dialogar com as HQ’s e Fanzines.
5. Qual será o **direcionamento** para suporte metodológico?
6. **Obras** em HQs para uso nas aulas-oficinas. Elas podem ser apenas no formato físico? Podemos fazer uso de HQs no formato digital?

2.5 **Obras em quadrinhos para a construção das oficinas**

Como já mencionado, fizemos a discussão sobre a lei. Todo trabalho deve ser iniciado pela Lei 10.639/03, e após esse momento apresentamos as HQs previamente selecionadas. Buscamos nesse momento atrair os estudantes, para HQs que achávamos significativas dentro das questões apresentadas pela Lei, e assim entrarmos em suas conceituações como veículo, meio, mídia, linguagem, narrativa, recurso e suporte pedagógico além de objeto e fonte histórica.

Dessa escolha fizeram parte as HQs listadas abaixo:

A Herança Africana no Brasil (2015) de Daniel Esteves, que retrata os princípios da escravidão no Brasil, suas etapas, as lutas pela libertação e a influência do Povo Africano na formação do Povo Brasileiro; *Angola Janga, uma História de Palmares* (2017) e *Cumbe* (2018) ambas de Marcelo D'Salete[40] que conta a história do Quilombo de Palmares, que era conhecido entre seus moradores como Pequena Angola. *Cumbe* aborda o período colonial e a resistência negra contra a Escravidão no Brasil, que nas palavras do autor,

> Vamos dizer assim: o tamanho, a dimensão dessa empreitada foi se formando com o tempo. Aos poucos, notei que havia algo para explorar, usando o formato quadrinhos, em termos de resistência contra a violência do período colonial. Uma forma de contra narrativa, opondo-se ao conceito de harmonia racial e social em nossa formação, que persiste ainda hoje (D'SALETE, 2019).

Essa consciência da importância do próprio trabalho, não é exclusiva de Marcelo D'Salete, o Brasil possui uma rica produção de narrativas em HQs que partem do princípio que existe uma outra história do Brasil, ou pelo menos uma outra forma de visitar e revisitar temas, personagens, fatos históricos, ou em suas palavras uma

[40] Marcelo D'Salete é um quadrinista, ilustrador, historiador e professor brasileiro. É mestre em história da arte pela Universidade de São Paulo, USP. As histórias em quadrinhos *Cumbe* e *Angola Janga* (ambos de Marcelo D'Salete) e *Carolina* (João Pinheiro e Sirlene Barbosa) foram aprovadas no edital do Plano Nacional do Livro Didático Literário Programa nacional do livro e material didático (PNLD Literário) 2018. E desde 2019, esses livros chegaram nas escolas públicas de ensino médio de todo o país. Os três títulos da Editora Veneta selecionados trazem importantes recursos para o ensino da história e da cultura afro-brasileira e africana, que passou a fazer parte do currículo obrigatório das escolas com a lei 10.639/03, e abordam temas como o quilombo de Palmares, a resistência nas senzalas e a história da escritora negra Maria Carolina de Jesus, o que por si só já justifica a escolha desse material para o trabalho. Angola Janga foi selecionado pelo Plano Nacional de Leitura (LER+) em Portugal. Os dois livros (Cumbe e Angola Janga) agora são indicação de leitura nas escolas de Portugal para os alunos entre 12 e 18 anos.

“contra-narrativa” que deva ser explorada através das HQs. A ideia é humanizar esses personagens ao mesmo tempo que o público de leitores “vivenciem, aquele período a partir deles, observando, também, suas contradições”. Mas sem dúvidas alguma, Marcelo D’Salete é o principal representante dos autores de HQs nacionais que repensam suas narrativas, tendo como base um sólido referencial teórico para reconstrução desses temas, personagens, e não se furta de inserir a contextualização do tempo presente, na forma como a sociedade pensa o contexto de suas HQs, para isso.

Um outro exemplo emblemático foi o lançamento de Carolina*,* biografia em quadrinhos da escritora Maria Carolina de Jesus, álbum de Sirlene Barbosa[41] e João Pinheiro, que apresenta a história da ex-catadora, escritora, compositora, que tem sua vida uma narrativa que vai além do exótico, da forma que por vezes foi representada, sempre reafirmando sua condição de catadora de lixo.

E seguindo essa linha, Chibata! João e a Revolta que abalou o Brasil (2008) de Hermeterio & Olinto Gadelh. Essas duas HQs, Carolina e Chibata! são obras históricas, duas biografias exemplares para pensarmos o momento do Brasil nos pós-abolição no século XX. E Machado de Assis, Caçador de Monstros (2017) de Marcelo Alves e Sami Souza em um roteiro que mistura o Rio de Janeiro de Machado de Assis, alguns de seus personagens como Brás Cuba, em uma aventura que mistura fatos e locais históricos com monstros alienígenas; Província Negra (2019) de Kaled Kanbour e Kris Zullo, uma narrativa que, conta a vida de Luiz Gama, sua luta pela abolição da escravidão, em uma ficção histórica onde o advogado e poeta, atua como um detetive. No prefácio da HQs, Marcelo D’Salete (2019) amplia a importância da iniciativa em contar parte da história do Abolicionista que virou símbolo de luta contra a escravidão “por este motivo, nada mais interessante de que ver um álbum em quadrinhos sobre Luiz Gama”.

[41] É doutoranda em Educação, pela Universidade de São Paulo (USP) (2020); Mestra (2013) em Linguística Aplicada e Estudos da Linguagem, pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo indicada ao 59º Prêmio Jabuti (2017) e vencedora do maior prêmio da Quadrinhos da Europa - o francês Angoulême, atualmente é professora do Centro Integrador de Educação de Jovens e Adultos (Cieja - PMSP). Suas pesquisas e artigos abrangem os seguintes temas: a escritora Carolina Maria de Jesus; literatura negra; e relações étnico-raciais (Lei 10.639/2003) na educação do ensino fundamental da rede municipal paulista de ensino.

Continuando com nossa lista inicial, temos o *Contos dos Orixás*[42] (2019) de Hugo Canuto, que usa a narrativa das HQs para contar a história (cosmogonia) dos Orixás das Religiões de Matriz Africana de forma original, desenhando toda a HQs com o mesmo traço do desenhista americano Jack Kirby[43] (1917-1994), dando subsídios para pensar intolerância religiosa no Brasil, já que símbolos e mitos de outras regiões do mundo são socialmente aceitos por todos, enquanto símbolos e mitos que venham da África são constantemente vítimas de preconceito.

Figura 4 - Avengers e Orixás

Fonte: KIRBY, 1963; CANUTO, 2019.

A HQ *Conto dos Orixás*, merece uma nota a parte. Primeiro, toda vez que é apresentada a turma, é comum que cause os desconfortos e repulsa, tão naturalizado e comum nas salas de aulas, quando o assunto são temas e ou símbolos das religiões de matrizes africanas e suas representações, mas também é um momento de riqueza pedagógica, por conta da defesa quase automática feita por parte de outros estudantes, gerando uma discussão sobre o que é permitido ou não, e sobre

[42] Essa obra está concorrendo ao Prêmio Literário Jabuti na categoria de Melhor História em Quadrinhos de 2020.

[43] Foi um desenhista americano (1917-1994) criador de personagens de grande sucesso no mundo das HQs, Capitão América, Thor, Hulk, Quarteto Fantástico, Homem de Ferro, Vingadores entre outros. Enciclopédia dos Quadrinhos, Editora L&PM, Hiron Cardoso Goida, Porto Alegre, 1990 p,194.

representações que são criadas e tem um direcionamento político ideológico evidente de quem critica e de quem defende. Sempre há uma reviravolta quando é apresentada a capa original que inspirou Hugo Canuto a produzir a capa *Contos dos Orixás*, que é uma homenagem a Jack Kirby. Porque o Orixá não é aceito, mas Thor um Deus nórdico tem sua existência aceita e legitimada? A discussão sobre racismo se inicia partir dessa questão, fazendo uma relação simples com duas capas de HQs.

E para a temática das populações indígenas trabalharemos com as HQs *Brasileiros, terra do grande encontro* (2003) de Carlos Patati e Allan Alex. Sobre esse trabalho, o pesquisador Moacy Cirne, na "orelha", diz que

> O segredo da Jurema é um "quadrin" que já nasce clássico, já nasce antológico, já nasce como o mais puro cheiro e dengo de brasilidade. Como se estivéssemos lendo Luís da Câmara Cascudo (CIRNE, 2003.)

Guerreiros das Dunas (2005) Emanoel Amaral e Watson Portela é uma HQ, uma ficção histórica que narra os costumes socioculturais e a luta dos índios Potiguares do Rio Grande Norte contra o invasor português. Ainda do Rio Grande do Norte que tem uma consistente produção de quadrinhos, temos *Tupis e Borobós*, (2009) de Alcides Sales e Luís Elson, que narra as tradições e costumes desses Povos. *Hans Staden, Um aventureiro no Novo Mundo* (2005) de Jô Oliveira, uma adaptação livre do relato de Hans Staden, soldado alemão que foi capturado pelos Tupinambás, entre os quais conviveu durante meses, ameaçado quase diariamente de ser devorado, consegue fugir e retornar para a Alemanha, e em 1556 publica os relatos de suas aventuras em terras brasileiras e sua relação com os costumes dos povos indígenas. Ainda com os Tupinambás, temos *Os Donos da Terra* (2020), roteiro de Daniela Alarcon[44] e desenhos de Vitor Flyn. Nessa HQ, os Tupinambás são vistos no mundo contemporâneo a partir de episódios de sua história e de lutas recentes, na tentativa de recuperação dos Territórios ancestrais na Serra do Padeiro, Sul da Bahia, de onde forma expulsos pelo avanço da colonização que segue desalojando os Povos Indígenas no Brasil.

[44] É Doutora em Antropologia Social pelo Museu Nacional (UFRJ) com vasta produção acadêmica sobre o tema, além de Diretora de Documentários realizados de forma colaborativa com os indígenas.

E por fim, trabalhamos com *Os Brasileiros* (2009) de André Toral[45], que trata do choque de civilizações em sete histórias nas quais são os índios que ocupam o lugar de destaque – e não como pobres vítimas da história ou criaturas indefesas diante do homem branco, representado pelo europeu. Em seu trabalho mais recente, *A Alma que caiu do corpo* (2020), André Toral revisita o tema do encontro dos europeus e os povos Indígenas, sempre marcado pela violência, até os dias atuais, onde ele resgata as soluções de enfrentamento na defesa de suas tradições costumes e sobrevivência.

Por que a escolha desse material e desses autores? Para o trabalho inicial, com um tema tão sensível como é o racismo, a luta por identidade ou mesmo de representação na sociedade, a partir um material tão massificado como as HQs? Além da profusão de heróis, em geral alienígenas com poderes sobre humanos, usuários de cueca sobre as calças, de alguma maneira seria importante que os alunos se reconhecessem, tanto nas histórias apresentadas, quanto nos autores, e é simbólico que alguns desses autores sejam professores. Marcelo D'Salete é Professor de Artes Plásticas, André Toral é Antropólogo e Historiador, Sirlene Barbosa professora de Língua Portuguesa, Carlos Patati, (1960-2018) foi professor de Filosofia. E significativo também é, que desses autores Marcelo D'Salete, Sirlene Barbosa e Allan Alex sejam negros. A proximidade da fala é importante para tratar desses temas. Essas obras acima listadas são um material indicativo da temática que a Lei 10.639/03 visa corrigir e atender nas escolas, não são as únicas e tão pouco são as primeiras. Como veremos mais a frente, temos outras obras que também merecem espaço, mas que ficam para um momento posterior nas aulas-oficinas.

Muito embora as HQs sejam uma linguagem universal, com grande penetração na cultura de diversos países, a temática do super-herói nos dias de hoje se sobressai, e se desdobra para outras mídias, como o cinema, internet, redes sociais, televisão, vídeo games, jogos de tabuleiro etc., por conta dessa massificação cultural das HQs e seus personagens inclusive se confundindo com a própria linguagem, é comum, e porque não quase que imediato, quando se ouve falar em HQs, nos venha à mente ícones dessa linguagem como Super Homem, Batman e Homem Aranha. Entretanto,

[45] André Amaral de Toral é um historiador, antropólogo, quadrinista e ilustrador brasileiro. Mestre em Antropologia Social pelo Museu Nacional da Universidade Federal do Rio de Janeiro e doutor em História pela USP. Um dos grandes diferenciais dessas obras autorais é a farta pesquisa histórica para a produção das HQs.

a linguagem é apenas um veículo, um suporte, que comporta todo e qualquer tipo de narrativas, nos seus mais variados formatos, que matizam em temas, seja do público ao qual se destina, idade, gênero, direcionamento político, ideológico, orientação sexual e o que mais for possível, HQs, biográficas, históricas, ficcionais, autorias, de humor, eróticas, publicitarias, de políticas públicas de saúde, sindical, educacionais, religiosas etc. ou seja, uma infinidade de perspectivas.

Mas após esse primeiro contato dos estudantes com as obras previamente selecionadas, uma grande questão surgiu; porque então não trabalhar com os personagens do *mainstream*[46]? Por que a escolha de um material estritamente nacional? Já que o primeiro símbolo mencionado pelos estudantes nesse primeiro momento foi o filme *Pantera Negra* de 2018, que teve um impacto muito grande por uma parte dos jovens e crianças carentes de representação. Após o lançamento tivemos vários casos de escolas da periferia que levaram seus estudantes para assistirem o filme pois pela primeira vez se viram representados por um personagem de cinema, talvez isso seja pouco, entretanto dentro de uma lógica de exclusão social, e de invisibilidade toda e qualquer possibilidade de autoimagem positiva deva ser louvada, e reconhecemos a importância do personagem Pantera Negra[47].

Nossa opção pelo material nacional se justifica por acreditarmos que nos possibilitará uma capacidade maior em atingir os estudantes pela representação através da autorreferência, o reconhecimento pela proximidade dos temas da disciplina História, e mesmo das situações e experiências sociais que são bem objetivas, afinal vivemos em uma sociedade onde a desigualdade social é ampla no seu alcance e democrática na sua aspereza, acreditamos na necessidade de que eles se identifiquem no material lido e futuramente produzido. Um cuidado: é evidente que a representação que menciono é aquela que devemos superar, a representação posta

[46] Em português, *mainstream* designa um grupo, estilo ou movimento com características dominantes. Este conceito está relacionado com o mundo das artes, principalmente com a música e literatura. Um grupo musical *mainstream* agrada a maioria da população e apresenta um conteúdo que é usual, familiar e disponível à maioria e que é comercializado com algum ou muito sucesso. Em medida ampliada podemos também relacionar a indústria cultural e a cultura de massa, e trazendo essa questão para as HQs, encontramos essa diferenciação, principalmente na produção dos quadrinhos nacionais que abordam os temas das relações étnico raciais, na forma como são apresentados, na maneira como são comercializados, da mesma na forma como são tratados nos programas governamentais que usam as HQs como suporte pedagógico.

[47] Sobe essa questão, ver a coletânea, Negritude, poderes e heroísmos: Estudos sobre representações e imaginários nas histórias em quadrinhos. Editora conexão7, RJ, 2021. organizador Elbert de Oliveira Agostinho, iniciativa do Observatório carioca de histórias em quadrinhos.

e dada de forma descontextualizada, geradora de preconceitos e violência, e que, portanto, devemos combater. Esse material produzido, às vezes é de uma proximidade desconcertante com nossa vida diária de escola pública e periférica. Esse é um dos objetivos da pesquisa, apenas enfatizo que, em um primeiro momento temos que partir desse lugar reconhecível, mesmo que seja para desconstruí-lo à frente, assim teremos uma maior compreensão e por fim, a Lei 10.639/03, de alguma forma se apresentará de forma mais naturalizada, para além da obrigação e aplicação a que ela se propõe, que é difícil, conforme o tempo percorrido desde sua promulgação já demonstrou.

Ademais, na última década, ainda de forma tímida, houve um movimento de qualificação dos estudos das HQs na Universidade, primeiro com trabalhos na comunicação e hoje temos um movimento dentro da História, ou seja, dentro da cadeia produtiva das HQs, temos desde o desenhista, roteirista, editores, com íntimas relações com a academia, inclusive como professores, o que gera uma produção de HQs com preocupação com as referências usadas, baseadas na historiografia atualizada, na construção das narrativas. Hoje é quase comum, em uma HQs histórica, ficcional ou de um personagem ou fato histórico, essa obra vir com as referências nas últimas páginas, onde o autor “mostra” onde baseou, que fontes usou para criar sua história. Mesmo que esse movimento, em última análise seja para dar conta de exigências das licitações, para se adequar ao contrato de venda para a alguma política governamental, como as já citadas PNBE, PNLD entre outras; são aspectos que não desconsideramos e achamos importantes para justificar a escolha da nossa base documental nas aulas-oficinas ser apenas de histórias de temas e personagens nacionais, que listamos abaixo.

2.6 **Lista de HQs como sugestão de trabalho dos temas das relações étnico-raciais**

O objeto é registro, o objeto é documento, documentos são vestígios que as gerações do passado nos deixaram, e o objeto pode ser fonte, desde que se façam perguntas e questionamentos a eles. Portanto ele torna-se preocupação e solução para o historiador. O objeto fala! Há que se aprender a escutar, enxergar o que ele diz

e o que ele mostra, o objeto é marcado pelo tempo e o espaço, pela História e as suas marcas também nos dizem algo, esse conjunto de habilidades é essencial para acessar, analisar criar e participar de maneira crítica na construção do conhecimento. Dito isso

> O objeto, ou a coisa mesmo, que circula enquanto algo praticado e ritualizado no corpo do social, mediante os atos que o fazem percorrer os complexos (des)caminhos da vida em sociedade, está repleto de sentidos e nexos compartilhados por aqueles que lhe atribuem valores e simbolismos, sendo que eles emergem da própria experiência intersubjetiva das pessoas em interação entre si, e delas com o mundo. (FILHO E SILVEIRA, 2005, p.38)

A busca por autonomia também exige reconhecimento das bases da epistemologia da História, a saber: a natureza compartilhada do sujeito e do objeto de conhecimento, o conceito de tempo histórico em seus diferentes ritmos e durações, a concepção de documento como suporte das relações sociais, as várias linguagens por meio das quais o ser humano se apropria do mundo. Enfim, percepções capazes de responder aos desafios da prática historiadora presente dentro e fora da sala de aula. Para maior amplitude no uso das HQs em sala de aula, foi pensado um grupo de obras que compreendessem a História do Brasil desde a chegada dos europeus até os dias atuais, fazendo com que uma grande gama de assuntos e temas dentro do ensino de História estivessem contemplados, assim sendo, e a partir dos objetivos e ações tomadas para se chegar aos resultados pretendidos, mesmo que parte dessa proposta não tenha sido levada a termo, ainda assim optamos pela elaboração de uma lista básica de objetos e fontes que pudessem servir como base de consulta para futuros trabalhos em sala de aula com as HQs. Como já mencionado, e reafirmando, nossa proposta, que pretende o trabalho apenas com autores e temas nacionais, a despeito do significativo material em HQs e outras mídias estrangeiras a disposição, compreende que para efeitos pedagógicos do ensino de História, trabalhar com obras que de alguma forma tratassem os temas nacionais, que ao nosso ver são de fácil reconhecimento pelos estudantes propiciariam um melhor entendimento e compreensão por tratar de uma realidade que na maioria das vezes é mais próxima do que se parece, por lidar com tópicos curriculares que não são alheios à vida dos estudantes. Portanto, o levantamento dessas referências bibliográficas e documentais para o processo do ensino-aprendizagem nas oficinas aulas, se faz necessário como metodologia adotada para atingir os objetivos com as HQs e seu uso no ensino de

História. Como sugestão, e não prescrição, indicamos *a priori* que as HQs listadas podem ser usadas de duas formas, como objeto para pesquisa histórica ou com fonte Histórica para a pesquisa.

Essa lista básica é apresentada com título da obra, autores, editora e breve descrição à cerca do roteiro apresentado nas obras, não se pretende como um index canônico, fechado e definitivo, apenas um indicativo de parte, do que já foi produzido em HQs no Brasil a partir de sua relação com a História do Brasil, alguns inclusive destinados à educação com fins pedagógicos, por conta disso, temos obras de todas as vertentes, inclusive descontextualizadas a partir da historiografia mais recente, ou chamadas de "chapa branca" ao apresentar em seus roteiros, uma história sem questionamentos, muitas vezes de propaganda governamental[48], ou mesmo que relega a história dos vencidos ao esquecimento, partindo de uma ideia de uma História verdade diante da criação de heróis e mitos tão comuns na história escolar tradicional, mas que a partir de novas pesquisas trouxe novos olhares a esses temas e personagens, outrora subalternizados e silenciados, ganharam outra perspectiva historiográfica, como mencionado acima. Mas sua posição na lista visa mostrar que a obra, a HQs, a mídia, o meio, o suporte pedagógico, o objeto, a fonte histórica, não pode ser vista apenas pelo que ela é, temos que ter um olhar crítico ao fazer sua leitura, sua análise, essa construção de sentidos se dará a partir desses cuidados com a fonte, sob pena de reproduzir uma história factual sem desdobramentos, desconexas inclusive dentro do que a historiografia atual produz, que em grande medida já desfez muitos enganos históricos, ou seja, o cuidado com a as HQs, incluindo aspectos de sua produção, e como o contexto histórico político e social, sua historicidade são partes indissociáveis de todo e qualquer trabalho com esse tipo de fonte histórica. Segue a base documental.

Quadro 1 – Lista de HQs com temas históricos para as aulas/oficinas

TÍTULO/AUTOR	EDITORA/ANO	DESCRIÇÃO
História do Brasil em Quadrinhos (Parte 1) Ivan Wasth Rodrigues e Gustavo Barroso	EBAL/1958	Narrativa da História do Brasil do descobrimento até o século XVII
História do Brasil em Quadrinhos (parte 2)	EBAL/1961	Continuação da edição anterior, contempla os séculos XVII até o Século XX.

[48] Ver, MENDES, Ivanilson de Melo. Getúlio Vargas, o renovador: Uma análise da linguagem dos Quadrinhos; Monografia; Aperfeiçoamento/Especialização em História, UFF. 2009.

Ivan Wasth Rodrigues e Gustavo Barroso		
A Independência do Brasil em Quadrinhos. Eugenio Colonnese	EBAL/ 1969	Narrativa dos fatos que levaram a Independência do Brasil.
A Libertação dos Escravos em Quadrinhos: Princesa Isabel a redentora. Eugenio Colonnese & Pedro Anísio	EBAL/1970	Apresenta a princesa a "Redentora" que acabou com a Escravidão.
A Proclamação da República em Quadrinhos. Eugenio Colonnese & Pedro Anisio	EBAL/1971	Narra os processos do movimento de proclamação, a Guerra do Paraguai, as dificuldades enfrentadas pelo Imperador Pedro II. E a construção de heróis dos revoltosos.
Olha lá O Brasil! E Finalmente Portugal nos descobriu... Julio José Chiavenatto & Miguel Paiva	BRASILIENSE/1981	Esta foi uma séria em três edições, (Redescobrindo o Brasil) procurava a partir de novos estudos da Historiografia Brasileira novos olhares sobre a História do Brasil.
Da Colônia ao Império: Um brasil para inglês ver... Miguel Paiva & Lilia Moritz Schwarcz	BRASILIENSE/1982	Narra acontecimentos da chegada da Família Real e o Reinado de D. Pedro I. Essa edição contém no final uma bibliografia com obras recentes, mostrando uma afinidade com o que se produzia na historiografia.
Cai o Império! República vou ver! Angeli & Lilia Moritz Schwarcz	BRASILIENSE/1983	Trata do Reinado de D. Pedro II, até a Proclamação da República, assim como a edição anterior, é amparada por uma bibliografia recente, que apresentava novos olhares sobre a História do Brasil.
Casa-Grande & Senzala em Quadrinhos. Ivan Wasth Rodrigues	ABEGRAPH/1981	Nos mesmos moldes das Edições da EBAL, essa edição procura mostrar a influência das três raças que formaram a sociedade brasileira, tese essa defendida no livro Casa-grande & Senzala.
Pindorama, A outra História do Brasil. Lailson de Holanda Cavalcanti	COMPANHIA EDITORA NACIONAL/2004	Mais uma obra que procura apresentar uma nova História do Brasil, a partir de dados contemporâneos
O Homem que falava javanês. Lima Barreto Jo fevereiro, Sebastião Seabra	EDITORA ESCALA 2007	Um homem faz-se passar por um profundo conhecedor da língua e da cultura javanesa. Ele obtém tanto sucesso que conquista o respeitável cargo de funcionário de órgão público, tendo sido nomeado cônsul e representado o Brasil em uma reunião de sábios. Uma obra-prima que levanta questões como a política dos favores e o intelectualismo artificial.
Triste fim de Policarpo Quaresma, Lima Barreto Flavio Braga, Edgar Vasques	EDITORA DESIDERATA 2010	Narra a trajetória de Policarpo Quaresma, um patriota, que causa estranheza nas pessoas pelos seus ideais e coragem. Policarpo era respeitado pela vizinhança, mas ao

		mesmo tempo o estranhavam, por causa de seu amor pelos livros e pelo patriotismo exaltado.
Clara dos Anjos, Lima Barreto Lelis, Wander Antunes	CIA. DAS LETRAS 2011	Versão em quadrinhos do último romance escrito por Lima Barreto, publicado postumamente, Clara dos Anjos é o livro que condensa grande parte das preocupações que rondaram a obra do autor, como o subúrbio carioca, as questões raciais, as diferenças de classe e a modernização do Rio de Janeiro no início do século XX.
Chibata! João Cândido e a revolta que abalou o Brasil. Hermeterio& Olinto Gadelha	CONRAD/2008	Apesar de abolida a mais de vinte anos (1910) a estrutura Escravista ainda era presente para os Negros da Marinha do Brasil que se rebelam contra os maus tratos e violência praticados pelos oficiais, tendo como líder João Cândido.
D, João carioca: A corte portuguesa chega ao Brasil (1808-1821) Lilia Moritz Schwrcz&Spacca	Cia. DAS LETRAS/ 2007.	A Historiadora Lilia Scwarzc retorna aos quadrinhos com essa nova série, em outra editora, com uma obra mais sofisticada e tanto no quesito historiográfico, quanto na linguagem dos quadrinhos, apresentando a sociedade de corte e as incongruências de um Império nos trópicos.
As Barbas do Imperador: D.Pedro II, A história de uma Monarca em Quadrinhos. Lilia Moritz Scwarzc&Spacca	Cia. DASLETRAS/ 2014	Fechando a série, apresenta o Reinado de D. Pedro II, já com sua sedimentada pesquisa sobre o tema
A Herança Africana no Brasil. Daniel Esteves, Wanderson de Souza & Wagner Souza.	NEMO/2015	Nesta HQ é apesentada os princípios da Escravidão no Brasil, suas etapas, lutas pela libertação, e como a influência africana ajudou a formar a cultura, a religiosidade o cotidiano do Povo brasileiro
Orixás em Guerra. Alex Mir, Al Stefano Alex Genaro & Omar Vinole.	CATARSE/2017	Essa HQ traz duas lendas da Mitologia Africana, foi adotada pelo PNBE sendo distribuída em Bibliotecas Escolares do Brasil.
Contos dos Orixás. Hugo Canuto	CATARSE/2018	Essa HQ trata da Cosmogonia Africana a partir da história dos orixás, trabalho executado com cuidadosa pesquisa histórica.
Black Friday. Robson Moura	CATARSE/ 2018.	A HQ faz uma crítica a publicidade que usa de estereótipos para criminalizar e definir os lugares de submissão dos negros e negras do país.
Tupinambah 1 Carlos Lopes	CATARSE / 2018.	Essa HQs, é um exemplo de como a narrativa em quadrinhos pode ser usada de forma mais visceral, fazendo um paralelo da história do Brasil com os difíceis tempo nos pós impeachment da Presidenta Dilma, é

		um quadrinho destinado ao público adulto.
Tupinambah 2	CATARSE / 2021	Seguindo a linha da primeira edição, de forma objetiva apresenta essa apresenta o País sob o julgo da intolerância e violência, é resultado cru do desastre do governo Bolsonaro, pré-pandemia.
Pérolas Brancas, coisas que todos negros escutam de brancos. Robson Moura	CATARSE/2019.	Essa HQ recria falas de casos emblemáticos da branquitude e suas táticas de manutenção do poder que ocorreram na sociedade, são enunciados que se referem às nossas mazelas sociais.
Casa-Grande. Robson Moura	CATARSE/2021	A partir de uma narrativa de terror, o autor cria uma narrativa que interliga fatos do nosso passado escravista com o Brasil contemporâneo, obra recheada de referências históricas.
Província Negra. KaledKanbour& Kris Zullo	GABAJU/2019.	A partir da narrativa ficcional Luiz Gama, Advogado, Poeta, é umas das figuras mais proeminentes de São Paulo nos meados do século XIX. Negro numa sociedade escravista, impõe-se pela profissão arte e coragem na luta contra a escravidão.
Carolina. Sirlene Barbosa & João Pinheiro	CONRAD/2018.	Uma das grandes obras dos quadrinhos brasileiro, traça a vida da Escritora maria Carolina de Jesus, sua vida luta e obra...foi premiada e escolhida pelo PNBE para constar nas bibliotecas das escolas públicas do País.
Beco do Rosário. Ana Luiza Koehler	VENETA/2020	Porto Alegre do início do século XX, remodelação da cidade expulsa os indesejados, a história narra como além da estrutura racista, a cidade também não é feita para os moradores pobres e negros.
Encruzilhada. Marcelo D'Salete	VENETA/2016	Obra contemporânea que visita os becos, vielas da periferia e condomínios de uma grande metrópole brasileira, protagonizadas por quem sempre esteve a margem da história do Brasil.
Angola Janga, Uma História de Palmares. Marcelo D'Salete	VENETA/2017	Angola Janga talvez seja a melhor HQ já feita no Brasil, apesar de falar de falar do Quilombo de Palmares, não se fixa na Figura de Zumbi, mas sim em outros personagens que orbitaram em torno do líder. Multipremiada tanto no Brasil como no exterior, publicada em diversos países, também entrou para o PNBE.
Cumbe. Marcelo D'Salete.	VENETA/2018	Cumbe, segue a linha de Angola Janga, e amplia a noção de que a luta contra a Escravidão se deu desde sempre, a resistência contra

		esse processo passou por diversas fases dentro da escravidão no Brasil. Também entrou para o PNBE.
Sete Cores da Amazônia. Ademar Vieira &Tieê Santos	BLACK EYE/2019	Sarah é uma menina que vive nas palafitas em Manaus, e através de sua avó sai em uma aventura em busca de sua ancestralidade Indígena.
Crônicas da Província. Wander Antunes & Mozart Couto	VIA LETTERA/1999	Faz um retrato da república Velha, distante dos grandes centros, mas que mesmo nos lugares mais distantes o poder se mantém a partir da violência através dos coronéis e jagunços, não livrando ninguém, inclusive os povos Indígenas.
Os Guerreiros das Dunas. Emanoel Amaral & Gilvan Lira	EDITORA UM/2005	A HQ, narra o contato entre brancos e indígenas no início da colonização em terras norte-rio-grandenses, mostrando as tradições culturais indígenas.
Hans Staden, Um aventureiro no Novo Mundo. Jô de Oliveira	CONRAD/2005	Adaptação do Livro de Hans Staden, de suas aventuras no Brasil como prisioneiro dos Tupinambás e conseguiu sobreviver, fazendo um relato de suas experiências.
Brasileiros, terra do grande encontro. O Segredo da Jurema. Carlos Patati & Allan Alex	MARQUES SARIAVA/2003	Mais uma obra que trata de lendas Indígenas, os ritos da natureza, os cantos, o uso das plantas, fazem parte dos fundamentos culturais importantes para os antepassados desta terra.
Ajuricaba. Ademar Vieira &Jucylande Júnior.	BLACK EYE/2020	A ocupação europeia na Amazônia e o avanço do colonialismo português foi marcado pelo genocídio dos povos nativos. Mas na mesma medida a luta e a resistência a esse processo também existiu. É disso que trata a HQ.
Xondaro. Vitor FlynPaciornick	FUNDAÇÃO ROSA LUXEMBURGO/2016	Narrativa em quadrinhos que apresenta Indígenas vivendo em um grande centro, São Paulo, suas dificuldades e a negativa de ser reconhecido como indígena por estar fora do lugar que lhe atribuem sua origem. A mata, a selva.
Os Donos da Terra. Daniela Alarcon & Vitor Flyn Paciornik	ELEFANTE/2020	Os Donos da terra, aborda episódios históricos e recentes da luta dos Tupinambá da Serra do padeiro do Sul da Bahia, pela recuperação dos territórios ancestrais dos quais foram expulsos.
Os Brasileiros. André Toral	CONRAD/2009	HQ que narra conflitos, rituais e tradições, que se estendem da época do descobrimento às lutas pela demarcação de terras no século XX.
Holandeses. André Toral	VENETA/2017	HQ que trata da invasão como negócio e política, a partir da presença holandesa no nordeste brasileiro, com uma sociedade muito

		dividida, judeus, brasilianos, mamelucos, negros e mulatos.
A Alma que Caiu do Corpo. André Toral.	VENETA/2020	Essa HQ reúne em nove histórias o contato, na maioria das vezes violento entre os povos Indígenas e os brancos no Brasil. Apesar de ficcionais, foram feitas tendo como base uma sólida pesquisa histórica e antropológica.
Marielle Franco, Raizes. Roberta Araujo, Dika Araújo & Da Penha	INSTITUTO MARIELLE FRANCO/2021	Conta a história da Vereadora Marielle Franco, assassinada no exercício de seu mandato, as origens e os primeiros passos, durante sua infância e adolescência, em uma história em quadrinhos inédita! Uma ferramenta para inspirar jovens de todo o país (e de todas as idades) a seguirem movendo as estruturas. Será de grande valia seu uso nas escolas públicas.
Jeremias, pele. Rafael calça & Jefferson Costa	PANINI COMICS/2018.	Releitura em HQ de um dos primeiros personagens do Mauricio de Souza (turma da Mônica), como o título indica, trata da percepção de Jeremias que a cor de sua pele é determinante para o olhar do outro e da definição do lugar que a sociedade lhe destina, passando pelo racismo da escola e de sua professora.
Zumbi dos Palmares. Clovis Moura & Álvaro de Moya.	LA SELVA/1995	Edição comemorativa dos 300 anos de Zumbi dos Palmares, publicada originalmente em 1955. Palmares não tinha sido revisto pela História com a objetividade que tem hoje. Palmares ainda estava nos porões da história, era lembrado apenas como um território de negros fugidos, cujo chefe supremo havia se suicidado atirando-se de um despenhadeiro.
Palmares, A luta pela Liberdade. (em quadrinhos) Eduardo Vertillo.	CORTEZ/2010	Eduardo Vetillo ilustra e escreve esta eletrizante história (em quadrinhos), nos levando de volta ao século XVII, passando pelos porões dos temidos navios negreiros, até a terrível batalha no famoso Quilombo de Palmares, liderado pelo bravo Zumbi. Acompanhe os personagens Demba e Moah nesta aventura histórica, repleta de superação, amizade e de luta pela liberdade.
A Revolta da Chibata. Mauricio Pestana.	PESTANA/2010	Este trabalho, no formato de história em quadrinhos, cumpre um importante papel no sentido de trazer à luz a uma das mais belas histórias de luta e resistência, sempre enriquecido por

		ilustrações/imagens que possibilita ao leitor fazer várias reflexões e os educadores(as) e alunos(as) problematizá-la de forma ampla no cotidiano da escola. É a História de João Candido, O Almirante Negro.
Zumbi: do Palmares ao Pêlo. Mauricio pestana.	ESCOLA OLODUM/2012	Durante as primeiras décadas do século XIX várias rebeliões de escravos explodiram na província da Bahia. A mais importante delas foi a dos Malês, uma rebelião de caráter racial, contra a escravidão e a imposição da religião católica, que ocorreu em Salvador. É essa história que esse quadrinho resgata.
Revolta dos Búzios. Uma história de igualdade no Brasil. Mauricio Pestana.	ESCOLA OLODUM/2007	Conhecida como Conjuração Baiana a Revolta dos Alfaiates, foi deflagrada na então capitania da Bahia, com caráter popular e defendia uma república na Bahia, e fim da Escravidão, tinha os ideais franceses da Igualdade, Liberdade e Fraternidade.
Descobrindo um Novo Mundo. Lillo Parra & Rogê Antônio	NEMO/2015	A narrativa apresentada nesta HQ, é o contato dos portugueses com os habitantes do que se tornaria o Brasil
PangyjejKueSep A nossa língua escrita no papel.	MEC/SEF/NEI-RO/1994	Muito embora não seja uma HQ tradicional. Esse material foi produzido por Indígenas Zoró de Rondônia, a alfabetização de adultos, bem como à formação de professores Indígenas, o material foi ricamente ilustrado pelos próprios Indígenas e serviu também para registrar a própria língua. Como aponta o título da obra. Interessante que não há tradução para o português.
MukandaTiodora Marcelo D'Sallete	VENETA/2022	Uma história baseada em fatos rica em materiais de apoio, que inclui textos das historiadoras Maria Cristina Cortez Wissenbach e Silvana Jeha, uma cronologia da luta abolicionista em São Paulo e, pela primeira vez, a reprodução integral das cartas de Tiodora. Apresentação da editora.
TRISTE REPÚBLICA A Primeira República comentada por Lima Barreto	Cia das LETRAS/2022	Em *Triste República*, o cartunista Spacca e a historiadora e antropóloga Lilia Moritz Schwarcz, voltam a contar a história do Brasil em quadrinhos, desta vez investigando a Primeira República e prestando um tributo essencial a um dos maiores prosadores da língua portuguesa de todos os tempos. Descrição da editora

Fonte: O autor, 2023.

Abaixo temos o quadro II e quadro III, separados por modalidade, ensino fundamental e médio, com a apresentação de algumas diretrizes indicativas da BNCC – Base Nacional Curricular Comum, que tem a intenção de apresentar dentro da legislação educacional, as justificativas que corroborem e chancelem o uso das HQs nas aulas. Esse documento foi concebido para nortear os conteúdos ministrados de História, Geografia, Sociologia e Filosofia, e para os anos iniciais do Ensino Fundamental, e encontramos espaço para o trabalho com as HQs, na disciplina História, cada obra listada no quadro acima encontra sua correspondência temática em uma possível habilidade descrita no documento. Entretanto, como assumimos que esse trabalho não se pretende prescritivo e muito menos um manual de uso, não listamos todas as habilidades possíveis e muito menos fizemos relação ou indicamos com qual HQs a habilidade poderia ser trabalhada, apenas sinalizamos possíveis caminhos de ação de maneira que cada um que tiver contato com essa pesquisa poderá escolher o melhor instrumento para fundamentar suas escolhas em sala de aula, diante de um respaldo legal.

Para o ensino de História que é o nosso interesse, identificamos uma estrutura dentro da base que vai nortear a construção de conteúdos com foco em Educação para as Relações Étnico Raciais, para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira, quilombola e Indígena. Entretanto as possibilidades de intersecção das HQs com outros temas são ampliadas e o limite é a própria imaginação dentro do que oferece a BNCC.

Quadro 2 – BNCC; 2017, MEC. Ensino Fundamental, p,407,409,423,427

(EF03HI03) Identificar e comparar pontos de vista em relação a eventos significativos do local em que vive, aspectos relacionados a condições sociais e à presença de diferentes grupos sociais e culturais, com especial destaque para as culturas africanas, indígenas e de migrantes.
(EF05HI04) Associar a noção de cidadania com os princípios de respeito à diversidade, à pluralidade e aos direitos humanos.
(EF08HI11) Identificar e explicar os protagonismos e a atuação de diferentes grupos sociais e étnicos nas lutas de independência no Brasil, na América espanhola e no Haiti.
(EF07HI12) Identificar a distribuição territorial da população brasileira em diferentes épocas, considerando a diversidade étnico-racial e étnico cultural (indígena, africana, europeia e asiática).
(EF08HI14) Discutir a noção da tutela dos grupos indígenas e a participação dos negros na sociedade brasileira do final do período colonial, identificando permanências na forma de

preconceitos, estereótipos e violências sobre as populações indígenas e negras no Brasil e nas Américas.
(EF07HI15) Discutir o conceito de escravidão moderna e suas distinções em relação ao escravismo antigo e à servidão medieval.
(EF07HI16) Analisar os mecanismos e as dinâmicas de comércio de escravizados em suas diferentes fases, identificando os agentes responsáveis pelo tráfico e as regiões e zonas africanas de procedência dos escravizados.
(EF08HI19) Formular questionamentos sobre o legado da escravidão nas Américas, com base na seleção e consulta de fontes de diferentes naturezas.
(EF08HI20) Identificar e relacionar aspectos das estruturas sociais da atualidade com os legados da escravidão
(EF08HI23) Estabelecer relações causais entre as ideologias raciais e o determinismo no contexto do imperialismo europeu e seus impactos na África e na Ásia.
(EF08HI24) Reconhecer os principais produtos, utilizados pelos europeus, procedentes do continente africano durante o imperialismo e analisar os impactos sobre as comunidades locais na forma de organização e exploração econômica.

Fonte: O autor, 2023.

Quadro 3 - BNCC: Ensino Médio BNCC; 2017. p,415,492,494,495,496

Habilidades de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas BNCC.
(EM13CHS101) Identificar, analisar e comparar diferentes fontes e narrativas expressas em diversas linguagens, com vistas à compreensão de ideias filosóficas e de processos e eventos históricos, geográficos, políticos, econômicos, sociais, ambientais e culturais.
(EM13CHS102) Identificar, analisar e discutir as circunstâncias históricas, geográficas, políticas, econômicas, sociais, ambientais e culturais de matrizes conceituais (etnocentrismo, racismo, evolução, modernidade, cooperativismo/desenvolvimento etc.), avaliando criticamente seu significado histórico e comparando-as a narrativas que contemplem outros agentes e discursos.
(EM13CHS103) Elaborar hipóteses, selecionar evidências e compor argumentos relativos a processos políticos, econômicos, sociais, ambientais, culturais e epistemológicos, com base na sistematização de dados e informações de diversas naturezas (expressões artísticas, textos filosóficos e sociológicos, documentos históricos e geográficos, gráficos, mapas, tabelas, tradições orais, entre outros).
(EM13CHS104) Analisar objetos e vestígios da cultura material e imaterial de modo a identificar conhecimentos, valores, crenças e práticas que caracterizam a identidade e a diversidade cultural de diferentes sociedades inseridas no tempo e no espaço.
(EM13CHS105) Identificar, contextualizar e criticar tipologias evolutivas (populações nômades e sedentárias, entre outras) e oposições dicotômicas (cidade/campo, cultura/ natureza, civilizados/bárbaros, razão/emoção, material/virtual etc.), explicitando suas ambiguidades
(EM13CHS201) Analisar e caracterizar as dinâmicas das populações, das mercadorias e do capital nos diversos continentes, com destaque para a mobilidade e a fixação de pessoas, grupos humanos

e povos, em função de eventos naturais, políticos, econômicos, sociais, religiosos e culturais, de modo a compreender e posicionar-se criticamente em relação a esses processos e às possíveis relações entre eles.
(EM13CHS204) Comparar e avaliar os processos de ocupação do espaço e a formação de territórios, territorialidades e fronteiras, identificando o papel de diferentes agentes (como grupos sociais e culturais, impérios, Estados Nacionais e organismos internacionais) e considerando os conflitos populacionais (internos e externos), a diversidade étnico-cultural e as características socioeconômicas, políticas e tecnológicas.
(EM13CHS401) Identificar e analisar as relações entre sujeitos, grupos, classes sociais e sociedades com culturas distintas diante das transformações técnicas, tecnológicas e informacionais e das novas formas de trabalho ao longo do tempo, em diferentes espaços (urbanos e rurais) e contextos.
(EM13CHS402) Analisar e comparar indicadores de emprego, trabalho e renda em diferentes espaços, escalas e tempos, associando-os a processos de estratificação e desigualdade socioeconômica.
(EM13CHS501) Analisar os fundamentos da ética em diferentes culturas, tempos e espaços, identificando processos que contribuem para a formação de sujeitos éticos que valorizem a liberdade, a cooperação, a autonomia, o empreendedorismo, a convivência democrática e a solidariedade.
(EM13CHS503) Identificar diversas formas de violência (física, simbólica, psicológica etc.), suas principais vítimas, suas causas sociais, psicológicas e afetivas, seus significados e usos políticos, sociais e culturais, discutindo e avaliando mecanismos para combatê-las, com base em argumentos éticos.
(EM13CHS601) Identificar e analisar as demandas e os protagonismos políticos, sociais e culturais dos povos indígenas e das populações afrodescendentes (incluindo os quilombolas) no Brasil contemporâneo considerando a história das Américas e o contexto de exclusão e inclusão precária desses grupos na ordem social e econômica atual, promovendo ações para a redução das desigualdades étnico-raciais no país.
(EM13CHS603) Analisar a formação de diferentes países, povos e nações e de suas experiências políticas e de exercício da cidadania, aplicando conceitos políticos básicos (Estado, poder, formas, sistemas e regimes de governo, soberania etc.).
(EM13CHS605) Analisar os princípios da declaração dos Direitos Humanos, recorrendo às noções de justiça, igualdade e fraternidade, identificar os progressos e entraves à concretização desses direitos nas diversas sociedades contemporâneas e promover ações concretas diante da desigualdade e das violações desses direitos em diferentes espaços de vivência, respeitando a identidade de cada grupo e de cada indivíduo.
(EM13CHS606) Analisar as características socioeconômicas da sociedade brasileira – com base na análise de documentos (dados, tabelas, mapas etc.) de diferentes fontes – e propor medidas para enfrentar os problemas identificados e construir uma sociedade mais próspera, justa e inclusiva, que

valorize o protagonismo de seus cidadãos e promova o autoconhecimento, a autoestima, a autoconfiança e a empatia.

Fonte: O autor, 2023.

3 PERSPECTIVAS DE TRABALHO A PARTIR DAS HQS, ABORDAGENS POSSÍVEIS

Essas perspectivas servem de auxílio para o encontro das habilidades, competências associadas ao uso das HQs na História.

1. Mediação de leitura: apresentações, discussões, debates, rodas de leitura, troca de experiências a partir da perspectiva literária. Importante sempre ressaltar que a relação entre literatura e HQs sempre foi muito presente, inclusive com maior destaque do que temas históricos, na própria LDB de 1996, havia o incentivo dessa relação com adaptações de grandes nomes da literatura brasileira em HQs, elas são um meio para trabalhar determinados conteúdos curriculares.

2. Adaptação de obras literárias: como música, ópera, cinema, com isso incentivar a leitura; facilitar o acesso a outras mídias através das HQs, e assim refletir sobre as especificidades de cada mídia ou linguagem.

3. Língua estrangeira: uso de HQs no idioma original; introdução para aspectos culturais.

4. Produção de HQs: individual ou em grupo, fanzines, material produzido pelos estudantes, inclusive com o uso de ferramentas digitais como pixton, Go Animate, Strip Creator, entre outros.

5. Língua estrangeira: uso de HQs no idioma original; introdução para aspectos culturais.

6. Ficção histórica: O uso das HQs para adaptações de temas e personagens históricos para divulgação e produção pedagógica, podemos dizer essa linha editorial é a mais comum no campo da história, a diferença que muito recentemente essa produção se qualificou acompanhando o desenvolvimento da própria historiografia como base sólida na construção das narrativas e roteiros, inclusive com a entrada de quadrinistas que também são professores e o cuidado com as fontes se faz muito presente.

7. HQs como divulgação cientifica, informativa ou didática: Jornalismo em HQs, trechos em HQs nos livros didáticos, livros teóricos no formato de HQs.

8. Autobiográficos, a partir de memórias, experiências de construção de identidades expressas nas narrativas das HQs que possam gerar empatia.

9. Fonte histórica: representações contidas nas HQs, o papel histórico destes no contexto de sua produção.

3.1 **Aula-oficina, a dimensão prática das HQs nas aulas de História**

Desde o início dessa pesquisa, se estabeleceu que o trabalho se daria de forma prática e colaborativa com a interação dos estudantes e professor, e para tanto foram mobilizados os conceitos da proposta triangular de Ana Mae Barbosa (2010) que consiste em três eixos de aplicação, fruição, reflexão e produção, mesmo que destinados ao ensino de artes visuais, cremos na viabilidade e possibilidade de trabalho para pensar as HQs no ensino de história, por se tratar de "uma proposta para conhecer a linguagem das artes plásticas, para ver, para conhecer por meio da imagem", que no fim das contas é ponto de convergência com nossa temática para o ensino de história. Essas mesmas imagens que moldam pensamentos e comportamentos, por isso Kellner (1995, p. 112) defende uma pedagogia crítica capaz de analisar as imagens com "uma riqueza de sentidos que exige um processo sofisticado de decodificação e interpretação". Continuado nessa seara, é pensar as possibilidades de estudo das imagens pela historiografia, da forma pretendida por Eduardo França Paiva, a partir da apropriação da memória individual e coletiva como fim de um processo que começa com

> Compreender uma fonte que contribui, também para o melhor entendimento das formas pelas quais, no passado, as pessoas representaram sua história e historicidade (PAIVA. 2006, p. 13).

Que construídas historicamente, a partir do uso de uma iconografia e das imagens de forma geral, para a nossa pretensão, as HQs. A fruição está ligada ao modo como os estudantes, vão ler e interpretar a obra de arte, no nosso caso, como se dará esse primeiro contato em sala de aula com as HQs. Nesse primeiro momento a contextualização histórica estará presente, para que se compreenda questões relativas a produção histórica de determinadas HQs, que existe uma intenção em todo artefato cultural, procurar levantar sentidos e objetivos que estejam presentes nas HQs, é parte necessária do trabalho nas oficinas, Apesar desse eixo, inicialmente, ser

feito de forma livre, com os estudantes tendo o contato com as HQs, alguns cuidados devem ser observados, nesse sentido o professor como mediador se fará presente, afinal é o primeiro contato com a fonte histórica com vistas para as oficinas, e essa fruição deve obedecer alguns caminhos norteadores definidos pelo professor, como a tipificação da narrativa contida na HQs escolhida, se é biográfica, ficção histórica, narrativa histórica, etc.. Nesse momento será incentivado que os estudantes procurem nas narrativas das HQs selecionadas, identificação com os temas e com os personagens justamente para que haja uma ambientação com as obras, a partir de um reconhecimento histórico, de alguma maneira procure e encontre relação com suas vidas, ou como Santos Neto (2010, p,6), propõe, que “a construção do conhecimento se faz na relação, no encontro, portanto, além do conhecimento intelectual crítico, exige afetividade e escuta sensível” pensar a feitura do conhecimento como um lugar de afeto, diante disso

> [...] partimos da ideia de que conceitos teóricos, conteúdos curriculares, o conhecimento científico, o mundo escolar e acadêmico estão articulados profundamente aos assuntos relacionados à vida geral como família, relações humanas, trabalho, política, sociedade, sentimentos e espiritualidade (FORTUNA, 2018, p. 49).

A dimensão de estima da educação deve ser explorada e buscada, para além da burocracia dos currículos, de forma que seja capaz de gerar envolvimento que determina a capacidade de subjetivação no tempo e no espaço escolar, ao criar condições e percepção de sentidos do tempo histórico, construindo saberes escolares através de oficinas em uma perspectiva que seja colaborativa, crítica e prática.

Em seguida, trabalharemos o segundo eixo, que consiste na reflexão onde se estabelecerá conexões entre os conteúdos teóricos históricos contextualizados e relacionados com as HQs. Após esse momento, ferramentas para a produção dos materiais propostos, HQs e/ou fanzines, que é o terceiro eixo da proposta, é o fazer artístico, é a produção propriamente, quando já municiados pelos eixos anteriores, fruição e reflexão, os estudantes partem para o fazer prático, a produção de HQs e/ou fanzines históricos sobre os temas selecionados por cada estudante envolvido nas oficinas, conduzidas com preparo adequado. Entretanto não é uma fórmula pronta e acabada. Essa sistematização, da mesma forma que cria condições de trabalho, pode ser um entrave, ao criar uma metodologia fechada e sem considerar por exemplo, as condições de conhecimento dos estudantes sobre a mídia, o que por si só inviabilizaria

o trabalho a partir da proposta triangular, “já que o objetivo do PROFHISTÓRIA é favorecer a prática docente como eixo articulador das reflexões” (FERREIRA e HERMETO, 2021,p. 13) de forma a estreitar os diálogos entre a escola e universidade em uma relação cada vez mais horizontal, sem a condição de subalternidade outrora existente, o programa não preconiza que suas pesquisas sejam um sistema fechado que deverá ser aplicado ipisis literis pelos professores que tenham acesso ao trabalho. Eles devem valorizar a autonomia pedagógica ou mesmo a formação de cada professor, mas não estamos falando do papel de centralidade do professor, isso é diferente, é compreender que seu papel e de incentivar que em suas aulas, sua prática também busque a cooperação com os estudantes. Essa atuação levará os estudantes a um papel de destaque no processo de ensino-aprendizagem.

3.2 **O desenvolvimento da aula-oficina**

Necessitamos de um cuidado redobrado, para não cairmos a nível de senso comum, onde “qualquer improviso poderá servir o objetivo de captar o interesse superficial dos alunos” (BARCA, 2004, p. 131) em uma atividade proposta pelos professores, e a maneira correta para não incorrer nesse autoengano, é definir qual metodologia de trabalho será empregada de acordo com os objetivos previamente estabelecidos. Para essa pesquisa, desde o início se estabeleceu que os trabalhos seriam colaborativos, priorizariam a lógica de horizontalidade - qualidade intrínseca do PROFHISTÓRIA. Para tanto, recorremos as categorias de Marcel Lesne (1984) que pensa a constituição de aulas a partir de paradigmas educativos, em que dividiu em três dessas categorias.

- Primeiro paradigma educativo: modelo de aula-conferência
- Segundo paradigma educativo: modelo de aula-colóquio
- Terceiros paradigmas educativos: modelo de aula-oficina

Para nossos objetivos com as oficinas de HQs e fanzines, o paradigma educativo que melhor se encaixa, inclusive de acordo com o programa de mestrado, é o terceiro paradigma educativo, modelo aula-oficina como observamos no quadro explicativo abaixo.

Quadro 4 - Paradigmas educativos: modelo de aula-oficina

Paradigmas educativos: modelo de aula-oficina. Marcel lesne (1984)	
Lógica	O aluno, agente de sua formação com ideias prévias e experiências diversas, o professor investigador social e organizador de atividades problematizadoras
Saber	Modelo do saber multifacetado e a vários níveis; -Senso comum -Ciência -Epistemologia
Estratégias e recursos	Múltiplos recursos intervenientes Aula-oficina
Avaliação	Material produzido pelo aluno, analisado por todos
Efeitos Sociais	Mudança de paradigmas, preconceitos

Fonte: BARCA, 2004.

O modelo aula oficina aponta o melhor caminho de trabalho com as HQs, existe uma correlação com a proposta triangular, a partir da fruição, reflexão e produção, onde temos a interpretação de fontes, compreensão contextualizada e por fim comunicação, que são correspondentes e se aproximam dos objetivos estabelecidos pela pesquisa. Mas o grande diferencial das outras propostas é ideia da produção de conhecimento compartilhada onde os estudantes têm possibilidade de agir sobre suas produções e não apenas esperar que o professor defina cada passo nas oficinas. Estas terão sim um padrão, um método de trabalho. Mas os trabalhos são de responsabilidade individual diante do que foi apresentado e, por conseguinte, do que foi apreendido por cada estudante, haja visto que cada um tem uma vivência que será estimulada em todo o trabalho prático.

Importante ter a compreensão que a busca pelo conhecimento se faz na relação, no encontro e, portanto, além do conhecimento intelectual crítico exige afetividade e escuta sensível" Segundo Fortuna (2010) essas demandas exigem do educador estratégias e ações voltadas à autenticidade, criatividade, e autonomia com fins na autoralidade. Caso o professor não consiga que essas qualidades aflorem nos estudantes, ou mesmo fazer como que eles creiam em suas capacidades, principalmente de autoralidade e autenticidade, o trabalho pode não alcançar os objetivos previamente estabelecidos. Entretanto, não partimos de uma lógica de que exista um ponto comum a ser atingido por todos, o que seria uma grande contradição com tudo que vem sendo apresentado nessa pesquisa, que é a valorização das experiências individuais, a partir do trabalho colaborativo e da noção de horizontalidade da relação professor-estudantes. Portanto, todo resultado é válido.

E para esse caminho se faz necessário pensar um modelo de trabalho diferente das formas tradicionais, perceber que a escola tem sido o lugar onde o professor exerce seu papel social por meio de um saber já pronto e acabado, mas que se faz urgente mudar, superar ser o aplicador de formulas pré-estabelecidas, baseadas na tradição, e sim, adotando um modelo de pensamento prático que leve a reflexão do professor assim como dos estudantes em uma perspectiva de processo onde as fases de planejamento, aplicação e avaliação sejam contempladas de forma colaborativa, assegurando o sucesso da aula-oficina. Para tanto, implica dizer que o Professor de História de todos os níveis de ensino tem que saber lidar criticamente com as fontes, sejam elas as mais comuns do universo escolar, livro didático, paradidático, materiais pedagógicos, assim como com outras mídias, no caso jornais, filmes, vídeo games e HQs e os saberes, linguagem e a oralidade manifestadas dentro da própria sala de aula. Lidar com essa diversidade de registros, saber indagá-los e desconstruí-los, saber contextualizá-los e explorá-los, questioná-los e estimular para deles retirar subsídios que nos permita uma abordagem metodológica. E passados quase 20 anos de sua promulgação, a Lei 10.639/03 encontra dificuldades em sua implementação, ou mesmo distorção de seus objetivos, sendo relegada a um papel subalterno de chancela de efemérides do calendário escolar, como no caso do Dia da Consciência Negra. O que se pretende com a proposta de aula-oficina, é criar um percurso pedagógico educativo através das HQs e a Lei 10.639/03.

As HQs são um importante instrumento no tratamento de temáticas e de variados campos do conhecimento. No nosso o caso, a História as HQs podem atender simultaneamente a diversos objetivos de aprendizagem por conter em sua linguagem mecanismos dinâmicos para a apreensão e construção do conhecimento histórico. As HQs como fonte possibilitam a partir de sua representação iconográfica, uma ressignificação de outros valores, interesses, problemas, olhares, ou seja, construções históricas, imagens essas que associadas a outros registros, veículos, meios, suportes como o livro didático, nos oferece e interpretações imagéticas, para o uso em sala de aula. portanto pensar as HQs como prática educativa, implica discutir a sua produção cotidiana de sentido entre os diversos sujeitos, envolvidos com essa linguagem, de modo que se consiga dar conta das formas de representação contidas nas obras e de luta e resistência negra à escravidão, que em última análise justificam a existência de todo um delineamento jurídico de leis que visam ações afirmativas,

reparadoras e compensatórias para o povo negro, como a Constituição Federal, o Estatuto da Igualdade Racial, a Lei de Cotas, e a Lei 10.639./03.

3.3 **Descrição das oficinas: relato de experiência**

Os trabalhos abaixo listados foram feitos em 2020 em aulas remotas pelo *Google Classroom*, plataforma escolhida pela Secretaria de Estado de Educação - SEEDUC/RJ, no Ciep 165 - Brigadeiro Sergio Carvalho, em Campo grande/RJ, em turmas de História. Nesse período, eu contava com 10 turmas de ensino médio, assim divididas, (4) quatro turmas de 1° série, (4) quatro turmas de 2°série e (2) duas turmas de 3° série, com uma média de 30 alunos por turma. A todos os estudantes foi proposto o trabalho com HQs e fanzines. Entretanto, pelas condições adversas apresentadas (pandemia e aulas remotas), das mais variadas ordens, a proposta das oficinas não foi feita de forma obrigatória. Percebemos que o ensino remoto não oferecia as melhores condições para as aulas e por conseguinte também para as oficinas. Então optamos por pensar e aplicar as oficinas como se fossem uma "disciplina eletiva". Não preciso reafirmar que a desigualdade social foi a tônica dessas aulas no sistema remoto: pouca adesão, muita evasão, estudantes deixando a escola para trabalharem, ou mesmo para cuidar dos irmãos menores, além das péssimas condições de acesso por conta da exclusão digital, sem contar que estávamos no auge da pandemia, sem vacinas e com um governo de orientação genocida. Mas apesar de todas as dificuldades três estudantes de turma de 1° ano (1004), se interessaram pela proposta, ambos possuíam com condições tecnológicas mínimas. Nos referiremos a eles como A..., J..., e P....

Lamentando a situação da pandemia, é preciso relatar que, mesmo de forma compulsória, estávamos diante de uma situação metodológica com possibilidades que iam além da sala de aula presencial tradicional, se pensarmos dentro das questões levantadas pelas metodologias de ensino inovadoras, que são modelos híbridos de educação, ou como sugerido por Jose Moran

> Metodologias ativas são estratégias de ensino centradas na participação efetiva dos estudantes na construção do processo aprendizagem, de forma flexível, interligada e hibrida. As metodologias ativas, num mundo conectado

> e digital, expressam-se por meio de ensino híbridos, como muitas combinações (MORAN, 1995, p. 27).

Uma nota se faz necessária, não afirmamos que apenas a aula no formato digital, e a distância se configure como uma metodologia ativa híbrida, compreendemos apenas alguns desses aspectos que surgiram nesse formato de aula virtual. A medida que as aulas foram se desenvolvendo e o domínio da plataforma e a nova forma de produzir conhecimento foi posta em prática para ambos agentes, professor e estudantes, que a forma de atuar nesse formato abria possibilidades ao integrar “diferentes áreas do conhecimento disciplinar, metodologias, projetos, indivíduos, grupos colaborativos e personalizados”. Para o nosso caso, ampliamos as diversas mídias e linguagens, como HQs, cinema, videogames, jogos etc.

E dessa forma as oficinas se iniciaram. Segue-se uma descrição básica do passo a passo escolhido: Primeiro a apresentação das Leis 10.639/03, e sua importância dentro do currículo escolar de modo a justificar o nosso trabalho. Era essencial que a legislação estivesse presente já no início das atividades. De maneira geral, pouco é apresentado aos estudantes sobre o que rege sua presença nas escolas, e não apenas a Lei 10.639/03. E não foi surpresa que A., J. e P. desconhecessem a Lei e a obrigatoriedade nas escolas da História afro-brasileira e da História das populações indígenas. Com isso, podemos afirmar que nunca tiveram em suas vidas escolares a simples menção da Lei, por nenhum outro professor seja de História ou de outra disciplina, ou mesmo em algum evento escolar que de alguma maneira mencionasse a Lei. Como é uma obrigação, é de causar espanto que em nenhum momento da vida escolar desses estudantes ninguém tenha tratado do tema, afinal a lei é de 2003, prestes a completar 20 anos de existência.

Quadro 5- organograma de planejamento das aulas/oficinas

período	**Apresentação dos componentes didáticos para as aula-oficina com HQs**		**Carga horária**	**Modalidade De ensino**
1ª etapa	1° semestre 2020	Apresentação e discussão da Lei 10.639/03, destacando a importância dos movimentos negros ao longo da História do Brasil	4/hr	Aulas ensino remotas
2ª etapa	1° semestre 2021	Apresentação histórica das HQs, suas definições, origens, e aspectos da linguagem, que as difere de outras linguagens, seus usos na escola, demonstrando a importância dela como suporte pedagógico.	4/hr	Aulas presenciais

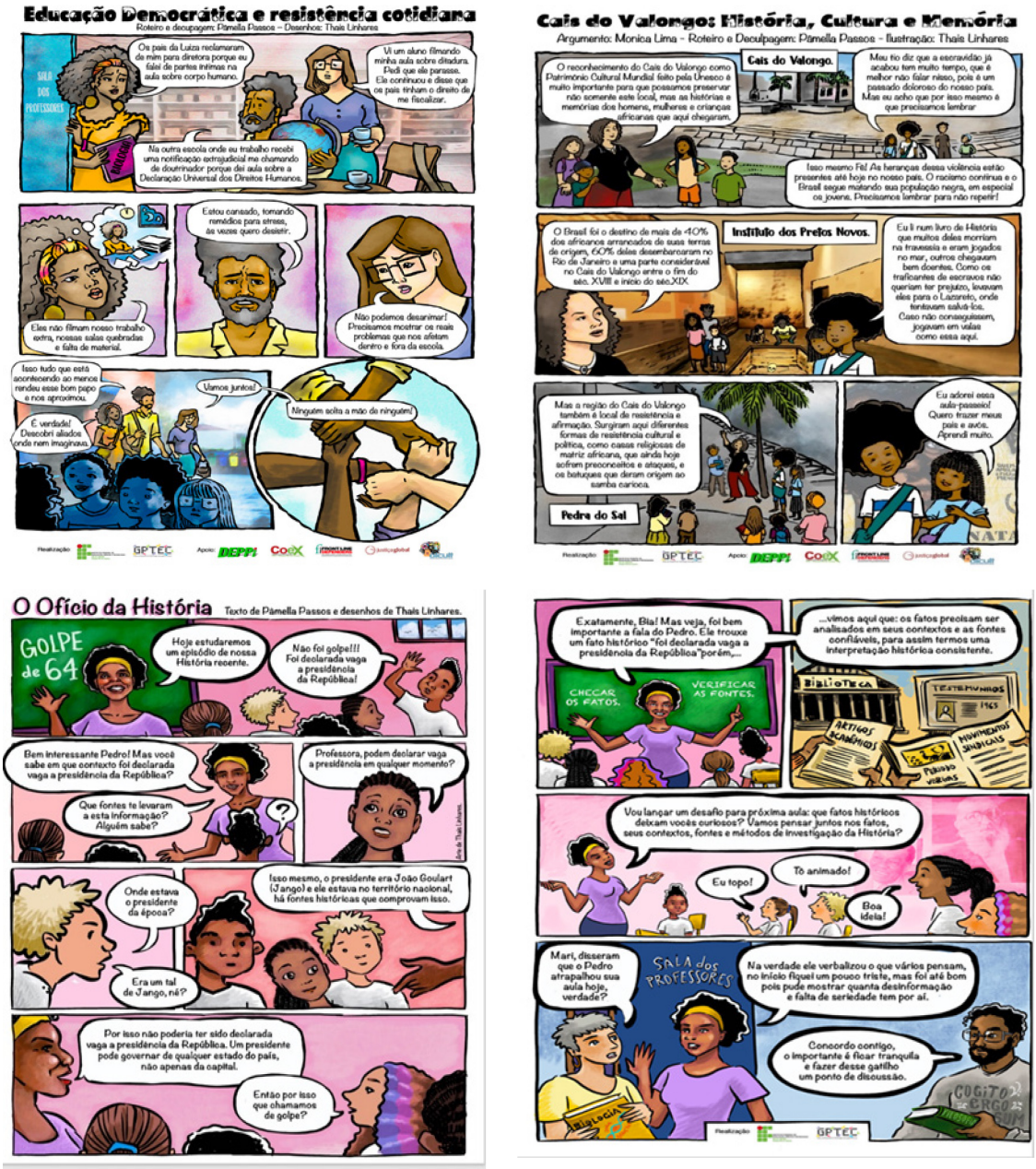
Fonte: O autor, 2023.

Na primeira aula-oficina tratamos nossos trabalhos pela apresentação da Lei 10.639/03 seu contexto de luta, o que ela defende, quais são seus objetivos. Foi apresentado o teor da lei, falamos sobre o parecer CNE/CP 03/2004 que regulamentou as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana instituído pela Resolução CNE/CP 01/2004, quando se configurou como uma política de ação afirmativa com suas respectivas formas de regulamentação, demonstrando que o governo deixava sua posição de neutralidade quanto ao tema. Nessa parte foi tomado todo o cuidado para que as informações fossem acessíveis para o entendimento de todos e não tornasse a aula maçante no sentido de não despertar o interesse. Para auxílio dessa etapa, foi usada a HQ *Quadrinhos Por Direito*, de Pamella Passos e Thais Linhares. O livro *Quadrinhos por Direitos* (2020/2021) é uma produção do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro (IFRJ), através do GPTEC- Grupo de Pesquisas em Tecnologia, Educação e Cultura. Esse material, além de apresentar direitos adquiridos através das HQs, foi potente na capacidade em relacionar leis e direitos com HQs, além do que foi fundamental para visualização da linguagem para outros assuntos e temas que vão além do tradicional herói/super-herói ou narrativas de aventura. Ou seja, as HQs são um veículo que comporta todo e qualquer tipo de tema assunto, abordagem e narrativa.

Vale ressaltar que esse processo de apresentação e reconhecimento do ordenamento jurídico é essencial para que os estudantes de forma indubitável tenham

a noção de que leis não nascem do nada, e mesmo que os conteúdos e currículos escolares são eivados de objetivos que surgem de uma produção de sentido muito particular, e que pertence a quem detém o poder para tanto. Também evidencia a luta dos movimentos sociais que a partir de suas reivindicações e demandas geram muitas vezes o ponto de partida para a criação e tratamento desses temas de forma oficial, mesmo que a discussão dada seja superficial, no sentido do não aprofundamento, os resultados esperados são atingidos. Pelo menos agora eles conhecem a Lei 10.639/03.

Figura 5 - Quadrinhos por Direitos



Fonte: IFRJ, 2020.

Após a (1ª etapa) apresentação da HQ *Quadrinhos por Direitos*, o conhecimento e debate sobre lei e sua obrigação, partimos para a discussão sobre as HQs e os fanzines, apresentando um histórico sobre origens, definições, significados, aspectos, sobre a linguagem e possibilidades de uso, sempre procurando a relação com a Lei 10.639/03 e o que rege seus artigos. Nesse momento, mesmo não trabalhando com HQs estrangeiras, para efeito de familiarização, foi apresentado - principalmente – personagens de HQs de heróis e super-heróis, em sua maioria HQs estrangeiras, pela identificação quase automática, e assim conseguirmos um engajamento maior e interesse durante a aula exposição. A estratégia realmente surtiu efeito, e quando apresentamos nossos objetos de estudo e análise – HQs exclusivamente nacionais – a compreensão quanto a formas, estilos e linguagens, mas, principalmente, perceberam como é possível usar HQs brasileiras para se estudar História do Brasil. E estudar História do Brasil através da história Afro-brasileira e indígena.

Esse foi o momento em que selecionamos os pontos básicos para análise, e apresentamos especificidades teóricas de investigação e produção de HQs e fanzines, para além do que eles conheciam da mídia, e acima de tudo as possibilidades educacionais que pudessem superar a ideia simples de diversão e entretenimento. A intenção foi dar aos estudantes ferramentas de leitura com um olhar diferenciado do que eles estavam acostumados, de modo a incentivá-los a produzirem algo, em que todo o processo de construção fosse próprio, com pouca interferência da parte do professor. O momento da criação deveria ser livre de qualquer tipo de parâmetros, o limite seria apenas a própria imaginação e criatividade, pelo menos nessa primeira etapa, essa forma de trabalho foi importante para uma familiarização com as HQs, objetos de estudo, suporte pedagógico e fonte histórica.

Apesar dessa opção pela liberdade criativa e autoral, não abandonamos por completo o sentido da mediação, que achamos necessário, haja visto que o conhecimento comum da existência das HQs, não se observa em relação aos fanzines, ou mesma a opção de produzir um quadrinho, para efeito dessa pesquisa seria importante que algumas diretrizes fossem demarcadas. Nesse caso, sabíamos que cada um teria uma visão sobre o material apresentado, diante disso, optamos por fornecer para cada estudante uma obra em HQs, para auxílio da reflexão sobre o tema.

Com esse propósito fizemos o uso das HQs, *Jeremim, O príncipe que veio da África*lançada e homenagem ao dia da Abolição da Escravatura no Brasil, foi publicada em *Mônica n.5,* de Mauricio de Sousa. ed. Globo, 1987, que mostra a história em que o tataravô do Jeremias lutou para deixar de ser escravo. Muito provavelmente essa HQs foi lançada na esteira das festividades do centenário da Abolição da escravidão. *Angola Janga*, *uma história de Palmares* (2018), de Marcelo de S'alete e *Carolina* (2018) de Sirlene Barbosa e João Pinheiro. A escolha dessas duas últimas se justifica de forma mais específica, por sua inclusão nos programas governamentais PNLD Literário, de 2018. O Plano Nacional do Livro Didático Literário, confirmando sua condição de suporte pedagógico, educacional, comunicacional e histórico, além da adoção nas escolas públicas do País através do PNBE, Plano Nacional de Biblioteca Escolar em que desde 2006 reúne obras para as bibliotecas escolares o que fez com que as HQs passassem as ser vistas também como ferramenta pedagógica, retirando parte do preconceito à essa importante linguagem, além de sua legitimação acadêmica como fonte histórica.

A escolha do material, assim ficou definida, J...; ficou com *Angola Janga,* de Marcelo D'salete, ao P...; foi direcionado *Jeremim, um príncipe que veio da África,* da Turma da Mônica, e por fim para A...; *Carolina*, narrativa sobre a vida da Escritora Maria Carolina de Jesus. A HQ *Carolina* se destacou pela relevância da personagem. Mulher, negra, pobre, excluída, uma personagem à margem na história, e a partir dessa biografia em HQs, o projeto era fazer com que os estudantes começassem a compreender o racismo estrutural. Entender como Carolina Maria de Jesus, com pouca instrução consegue entrar em mundo distante e inalcançável para alguém com sua condição social e racial, e apesar de tudo isso, consegue superar partes dessas dificuldades e se tornar escritora. Além disso foi disponibilizado trechos de seu livro *Quarto de Despejo, Diário de uma Favelada* (1960), obra principal dessa escritora que lhe garantiu sucesso, além de imagens da Carolina em uma dimensão diferente da HQs. E finalizando, foi pedido – sugerido? – que A. produzisse um fanzine inspirado no material da Carolina. Assim foi feito, incentivada a escrever sobre tantas Carolinas que temos no Brasil, que possuem uma história que é de sobrevivência e resistência. Essas atividades, visando o trabalho com as HQs foram realizadas de forma remota, por conta da pandemia do covid-19.

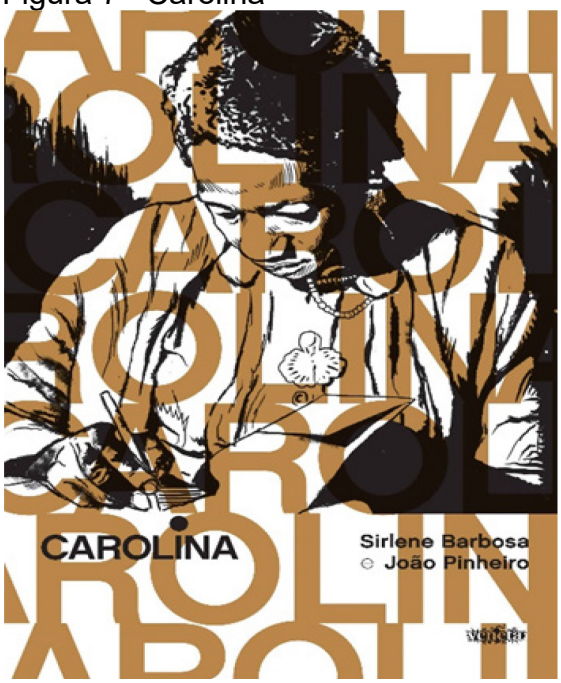
O primeiro trabalho apresentado é da estudante A.., que gostou bastante da obra *Carolina*, segundo ela, por ter ficado impressionado com sua História, e pela

identificação pois assim como a escritora brasileira A..., também gosta de escrever. Como todo o trabalho era remoto, não havia como entregar o exemplar físico, então para todos disponibilizei em PDF partes das HQs, além de um texto auxiliar para cada conjunto de HQs. Junto de *Carolina*, foi a biografia da escritora e alguns trechos de *Quarto de Despejo*, seu mais festejado livro. Como todo trabalho livre com HQs, esbarramos na questão do desenho: “não vou fazer, não sei desenhar”. Por isso a presença do fanzine foi importante para as oficinas de HQs, apresentei vários exemplares de fanzines, para que todos tivessem a noção objetiva de que a habilidade de desenhar não é empecilho para se produzir uma HQ, ou mesmo um fanzine, por conta justamente da liberdade do autor, que é única e não é questionável. Com isso conseguimos ter o resultado inicial esperado. Atingimos nosso objetivo inicial, que era a compreensão do que foi apresentado e das possibilidades e importância de se produzir algo autoral, seja ficcional ou com alguma base histórica.

Figura 6 - Criar Cura

Fonte: BARROS, 2017.

Figura 7– Carolina



Fonte: Sirlene & João, 2017.

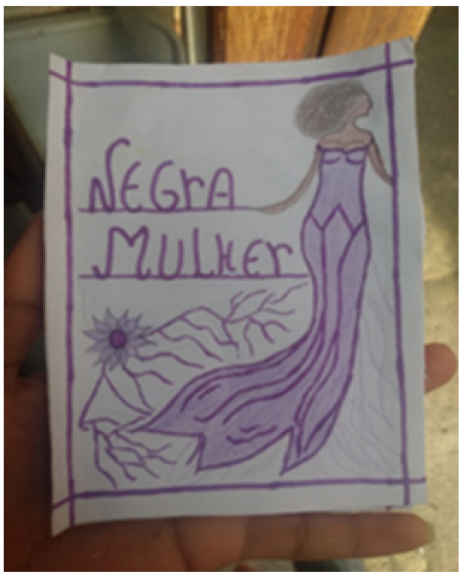
No caso de A..., ela mencionou sua “falta de jeito” -palavras dela- para desenhar, a partir do trabalho apresentado, mas um dos fanzines usados como referência, de alguma maneira despertou na estudante seu lado criativo e como faria o seu trabalho, onde apenas a capa tem desenho, onde se percebe a inspiração no zine *Criar Cura*, e nas outras páginas apenas texto. Segundo ela, a partir dos trechos

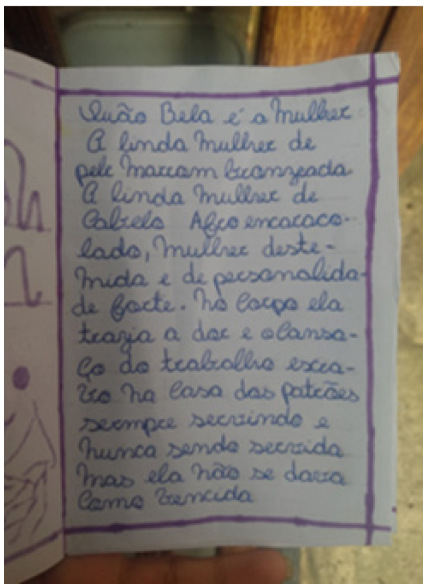
do diário de Carolina de Jesus, na última página de texto ela escreve algo que é bastante comum nos estudantes, a naturalização de que todo e qualquer negro ou são ou foram descendentes de escravos, a partir da frase: “seu tom de pele traz cicatrizes de anos de escravidão e servidão”. Indaguei se essa frase era algo alusivo a personagem dela, a mulher da capa de seu zine, ou se teria alguma inspiração da história de Carolina, o que foi confirmado. Sim, ela estava falando de Carolina como uma “ex-escravizada” e diante disso trabalhamos essa questão. Retornando à Lei 10.639/03, da importância do que se procura evitar, descontruímos a noção de que negro no Brasil seja sinônimo de escravidão. Além de ressignificar o termo “escravo” para escravizado, retirando da palavra o essencialismo que o termo carrega. Esse trabalho de análise é feito de forma coletiva, com todos emitindo suas críticas.

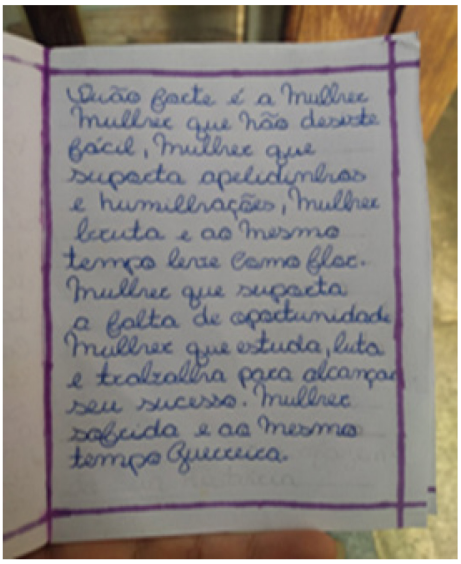
3.4 **Relato da estudante A., sobre a experiência de trabalhar com HQs**

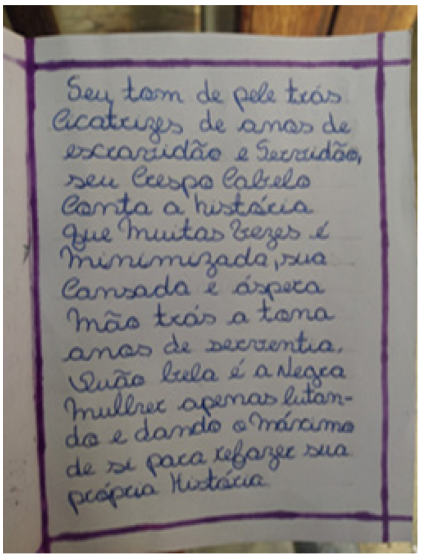
O fanzine que produzi, retratou toda a história do ser negro e mulher, além de ser um tema interessante, ele remete a toda uma história cultural e social durante anos. Minha função é tentar trazer para realidade tudo aquilo que as pessoas fingem não ver. Mas no fundo elas sabem que sempre existiu...o racismo”

Figura 8 – Estudante A... turma 1004









Fonte: O autor, 2023., 2021.

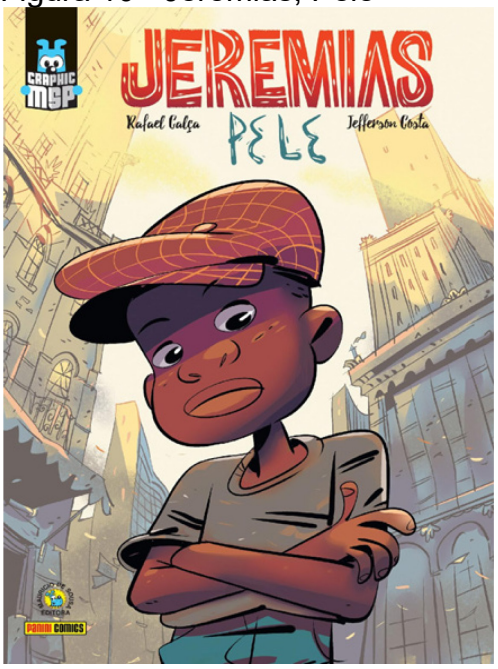
3.5 **Relato do estudante P., sobre a experiência de trabalhar com HQs**

Tendo como referência a HQs *Jeremim, O príncipe que veio da África* (1987), e como sugestão de texto auxiliar uma outra HQs, *Jeremias Pele* (2020) justamente para fazer um contraponto entre dois aspectos bem evidentes. Enquanto *Jeremim* é destinada ao público infantil, *Jeremias*, apesar de ser um personagem da Turma da Mônica, foi feita fora dos estúdios Mauricio de Sousa, sendo visões de outros artistas em relação aos personagens do Mauricio de Sousa. O segundo aspecto é a diferença na temporalidade das histórias, mas ambas narrativas por enfoques diferentes tratam sobre racismo, em *Pele* o racismo ocorre na escola do Jeremias. A HQs *Jeremim* narra a história dos ancestrais do avô do personagem Jeremias, enquanto, que em *Pele*, Jeremias é o personagem tem uma relação muito forte com seu avô, mas tem sua “iniciação” no racismo quando na escola em uma atividade sobre profissões a professora decide que Jeremias será um pedreiro, muito embora ele queria ser um astronauta. Todos riem, inclusive a professora, afinal pedreiro é uma profissão mais adequada ao lugar social previamente demarcado por sua condição social e racial.

Figura 9 - Jeremim, o príncipe que veio da África

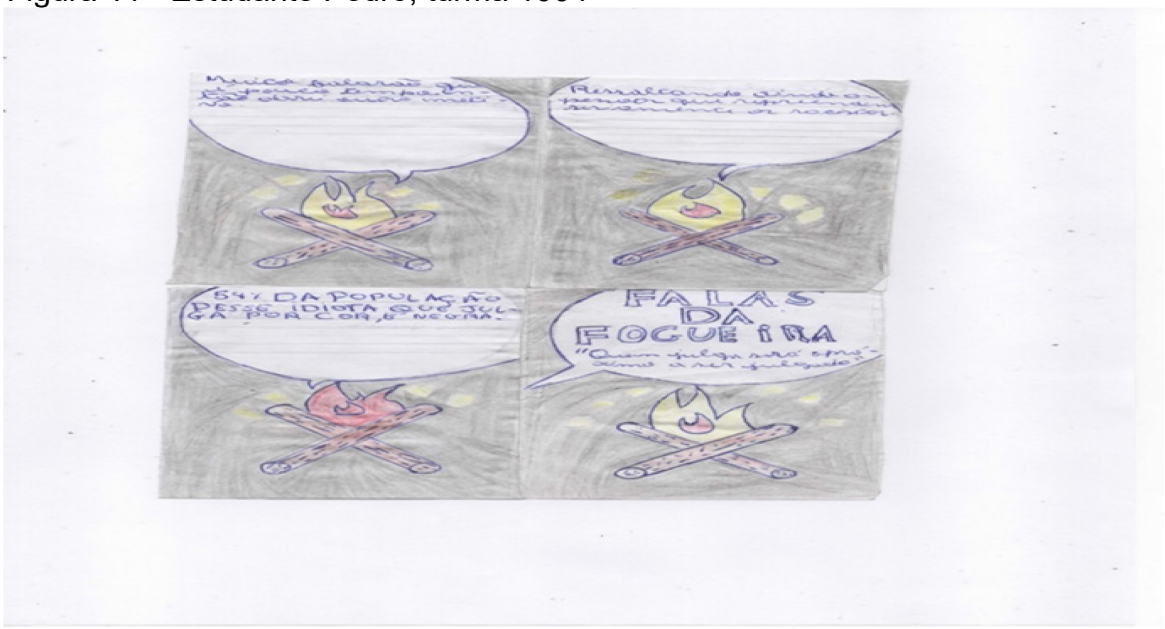
Fonte: SOUSA, 1987.

Figura 10 - Jeremias, Pele



Fonte: CALÇA e COSTA, 2018.

Figura 11 - Estudante Pedro, turma 1004



Fonte: O autor, 2023., 2021.

No seu trabalho, P..., usou um elemento presente na HQs *Jeremim* como ponto focal de sua HQ - ele assim a definiu quando apresentou – a fogueira, enquanto nos textos, ele se inspirou na narrativa de *Pele*, onde o texto era mais “direto” no tratamento do tema racismo, por ser uma HQ destinada a outro público, ou pelo

menos, seus autores quando a escreveram não a fizeram pensando exclusivamente no público infantil. E é essa inspiração que está em seu texto que acompanha o zine “Conversa de fogueira”, “ressaltando ainda a pessoa que repreende seriamente os racistas”, “mesmo após 163 anos da abolição da escravatura, o racismo continua” (Fala do estudante P.,).

“Em relação ao aprendizado com o auxílio de histórias em quadrinhos é algo que me agrada bastante. Sempre que tem um aluno muito visual, não é à toa que não trocaria uma presencial por um cursinho online, não troco mesmo. No entanto, devido ao momento em que estamos, o ensino presencial não está muito propício a ser adotado...Quando eu tenho em mãos um material como as histórias em quadrinhos, me sinto muito mais confortável com o conteúdo, uma vez que além de serem super bonitas, são bastante descontraídas. Minha sugestão é que se possível ela fosse implementada mais ainda no ensino do que ela está”.

3.6 **Relato do estudante J., sobre a experiência de trabalhar com HQs**

E por fim, chegamos ao trabalho do estudante J... Como HQ motivadora, sugeri que ele tivesse como referência *Angola Janga*, mas nesse caso não defini nenhum texto auxiliar, por conta da complexidade da narrativa de Angola Janga. Apenas comentei que o material que ele produzisse poderia ser contemporâneo na forma narrativa, na estética, pois mesmo Angola Janga retratando o Brasil do século XVI, o tema atravessa a História do Brasil com reflexos na atualidade. Por ser uma HQ, que baseia sua narrativa nas imagens, sem a preocupação dos textos auxiliando em dar sentido a arte sequencial, mesmo não sendo a HQ completa, ela dá conta dessas questões sugeridas. Abaixo temos a capa da HQ e mais uma página interna, que a inseríamos para visualizar um dos aspectos da obra de Marcelo D’Salete, que é a falta de textos. Sua narrativa não depende desse elemento comum das HQs, mas sem prejuízo da compreensão da história, e esse aspecto se repete em quase toda a história deixando para o leitor sua interpretação e leitura das imagens, o que de maneira objetiva dificulta a leitura de *Angola Janga* de forma positiva, ao exigir mais do leitor, e como podemos ver no trabalho do J...; logo em seguida, sua compreensão de *Angola Janga* está presente na sua HQs.

Figura 12 - Angola Janga

Fonte: D'SALETE, 2017.

J..., optou por uma abordagem diferente dos seus colegas, construiu seu fanzine de forma digital usando os recursos de seu computador e um simples programa de imagem. Sua narrativa é definida pelo que chamou de olhares, que foi guiando dentro de uma sequência, quadro a quadro pelo sentido que pensou em construir de acordo com as referências ao trabalho de Marcelo D'Salete, que são evidentes. Como destaque maior, a ausência de textos, e soube aproveitar muito bem a compreensão que teve dos trechos *de Angola Janga*.

Figura 13 – Estudante J..., turma 1004

Fonte: O autor, 2023., 2021.

“Eu gostei muito da experiência de fazer fanzines, parte, por esta forma de fazer e transmitir algum tipo de sentimento ou opinião (sendo elas as fanzines) ou pelo estudo e entendimento sobre o assunto em si. Por mais que o senso comum de uma forma geral esteja presente e grande parte de nós entende isso, quando nos damos ao trabalho de fazer um trabalho exclusivamente disso, é outra sensação bem mais real e triste sobre a situação. Aprender sobre HQs e a cultura afro-brasileira de uma maneira geral foi muito bom. Sair da nossa bolha diária dedicada exclusivamente a HQs e culturas de certo padrão específico é bom e revolucionário., enfim valeu super a pena!”

Sobre as aulas-oficinas no modo ensino remoto acompanho a última fala do J..; “valeu super a pena!” já que os resultados superaram as dificuldades inerentes ao ensino remoto, no qual aprendíamos a forma de se trabalhar nesse formato ao mesmo tempo que as aulas eram dadas. As adversidades eram de todos e para todos, mas também esses encontros se tornaram espaços ricos para a reflexão dos temas importantes para a pesquisa, como o racismo, o preconceito e formas de combate, além de estar em contato com uma linguagem relativamente nova na educação. Serviu como um exercício de criatividade onde os estudantes trouxeram para seus trabalhos, seus conhecimentos progressos de história, e ao fazer essa reflexão, que ele também seja capaz de fazer historicamente, e que seja capaz de produzir conhecimento sobre aquele objeto, e esse movimento

> [...] passa por uma compreensão contextualizada do passado, com base na evidência disponível, e pelo desenvolvimento de uma orientação temporal que se traduza na interiorização de relações entre o passado compreendido, o presente problematizado e o futuro perspectivado (BARCA,2004, p.134).

Mesmo que esse conhecimento produzido, não signifique em tese um avanço do conhecimento histórico em si mesmo, mas o seu valor para a sala de aula se impõe como objetivo de uma educação inclusiva. Além da capacidade de transformar esses elementos para pensar os conteúdos históricos curriculares, como já mencionado, essas aulas-oficinas se desenvolveram no contraturno dos estudantes, inclusive houve atendimentos individuais quando dúvidas surgiam, o acesso era fácil e rápido, nos mais variados horários, tanto pela plataforma *Google Classroom* ou através das redes sociais, o que garantiu um contato maior a despeito do formato virtual.

3.7 **Planejamento 2021/2 para as aulas/oficinas**

Quadro 6 - Organização metodológica

Ano 2021/2 1° semestre	**Proposta didático histórica**	**Objetivos**	**Carga horaria**	**Modalidade De ensino**
2ª etapa Prática de Produção das HQs e/ou fanzines	Apresentação das HQs selecionadas previamente pelo professor, como parte do primeiro exercício de compreensão do suporte pedagógico e objeto histórico, para fins nas aulas de História	-Oportunizar que os estudantes tenham contato com outras formas de narrativas históricas, a partir de um formato diferente do que eles estão acostumados na escola. -Refletir como essas HQs podem influenciar na forma de se aprender História. -Primeira tentativa de análise de análise de uma HQs -Produzir algo inspirado nas HQs sugeridas	30 m e 1h40	híbrido e presencial

Fonte: O autor, 2023.

Iniciamos a 2ª etapa, que compreendeu o final de 2021 até 2022. O ensino retornou ao presencial em 2021, mas ainda de forma reduzida no horário, sem a obrigação de que os estudantes comparecessem. Era de livre escolha, por conta da vacinação do Covid-19 ainda não alcançar todas as faixas etárias, as aulas eram bastante curtas, (30 min) com pouco espaço para maiores elaborações. Dos três estudantes que participaram das oficinas no ensino remoto, apenas J..., retornou. A. e P. continuaram no virtual, e esse era um outro empecilho para as aulas. Mesmo com aulas presenciais, a SEEDUC/RJ achou por bem exigir que os professores continuassem a postar atividades na plataforma para os estudantes que não retornaram. Mas esse formato não durou muito e no segundo semestre de 2021 o ensino presencial retornou por completo. O material que será apresentado, compreende o ano de 2022.

Fundamental destacar que as turmas de 1° ano do Ensino Médio que ingressaram no ano letivo de 2022, estavam a pelo menos um ano fora da escola, o que gerou uma certa expectativa nos estudantes como seria as aulas agora no ensino médio, já que para a maioria não houve a transição do nono ano de forma presencial, e esse foi um fato observado e verbalizado por diversos estudantes, sobre o aprofundamento em determinados conteúdos escolares, o que fez com que o conhecido trabalho de reconhecimento da turma ganhasse em importância.

Para as nossas aulas-oficinas, mantivemos a rotina de trabalho das aulas no modelo virtual, com algumas pequenas diferenças. A primeira: não tínhamos mais o horário em contraturno, todo o trabalho foi desenvolvido nos dois tempos de aulas semanais, e as HQs entraram como suporte pedagógico para os conteúdos programáticos. A segunda: tivemos a oportunidade de trabalhar com as HQs listadas na base documental, seguimos o passo de apresentar a Lei 10.639/03, sua importância, o contexto histórico de seu surgimento que é muito anterior a sua promulgação, demonstrando todo o trabalho de luta e resistência dos diversos grupos organizados da sociedade ao longo da história do Brasil, mais uma vez a reafirmação de que leis não nascem do nada e muito menos são conceções do poder público.

Por falta de tempo, tivemos que fazer uma mudança quanto a apresentação das HQs e fanzines dentro das aulas, relacionando-as como um suporte pedagógico e fonte histórica. Não foi o ideal, mas foi o suficiente e necessário para apresentar a mídia, e o resultado, se não foi o melhor, foi o possível, o que nos levou a conclusão da importância de se explicar, contextualizar todo e qualquer tipo de suporte pedagógico levado à sala de aula: vai passar um filme? Tem que explicar o que é cinema. Vai usar música? Tem que explicar o que é música... É um erro supor que os estudantes de antemão já conhecem a linguagem apresentada, e com as HQs devemos seguir o mesmo caminho, pois acaba gerando engajamento. Em geral, sempre terá mais de um estudante com alguma relação sobre o suporte apresentado. No nosso caso específico, esse momento de reconhecimento da mídia serviu para que os estudantes relatassem seus conhecimentos sobre HQs de forma direta ou indireta. Direta, para os que leem algum tipo de HQs, e indireta porque conhecem os personagens de outras linguagens, em geral cinema, séries, desenhos animados, animes, jogos de vídeo game, livros, jogos de tabuleiro etc.

Esse trabalho foi executado em quatro aulas consecutivas, cujo tema era “A chegada dos europeus no Brasil”. Em uma turma de primeiro ano, com um tempo de

aula destinado as atividades com as HQs, de forma que não interferisse no andamento da aula, e no quarto encontro, finalmente levamos todas as HQs, deixando livre a escolha e o manuseio das obras. Nessa fase admito uma certa aflição, em ver todo o meu acervo de HQs, passando de mão em mão - às vezes - sem o devido cuidado, ou pelo menos com o mesmo zelo que dispenso a elas. Mas como esperava, o fascínio dos estudantes com as obras foi maior, além da surpresa de que se poderia aprender História com as HQs, um artefato cultural muitas vezes alheio ao ambiente escolar com o sentido de aprendizagem.

Após essa fase de reconhecimento do material das oficinas muitas dúvidas surgiram quanto ao uso da linguagem nas aulas suas possibilidades e diferentes aspectos comparativos que foram feitos por eles, porque algumas HQs eram em preto e branco mesmo sendo edições lançadas recentemente, ou porque algumas imagens pareciam “estar paradas”, ou porque tinham HQs com muito textos, enquanto em outras, as imagens eram predominantes, principalmente nas HQs do Marcelo D’Salete. Esse foi o momento propício para a apresentar alguns aspectos da mídia, não apenas a partir do meu olhar, mas sim das percepções dos estudantes, tendo as HQs em mãos, e ao passo que as dúvidas eram sanadas, outras surgiam, a partir do comparativo com as outras HQs. Eram mais de 50 exemplares das mais variadas formas, tamanhos, se era colorida ou preto e branco, ano de lançamento, desenhista, roteirista, ou se teve apenas um autor, o tema, a editora, e o que mais surgisse.

Com isso, definimos a importância da materialidade da fonte, do objeto, das HQS, que suscitou nos estudantes um movimento que é típico do historiador quando em suas pesquisas algo surge, e desloca o seu interesse para alguma coisa em particular, que “necessita que se faça perguntas”, que lhe movimente para ir além. A partir disso, foi pedido que cada um escolhesse uma obra e anotasse o máximo de informações possíveis, além das já mencionadas acima, possíveis dúvidas, e esse exercício era para saber até onde poderia ir a capacidade de abstração de cada um, e a forma como se daria essas reflexões que seriam postas a prova no momento em que todos fossem produzir suas HQs/fanzines, tendo como referência a HQs previamente escolhida.

Muito embora, para essa atividade proposta aos estudantes ressalte essa possibilidade de observação da fonte em busca do desconhecido e do não dito, eu mesmo perdi a oportunidade desse olhar ao não perceber que tinha em mãos um rico material de produção dos estudantes, e quando me dei conta disso, a maioria das

fichas se perderam com os próprios estudantes, e as que restaram não eram suficientes para dar conta da diversidade existente na turma em questão. Foram dados preciosos que se perderam. Uma outra questão que deve ser (re)pensada é se a quantidade de HQs é a melhor escolha para se trabalhar nas aulas-oficinas. Essa opção surge no fato que seria impraticável uma quantidade considerável de uma mesma revista, ou então a possibilidade de se trabalhar em grupo. A única opção positiva dessa situação seria que teríamos mais tempo tratando de apenas um ou dois títulos por vez, com mais profundidade, mas é uma alternativa a ser considerada ou mesmo testada. Por exemplo, podemos usar HQs no formato digital, hoje temos um grande número dessas obras em PDF, ou mesmo sites com grande quantidade de HQs digitalizadas, que se torna uma boa opção para quem ainda não possui um acervo a ser usado nas aulas-oficinas, ou então por não querer usar suas HQs. Caso a escola possua uma biblioteca, se faz necessário um levantamento das obras em HQs que existem na biblioteca. No nosso caso, a biblioteca do CIEP 165 - Brigadeiro Sergio Carvalho, possuía poucos exemplares, alguns de História, mas nada relevante em comparação a nossa base documental.

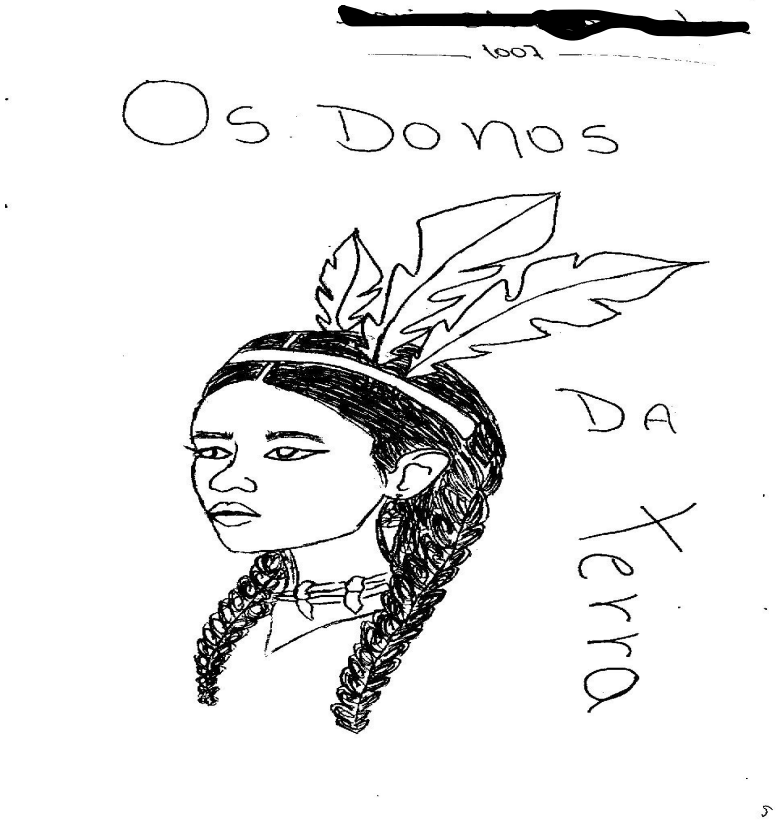
Como textos auxiliares para a produção das HQs e fanzines, foi sugerido o uso dos livros didáticos, já em conformidade com a BNCC e o Novo Ensino Médio. No ano de 2022 cada estudante recebeu pelo menos 4 livros didáticos já como campanha da implementação do Novo Ensino Médio, e outras HQs, mesmo cada estudante escolhendo uma, ele poderia consultar qualquer outra HQ disponibilizada. Abaixo apresentamos parte do material produzido, não relacionamos todos por conta da quantidade, um pequeno número, mas que representasse a diversidade da produção nas aulas-oficinas, dos temas previamente escolhidos. Alguns tiveram seus nomes tarjados por questões de cessão de direitos, do uso de falas, imagens dos estudantes, e toda questão que envolvesse direitos de imagens e direitos autorais, e para conseguir as devidas autorizações, demandaria muito tempo, portanto preferimos proteger os estudantes dessa forma.

Desde o princípio defendemos a liberdade criativa como peça transformadora na produção de sentidos dos estudantes envolvidos nas aulas-oficinas, mas apesar disso, percebemos uma certa resistência, mesmo que seja um senso comum, mas em geral “as pessoas não estão preparadas para a liberdade” e com os estudantes não foi diferente, a forma como o ensino se organiza no ambiente escolar não incentiva o protagonismo dos estudantes, além de reprimir esse tipo de relacionamento com os

conteúdos, e por conta de disso, eles mesmos acabam reproduzindo essa forma de educação conservadora, onde não se admite uma posição de horizontalidade entre professor e estudante, e a repressão parte deles, por não estarem acostumados a esse tipo de experiência , mas vemos que essas questões fazem parte do processo e não deve ser visto como empecilho para o prosseguimento do trabalho, é uma questão de método e de superação de práticas conservadoras, e quando trabalhamos com um suporte como as HQs nas salas de aula, devemos partir da “subversão” que é uma de suas características, quando são mobilizadas com objetivos pedagógicos e de aprendizagem no ensino de História. Todos os trabalhos foram realizados pelos estudantes da turma 1007, História do Ciep 165 - Brigadeiro Sergio Carvalho.

Abaixo apresentamos parte do material produzido nas aulas oficinas.

Figura 14 - Turma 1007

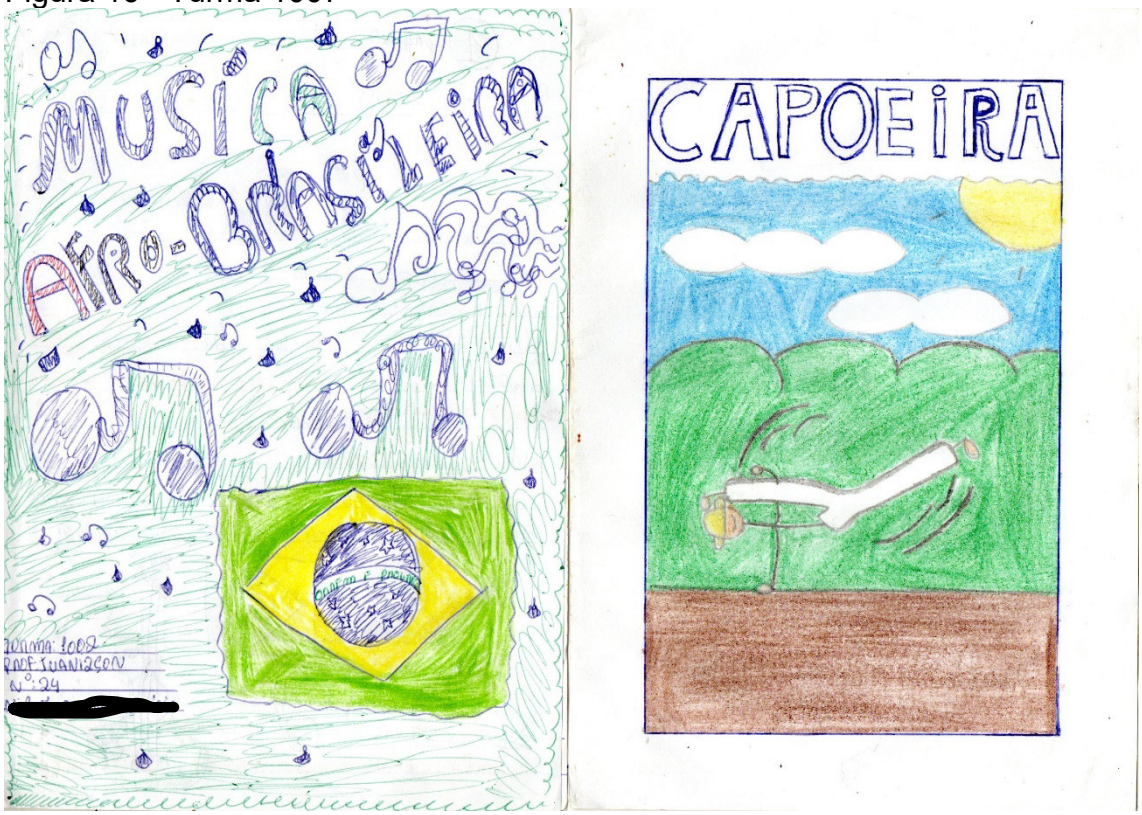


Fonte: O autor, 2022.

Figura 15 - Turma 1007

Fonte: O autor, 2022.

Figura 16 - Turma 1007

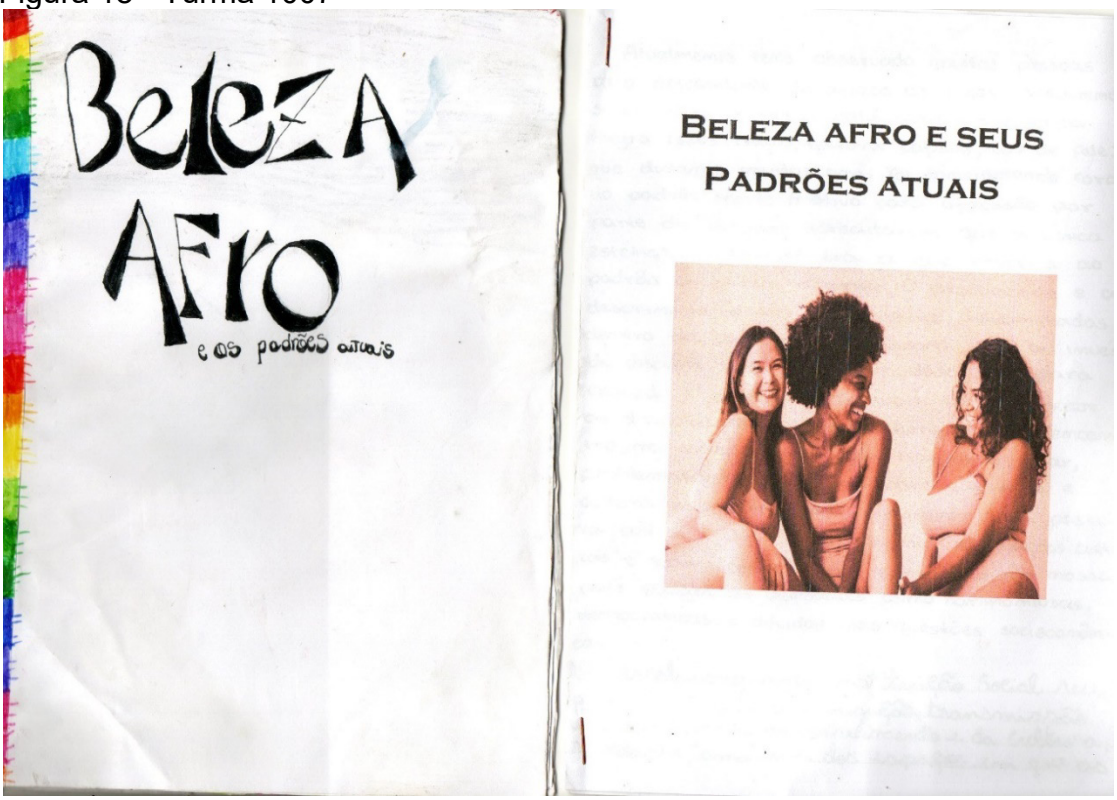


Fonte: O autor, 2022.

Figura 17 - Turma 1007.

Fonte: O autor, 2022.

Figura 18 - Turma 1007



Fonte: O autor, 2022.

Figura 19 - Turma 1007

Fonte: O autor, 2022.

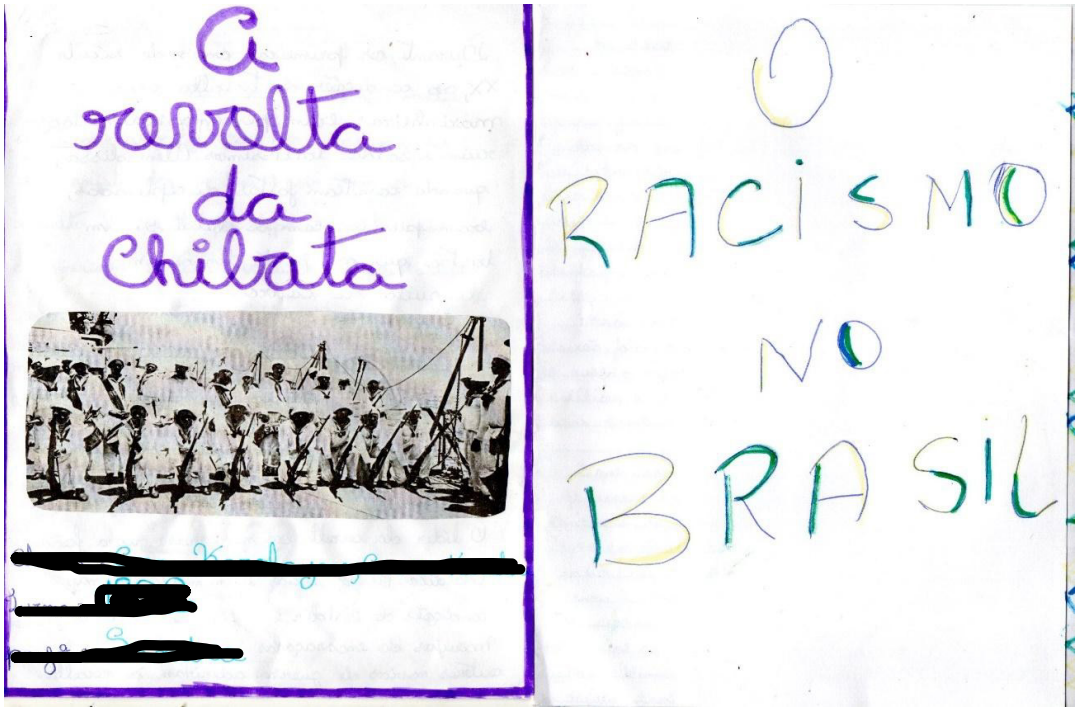
Figura 20 - Turma 1007

Fonte: O autor, 2022.

Figura 21 - Turma 1007

Fonte: O autor, 2022.

Figura 22 - Turma 1007



Fonte: O autor, 2022.

Figura 23 - Turma 1007

Fonte: O autor, 2022.

Os trabalhos foram produzidos em sala de aula, mas alguns pediram para finalizar em casa e entregar no dia seguinte. Questionei que não havia necessidade, que o ideal era que tudo fosse produzido no mesmo dia da aula-oficina, com os recursos existentes, e com a troca de experiências com os zines dos colegas, por auxiliar no trabalho colaborativo. No entanto, houve argumentação de alguns estudantes que em casa eles teriam mais recursos, para pesquisar novas referências, e por acharem que na aula-oficina eles não teriam condições de produzir aquilo que eles achavam que poderiam. De forma geral, os estudantes que fizeram esse pedido, produziram obras mais elaboradas, com uma preocupação estética acima dos demais. Concordei por achar ter atingido o objetivo principal, que era o engajamento de todos com a atividade, mesmo os que finalizaram no dia seguinte.

Outra parte da aula-oficina se desenvolveu em uma escola de ensino fundamental (6° até o 9° ano), da rede municipal de ensino da cidade do Rio de Janeiro, Escola Medalhista Olímpico Douglas Correia de Souza. O plano inicial era oferecer essa aula-oficina nas turmas do 9° ano, que infelizmente acabou não sendo possível, por questões administrativas da escola. Sem tempo hábil para conseguir uma nova escola, para não perder a oportunidade, contei com o auxílio e parceria da professora de História, que se propôs a realizar as oficinas e me fornecer os dados e resultados das atividades. Para manter a filosofia dessa pesquisa, que não se constrói como um manual a ser seguido por outros professores, apenas forneci de forma rudimentar, uma estrutura teórica das HQs/fanzines, com a temática Negra e Indígena e a Lei 10.639/03 como ação norteadora da atividade na escola, segue abaixo seu relato:

> Leciono em todas as séries do segundo segmento do Ensino Fundamental da rede pública municipal da cidade do Rio de Janeiro. Em 2021, fiz a experiência de substituir a avaliação final, do 4o. Bimestre, que geralmente é uma prova escrita, pela produção de fanzines com temáticas livres. Esta experiência foi aplicada em turmas de sétimo, oitavo e nono anos. Os alunos tinham a opção de produzir individualmente ou em grupos, desde que comprovassem a participação em todo o processo de elaboração da revista: pesquisa, plano de redação, ilustração e entrega do trabalho final. O processo iniciou no terceiro bimestre, com aulas sobre fanzines, levando alguns exemplares para apreciação das turmas e debatendo principalmente aspectos estruturais. Assim, iniciado o quarto bimestre, a elaboração dos fanzines foi realizada em sala de aula. Os discentes dispunham de suas pesquisas e decidiram tema, estética, número de páginas, editorial, dividiram tarefas entre eles e deram início a produção das revistas. As temáticas escolhidas foram muito variadas, algumas tiveram destaque: fanzines sobre Esportes, Segunda Guerra Mundial e assuntos voltados para vídeo games se destacaram entre os alunos; fanzines sobre pautas feministas, lgbtqia+ e

> raciais se destacaram entre alunes e alunas. O fanzine aqui apresentado foi produzido pela aluna S., do nono ano, e trata com muita acuidade crítica e visual sobre a temática racial. S. era uma das únicas meninas negras de sua turma e isso certamente a influenciou ao redigir sobre essa temática. Sobre o processo de produção de fanzine como avaliação, acredito que a produção feita pelos estudantes contribuiu não apenas com habilidades e competências do componente curricular e seus atravessamentos. Mas, sobretudo, viabilizou que os estudantes apontassem conteúdos/temáticas que julgaram relevantes ao longo do ano letivo. Também auxiliou no entendimento do uso de fontes documentais e na crítica destas - algo caro para a escrita historiográfica e assim como desenvolveu criatividade, sensibilidade artística e posicionamento crítico. (Prof. Sandra Mara de Lima Mendes, professora da Rede Municipal de Ensino do Rio de Janeiro, 2021).

Alguns aspectos sobre a atividade da Professora Sandra Mendes, são importantes de se analisar. Do material disponibilizado entre as HQs e fanzines, só foram usados fanzines. As HQs são importantes para o trabalho com fanzines, por ser a base teórica e estrutural dos zines, mas entendemos que em alguns momentos eles se confundem, tamanha a proximidade teórica e estrutural. Mas, como veremos abaixo no zine da estudante S., mesmo que essa relação não seja feita, o trabalho diretamente com fanzines pode obter bons resultados. Mesmo que haja essa proximidade teórica, o zine tem sua autonomia estrutural. A defesa das HQs como parte integrante dessa relação é por reconhecermos nas formas de narrativas aspectos que vão auxiliar e oferecer novas possibilidades.

Mesmo que, a nosso ver, o fanzine da estudante S. seja uma ruptura dessa relação essencial para a produção de fanzines, ainda mantemos nossa posição da inclusão das HQs como parte integrante da feitura dos zines. Para o trabalho com essa forma de narrativa, seria necessário apresentar as HQs como uma estrutura anterior que dará sentido metodológico aos fanzines, ainda que na experiência da professora Sandra as HQs não fizeram diferença, sendo uma exceção. De qualquer forma, temos um ponto positivo que é a confirmação de que, “essa pesquisa não é um manual a ser seguido” o trabalho pode e deve ser feito a partir das condições e leituras do professor interessado em trabalhar com HQs e fanzines. O caminho é delimitado por essa pesquisa, porém o percurso não, ele é livre e se dará a partir de nuances que os agentes envolvidos possuem, e como se dará essa relação na construção das atividades.

O fanzine se chama Você se importa? é composto por 4 folhas A4 dobradas ao meio, o que dá um total de 16 páginas repletas de referências ao movimento surgido nos Estados Unidos, Black Live Matters (Vidas negras importam), por conta do brutal

assassinato de George Floyd por policiais. A capa do zine é a mão negra com punho cerrado apontada para cima, e na contracapa, ela cita o caso do menino Miguel no Rio de Janeiro.

Figura 24 - Você se importa?

Fonte: S..., 2021.

Abaixo, nas páginas internas 8 e 9, a estudante desenha uma passeata que pede o fim da violência policial, principalmente contra a população negra que é sempre a maior vítima do Estado. Como pano de fundo, constrói um mural com nome e idade das vítimas dessa violência diária das cidades do Brasil. Chamamos atenção para o detalhe das idades das vítimas, em sua maioria crianças e adolescentes.

Figura 25 - Sequência *Você se importa?*

Fonte: S..., turma 1902, 2021.

E por fim, nas últimas páginas (14 e 15), S., alerta para algo recorrente no Brasil que é a deslegitimação do racismo a uma categoria de menor importância dentro da sociedade brasileira. Para isso, ela faz uso de frases ditas que negam o racismo e o preconceito, deslegitimando quem sofre e luta contra o eles. Postura que ao mesmo tempo dá um “salvo conduto” para quem comete essas falas graves, a partir de uma

narrativa que desumaniza mais ainda quem sofre por conta da cor de sua pele. S. cita esses chavões ditos sem o menor temor, inclusive dentro do ambiente escolar. São práticas e falas que se estabeleceram e definiram o lugar da população negra no Brasil sempre de forma subalterna, retirando sua cidadania e dignidade.

Figura 26 - Sequência 2 *Você se importa?*

Fonte: S..., turma 1902, 2021.

E, por fim, apresentamos a última atividade realizada dessa vez em uma turma da EJA (Educação de Jovens e Adultos) no Ciep 155 - Joaquina de Oliveira, em Seropédica, RJ, onde comecei lecionar no segundo semestre de 2022, no turno da noite. Trabalhar com essa modalidade de ensino tem suas vantagens em relação às crianças e adolescentes do ensino fundamental e médio. Para essa turma não nos aprofundamos nas HQs como linguagem, no sentido de apresentar aspectos de origem, função, narrativa, formatos etc., até por uma questão prática: não conseguíramos desenvolver a oficina no decorrer das aulas, por conta do excesso de faltas, pelo exíguo tempo no turno noturno, e pelos mais variados motivos, sendo o mais comum o cansaço após o trabalho. Muitos relatavam não conseguir ir para escola depois de uma longa jornada de trabalho. No mais, mantivemos o trabalho com a Lei, por considerarmos importante essa contextualização.

Para esse trabalho em específico, não mantivemos a estrutura básica das aulas-oficinas onde levávamos todas as HQs e cada estudante fazia a escolha de seu exemplar, optamos por apresentar apenas uma obra e assim desenvolver a atividade. A escolhida foi Marielle Franco. Raízes, de 2021, publicada pelo Instituto Marielle Franco em parceria com a Fundação Rosa de Luxemburgo. Nossa opção por essa HQ se deu pela formação da turma, em sua grande maioria formada por mulheres trabalhadoras e estudantes (inclusive no dia da atividade só havia mulheres na turma). Todas, na apresentação inicial, diziam ter voltado a estudar para que pudessem ter empregos melhores. Nossa intenção foi criar uma identificação imediata, o que ocorreu, mas não sem antes dirimir todas as informações falsas de que a vereadora assassinada tinha envolvimento com o crime. Sanadas todas essas questões, iniciamos a atividade com a leitura coletiva da HQ, à medida que essa leitura era feita, a maioria da turma percebia de imediato que tinha muito em comum com Marielle, mais do que imaginaram: sua condição de mulher, pobre, mãe muito cedo, teve que trabalhar para o sustento próprio. Antes da leitura, pedi que todas prestassem atenção em um tema, uma referência constante na HQ, o que foi notado pelas discentes. Era a educação. Das 30 páginas, em pelo menos 16 havia alguma menção a relacionada à educação.

No lançamento da HQ, Anielle Franco, presidente do Instituto Marielle Franco, disse que a proposta da HQ era que fosse usada nas escolas, como incentivo e referência para os estudantes sobre a possibilidade de mudança de realidade através da educação. Ao final da leitura foi feita uma roda de debates sobre a HQ e Marielle, mas ao final todas usaram a atividade para falar de si, de suas experiências de vida. Inclusive houve a lembrança de outra brasileira, mulher negra, a ex-catadora que se tornou escritora, Carolina Maria de Jesus. Nesse momento, me arrependi de não ter levado o álbum em HQ *Carolina*. Como havíamos mencionado, não faríamos nessa atividade o mesmo processo, HQs/Lei/fanzines. Fixamos na Lei e usamos a HQs como

motivador para desenvolver a ideia de autorreferência, identidade, gênero, misoginia, discriminação, preconceito e racismo.

Como atividade final, inspirado nos diários de Carolina, foi proposto que todas escrevessem uma carta para Marielle. Optamos em não propor a feitura de HQs ou fanzines, porque a relação feita pelas estudantes feitas entre Marielle e Carolina foi imediata, e a opção das cartas, como mensagem nos pareceu mais produtivo, e acertamos nisso. Seguem abaixo as cartas a Marielle produzidas pelas estudantes da turma do EJA (com transcrição integral, sem correção de linguagem), como parte integrante das atividades do Dia da Consciência Negra. Nesse dia apenas mulheres compareceram à aula. Abaixo temos os relatos das estudantes.

Relato de A., olá, Marielle, meu nome é A..., tenho 35 anos, sou negra e da favela assim como você. Apesar de não ter a sua força, me identifico muito com sua luta, pois me representa, te admiro muito por ter conquistado coisas que ainda em pleno século 21 continuam sendo meio que impossível. Término a carta dizendo que queria tê-la conhecido pessoalmente, você me inspira! (2022)

Relato de V., olá, passando para agradecer e falar que você foi uma mulher incrível e, muitas outras mulheres têm você como inspiração. Você foi uma guerreira e importante. Seu esforço não foi em vão. No mundo que estamos é muito importante ter mulheres como Marielle que corre atrás mesmo, e não se cala, se queremos um mundo melhor, precisamos falar e correr atrás das coisas que sabemos que vai ser bom para o nosso país. (V..., 2022)

Relato de I., Marielle lutava pela defesa das mulheres sempre com um coração bom. Marielle ajudava as pessoas negras que sofriam injustiças. Era mulher e moradora de comunidade que tentou entrar para a política para tentar ajudar os mais necessitados, sua morte deixou muitos tristes, pois eles acreditavam que uma pessoa negra moradora de comunidade na política, muita coisa iria mudar. (I..., 2022).

Relato de N., Marielle inspirou muitas mulheres e teve coragem de fazer o que muitos queriam. Nós mulheres sofremos muitas desigualdades sociais e ainda e ainda mais se for negra, então ver que uma mulher negra que lutou pelos seus direitos e direitos das pessoas e para ter igualdade social, até o último dia de sua vida, foi lindo e com certeza inspirou e inspira muitas pessoas até hoje, a ser forte, corajosa e lutar pelos seus direitos. Marielle nunca deve ser esquecida. (N..., 2022)

Relato de J., ela era uma mulher, muito guerreira, eu admirava muito ela, uma mulher forte e corajosa. Dedicada para ajudar a as mulheres e as pessoas negras. Amava os

moradores da Maré, era bem elogiada na favela, até hoje seu caso não foi resolvido, isso é uma covardia. (J..., 2022).

Dentro do exposto creio que atingimos nosso objetivo, mesmo que a proposta da atividade tenha se adequado as contingências da aula. Isso não foi tomado como problema, como dito anteriormente, atuar na educação pública é ser a todo instante agente da transformação a partir das adversidades, que não devem ser vistas como compensatórias, mas sim como um direito de todos, a sala de aula sempre foi um ambiente vivo, a partir de diversas incertezas e dificuldades, e dessa forma acaba criando facilidades e novas opções de trabalho e objetivos outros para as aulas e para a pesquisa, é o resgate que fez a ligação com a vida de cada estudante que escreveu a carta, suas experiências de vida, a forma como elas se constituíram , vão se traduzir na forma de escrita, uma escrita que é de si, compreendendo suas próprias trajetórias a luz da vida de Marielle e Carolina, é o movimento de ir além, de ser mais, a partir de uma prática educativa que se pretendeu a todo instante dialógica, crítica e afetiva. E é dessa forma nos encaminhamos para um epilogo.

4 UMA IDEIA DE CONCLUSÃO: REFLEXÃO SOBRE A PRÁTICA DOCENTE. A DOCÊNCIA COMO OFÍCIO

Na prática diária de sua profissão, o professor de História tem que dar conta não apenas dos estudantes em como eles são, suas aptidões, suas realidades, seus interesses e suas histórias, ele deve reconhecer o valor destes promovendo o encontro entre os seus saberes escolares e não-escolares. Primordialmente, esse professor, a partir do seu ofício, percebe seu relacionamento com a disciplina História, e consegue expandir a audiência para o conteúdo histórico que vem de outras esferas.

Esse movimento é irrefreável. Há muito que as escolas não mais se encerram em si diante de suas práticas e metodologias. O próprio desenvolvimento das disciplinas escolares, no nosso caso a História, acabou por modificar essa relação do ensino-aprendizagem. Quando excluímos a realidade de ambos, professor, estudante e escola, quando desprezamos qualquer experiência vivida, contada, estamos vedando a esses sujeitos a possibilidade de interrogação sobre sua própria historicidade, sobre uma dimensão que é histórica de sua realidade, de sua família de sua classe, de seus amigos da sociedade e por seguinte de sua história. Por isso a importância do estudante se ver, se enxergar como ser histórico – da mesma forma o professor - sempre lembrando que aprendemos a partir daquilo que vivenciamos e experienciamos. Por isso, nossa relação com o passado é tão importante para todos. O conhecimento que temos dele é o que nos situa no tempo histórico diante de nossa própria experiência, sempre observando que essa capacidade, similarmente, é esperada no professor em seu ofício diário. É premente a necessidade de trabalhar de forma prática essas experiências, mesmo que seja para exemplificar algum conteúdo ou mesmo como objetivo da aprendizagem que se pretende. Ensinar para a vivência concreta dos estudantes é não ficar preso apenas a questões abstratas e teóricas, e algumas vezes distantes da realidade deles. E essa tomada de percepção sobre essa relação será tão importante para o aprendizado escolar quanto o próprio domínio do professor sobre o que é ensinado. São as concepções do professor sobre ensino/aprendizagem e sobre história que dimensionam seus objetivos educacionais mais gerais. Qualquer que seja a teoria pedagógica e/ou didática que se aplique em sala de aula, se espera que esse professor/pesquisador admita mesmo que implicitamente que para ser eficaz em seu oficio deva considerar na medida do

possível o movimento que vem da natureza do estudante e com isso constituirá seu papel de auxiliar o estudante a também se instruir com as aulas de história, não sendo apenas um receptor nessa prática que por vezes pode ser engessada e conservadora, e sim, através de um modelo, que se busque e que se pretenda sempre dialógico.

A instrução também se dará para o professor. Para alcançar esse objetivo é salutar que esse profissional deva, tanto o quanto for possível possuir de forma simultânea as qualidades do professor/pesquisador que são indissociáveis para a eficácia desse processo. O professor de história deve discutir e problematizar com os estudantes questões pertinentes ao saber histórico escolar e suas interfaces da história propriamente dita, com a educação. Para tanto se faz necessário o aprofundamento e a discussão, com os seus pares, dos princípios teórico-metodológicos para o ensino de história. Aliado a isso, a sua competência em administrar sua própria formação continuada, aspecto importante por assinalar que a dimensão profissional do professor, não pode ser ignorada em sua prática educacional e muito menos que já esteja dada como algo inerente ao ofício de “dar” aulas, sua condição de profissional da educação se faz presente em sua prática pedagógica e são indissociáveis.

Foi inevitável refletir sobre o Ofício do Professor da disciplina História. Como se dá a percepção de sua própria prática laboral e suas possibilidades em prol de uma educação que se pretenda emancipadora e que possibilite esse aluno pensar historicamente, que ele seja agente do seu próprio conhecimento e não apenas um reprodutor de algo sistematizado em espaços externos a ele e à escola. Pensar a prática desse professor para além de mero transmissor de conteúdos/conhecimentos históricos, construídos/produzidos na academia, como se este fosse o único local de excelência e legitimo da produção de conhecimento histórico que possa ser aplicado nas escolas. E com isso reconhecer nesse profissional a capacidade também de produção desse conhecimento a partir do que é construído na (e) para as salas de aula, tornando o professor não apenas um narrador ou tradutor dos fatos e conhecimentos históricos da educação básica de forma hierarquizada. Portanto, é necessário que o professor construa narrativas em suas aulas, com práticas pedagógicas que sejam significativos para os estudantes. Para isso é preciso entender os conteúdos como “matéria-prima” para desenvolver a aprendizagem histórica, através de um processo consciente, atuar em sua transformação deles em práticas significativas para ambos dentro do processo educativo.

O trabalho escolar tem duas grandes finalidades, a transmissão e apropriação de conhecimentos e da cultura, a partir da arte do encontro, da comunicação e da vida em conjunto. Ana Maria Monteiro (2007, p,1), indica ainda para a possibilidade em “atender a demandas do campo educacional para encontrar alternativas que pudessem contribuir para melhorar o desempenho de professores e escolas, na educação das novas gerações”, de forma a viabilizar avanços e usufruir as benesses do desenvolvimento científico. E continuando, Monteiro, apresenta o conceito de saber docente

> o conceito de saber docente revela-se uma ferramenta teórica de grande potencial por trazer, como pressuposto, o reconhecimento da existência de saberes próprios dos professores, ou seja, de que os docentes são sujeitos, com uma história de vida e profissional, e que produzem e mobilizam saberes na sua prática profissional onde a dimensão educativa representa uma dimensão estratégica e fundamental. (MONTEIRO,2001, p. 4)

Isso nos mostra que os professores são senhores de sua prática, com uma vida profissional cheia de especificidades oriundas de sua história de vida, mobilizadas em prol de sua atividade profissional e educativa. Junto a isso, temos os desafios que se apresentam a todo instante desde a negação de sua própria autonomia docente como prática profissional, até mesmo quando lhe é questionada a legitimidade do mesmo em exercer seu ofício, indagações surgidas pelos interesses e visões da sociedade sobre a história. “Vivemos um tempo no qual o contexto político brasileiro encontra-se eivado por ataques a democracia” (LIMA, 2022, p.57) e a História como disciplina e área do conhecimento se insere como objeto de luta política, a partir de temas que tentam se tornar hegemônicos, diante de uma concepção própria da história aliados aos próprios discursos, de grupos que inicialmente são alheios a escola, mas que veem nesse espaço um local de luta e ataque a legitimidade do ofício desse professor como profissional e intelectual da educação, se recusando a uma visão reducionista da educação. E esse historiador, que é combatido e que está na ponta da produção e transmissão desse conhecimento, é reconhecido como o intelectual público que não está o deslocado da sociedade. Isso que justifica o porquê de que tudo que está além das fronteiras da escola ser importante para a prática docente.

Pensar a prática docente passa inevitavelmente pela percepção que a sociedade tem desses profissionais, e ao longo dos tempos podemos aferir algumas considerações dessa relação, que vem do imaginário social, e que se mantém, e versa

sobre a importância desses profissionais para a construção da sociedade, que cria a imagem de excelência, dentro desse imaginário. Ser professor é uma profissão, e não uma missão como tal deve ser encarada e tratada, pelo mesmo que não seja dessa forma, aos olhos do senso comum. Essa concepção de missão, que vez por outras sempre surge como identificação da docência, vai de encontro a uma possibilidade mais autônoma desse profissional com relação ao seu ofício, ou mesmo a imagem que esse profissional tem de si por conta de sua formação e de sua prática diária quando efetivamente ele vai para o mercado de trabalho.

Sim, esse local que também é um conceito como o primeiro espaço que o docente ocupa para exercer seu ofício em sala de aula. Aspecto que por efeito tende a ser negligenciado. Quando apontamos essa diferenciação, mesmo que superficial, e defendemos essa possibilidade, é porque nos parece que a despeito da imagem desse profissional, em grande medida se esquece de que também é um trabalhador, ou pelo menos essa condição fica em segundo plano, e que as escolas e salas de aulas são também seus locais de trabalho. Não estamos com isso defendendo uma prática sem identificação, sem comprometimento, apenas afeita a atividade laboral, apenas defendemos a importância de que o ofício do professor de história começa quando o mesmo se percebe dentro de algo que é inerente ao próprio estudo da disciplina em questão, que é sua percepção como agente e personagem de transformação dessa mesma história que é seu objeto de trabalho, e não apenas um mero receptor/retransmissor da História na sociedade. O mundo é também o mundo do trabalho. O senso comum preconiza que “o trabalho dignifica o ser humano” concordaríamos com isso, desde que o homem como um ser trabalhador, possa reconhecer-se no fruto do seu trabalho, uma vez que ele não tem existência objetiva, ele é criado e recriado, dependendo da vontade do profissional diante do seu ofício, da vontade do professor, ou seja, do seu trabalho que é também um princípio educativo do ensino de história, questão esta que não pode ser ignorada. Muito das dificuldades enfrentadas, tais como crise de identidade, situação de mal-estar, conflitos sociais em torno do seu estatuto social e ocupacional, estão relacionados à posição intermediária que o magistério tem ocupado, entre proletarização e o profissionalismo.

É importante trazer para a reflexão essa questão pela necessidade de inferir sentido a duas categorias que não são equivalentes na prática, a saber, o profissional e o proletário, sendo o primeiro autônomo em seu processo de trabalho, não sofrendo

maiores problemas de controle externo, já no segundo caso, o proletário é privado da possibilidade de controlar o seu próprio trabalho, de autorregular sua atuação. Vemos avançar atualmente a situação em que o professor atualmente não pode ser considerado profissional, nem tampouco se vê como proletário, porque ocupa uma posição intermediária. Apesar de sua condição profissional, que em tese lhe garantiria a autonomia de sua prática, não é isso que vemos no caso do magistério e sua condição de proletário por não ter o devido reconhecimento inerente a sua formação, talvez pelo fato desse profissional se encontrar entre esses dois extremos de seu próprio ofício.

Importante observar que a disciplina História não é apenas um conhecimento a ser passado através de conteúdos agrupados em um currículo, não é apenas um fornecimento de informações sobre o passado. É antes de tudo uma tomada de consciência por parte dos envolvidos no processo educacional, pedagógico e histórico. Sob esse aspecto que indico que se dê o ofício do professor de História, superando primeiro o imaginário social que lhe é imputado e pode lhe ignorar partes inerentes de sua própria formação - já que sua prática se dará por algo já dado - como professor e historiador e reduzir sua condição de trabalhador diante desse ofício e a luta por sua autonomia no ensino de História como também sua legitimidade na sua prática docente e pedagógica. A distância do existente na relação entre “discursos e práticas” se manterá se não houver um campo autônomo, suficientemente rico e aberto, para esse professor, incluindo nessa relação as escolas e as políticas públicas, que também minam a autonomia da prática docente, da mesma maneira que temos que combater a distância entre a escola e a universidade. Mais do que isso, é importante que a defesa da escola passe necessariamente pela defesa da autonomia do professor. E o PROFHISTÓRIA faz parte sua parte nesse procedimento.

É sintomático que parte da sociedade civil queira definir o papel desse professor, sinta-se no direito de lhe negar a autonomia pelo seu oficio por não enxergar nesse profissional competências inerentes a sua própria prática laboral, muito menos por conhecimento, domínio sobre as atribuições desse profissional e muito mais por achar e/ou querer que o seu ofício esteja alinhada a sua visão de mundo ou mesmo por sua concepção de história, que de alguma maneira possa justificar partes de suas próprias demandas na tentativa de cercear a autonomia no sentido intelectual profissional e pedagógico do professor, e pensando em Paulo Freire, a partir da ideia central de sua obra, que fala da necessidade e a importância

de se criar uma “educação como prática da liberdade”, uma “pedagogia libertadora” passa necessariamente pela liberdade e pelo direito de ensinar sem a tutela de outro, ou seja, a autonomia da prática docente é condição inegociável para uma prática libertadora da educação.

E nesse breve percurso percebemos que a forma como esse professor se vê, se percebe como representação é tão importante quanto a luta por autonomia de sua prática docente, e a condição de trabalhador deve sempre estar em evidência nesse processo, a percepção dessa faceta da carreira é sufocada a partir de representações do senso comum e do imaginário social, acredito que muitos do magistério aceitam muito fácil a representação que lhe é conferida pela sociedade civil, muito diferente de outras categorias profissionais, diante disso a luta contra a proletarização de profissão é tão urgente quanto os embates pedagógicos e educacionais. E em função da sua formação profissional, a partir do entendimento das funções que esse profissional julgue que estejam incluídas no seu papel enquanto docente, serão determinantes na transformação da cultura escolar e repercutirão no conjunto da sociedade de forma positiva.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa foi um esforço contínuo em problematizar a implementação da Lei 10.639/03 nas escolas. Esse percurso não se encerra nessas considerações finais, a escrita tem em si um valor, uma importância que é, através de símbolos imagéticos, dar vida a imagens, assim como as histórias em quadrinhos. Outro elemento importante nesse esforço de pesquisa são pensamentos, abstrações, sentimentos feitos de silenciamentos e de possibilidades de ressignificação do passado através da educação e da História e do Ensino de História, afinal, foi a partir de lá que nós partimos para essa pesquisa, e, portanto, ela não pode ser pensada apenas como um discurso circunstancial, mas sim cada vez mais como a construção.

Nessa perspectiva da escrita de si, termo que tomo emprestado de Ângela de Castro Gomes de seu livro, Escrita de si, escrita da História (2004), aponta para a prática da escrita nessa pesquisa, que se tornou uma espécie de ponte entre a realidade retratada, vivida, relembrada, estudada e outras realidades que se fizeram presentes, a partir do meu ingresso no programa de mestrado do PROFHISTÓRIA/UERJ e da influência desse trabalho nas minhas salas de aulas.

Com a sistematização da pesquisa, com suas hipóteses seus objetivos, suas intenções, e na minha prática docente, que a todo instante foi posta à prova e desafiada, à medida que as leituras eram feitas, e ante as dificuldades de uma empreitada desse porte, passando por uma pandemia e por um governo que trouxe apenas destruição de vidas e do país como instituição democrática.

O início da pesquisa apontava algumas inquietações, a principal era a Lei 10.639/03 e sua aplicação nas escolas, inquietação esta, que foi superada em parte, não por encontrar uma solução, longe disso, mas sim por conta da complexidade que se impõe nessa sentença: por que a lei não é aplicada nas escolas? A questão era mais ampla, e nunca tivemos intenção em resolver, afinal, como uma lei vai resolver na escola o que a sociedade se nega a tratar (o racismo estrutural estruturado e estruturante)? Para promover uma Educação Antirracista, é preciso aceitar que o racismo existe na sociedade, nas relações sociais e nos espaços escolares e em suas estruturas sociais mais sedimentadas ao longo de séculos

Diante disso procuramos dentro do que era possível, construir uma base que contemplasse os três pilares de pesquisa, a Lei 10.639/03, as histórias em quadrinhos

e o Ensino de História, devidamente trabalhadas em sala de aula em uma relação de cooperação com os estudantes, sem os quais esse trabalho não seria possível.

A opção pelo trabalho horizontal e colaborativo em uma relação dialógica foi buscada incessantemente, mesmo quando nos encontrávamos em ambiente virtual, e o resultado dessa prática está evidenciada nos trabalhos produzidos pelos estudantes nas aulas-oficinas.

Encontros que foram importantes para comprovar a importância das HQs para o Ensino de História, seja como mídia, suporte pedagógico, fonte histórica, objeto da História e/ou fonte para pesquisa histórica. Mesmo que esses quadrinhos ainda encontrem poucos espaços dentro da academia. Uma Lei na Sarjeta: a aplicação da 10.639/03 e as histórias em quadrinhos no ensino de História se junta a um seleto grupo de pesquisas sobre quadrinhos no PROFHISTÓRIA, com possibilidades de aprofundamento teórico metodológico, pedagógico e histórico.

REFERÊNCIAS

ABREU, Martha; MATTOS, Hebe. Em torno das “Diretrizes curriculares nacionais para a educação das relações étnico-raciais e para o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana”: Uma conversa com historiadores. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol.21, n°41, jan-jun, 2008.

ANDREWS, George R. **Negros e brancos em São Paulo.** Bauru: EDUSC, 1998.

AGOSTINHO, Elbert de Oliveira (Org). **Negritude, poderes e heroísmos.** Estudos sobre representações e imaginários nas histórias em quadrinhos. Rio de Janeiro: Conexão 7, 2021.

ALBERTI, Verena. Algumas estratégias para o ensino de História e Cultura Afro-Brasileiras. In: PEREIRA, Amilcar Araujo; MONTEIRO, Ana Maria Ferreira da Costa (Orgs.). **Ensino de História e Culturas Afro-Brasileiras**. Rio de Janeiro: Pallas, 2013.

ALBUQUERQUE, Durval Muniz. “Fazer defeitos nas memórias: para que servem o ensino e a escrita da história?”. In: GONÇALVES, Marcia; ROCHA, Helenice; REZNIK, Luis; MONTEIRO, Ana Maria (orgs). **Qual o valor da História hoje?** Rio de Janeiro: FGV, 2012.

ALARCON, Daniela; FLYN, Vitor. **Os Donos da Terra.** São Paulo: Elefante, 2020.

ALMEIDA, Silvio. **Racismo estrutural.** Ed Jandaíra, São Paulo,2021.

AMARAL & PORTELA, Emanoel e Watson. **Guerreiros das Dunas**. Natal, Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte, 2005.

ALMEIDA, Carlos Alberto Lima de**. Educação Escolar e Racismo: A lei 10.639.03 entre Práticas e Representaçõe**s. UFPE, ed. Universitária, Recife, 2013;

ARAUJO, Ricardo Benzaquem. **A narrativa.** In:Rohloff Ilmar de Mattos. (org) **“Mas não somente assim!” Leitores, autores, aulas como texto e o ensino-aprendizagem de História.** Tempo, vol. 11, núm. 21, julho, 2006, Universidade Federal Fluminense, Niterói, Brasil.pp. 5-16

BAGGIO, A. T. Imagens que pensam, que sonham, que sentem. Uma proposta ousada? Galáxia. (São Paulo, Online), n. 25, p. 211-216, jun. 2013. SAMAIN, E. (Org.). **Como pensam as imagens**. Campinas: Editora da Unicamp, 2012.

BARBIERI, Daniele. **As linguagens dos quadrinhos.** ed. Peiropólis, São Paulo, 2017.

BARBOSA. Ana Mae. **A imagem no ensino da arte: anos 1980 e novos tempos.** 8. ed. São Paulo: Perspectiva, 2010.

BARBOSA, Sirlene; PINHEIRO, João. “**Carolina” Sirlene Barbosa**.São Paulo:Veneta, 2017.

BARCA, Isabel. **Aula oficina: do projeto à avaliação. In. Para uma educação de qualidade**. Instituto de educação e psicologia, Universidade do Minho,2004.

BARROS, José D’Assunção**. O Campo da História**: especialidades e Abordagens, Petropólis, 2005.

BENJAMIN, W. **Imagens de pensamento.** Edição e tradução de João Barrento. 2ª ed. Lisboa: Assírio & Alvim, 2018.

BERNARDO. Thiago Monteiro. **História em Quadrinhos, historiografia e narrativas**. São Paulo: ANPUH, 2011.

BERTOLINO, Mateus. **Das HQ’S À imaginação: reflexões para o Ensino de História**. Dissertação (Mestrado Profissional em Ensino de História) – ProfHistória, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2018.

BITENCOURT, Circe, (org.) **O saber histórico na sala de aula**. São Paulo: Contexto, 2002.

BLOCH, Marc. **Apologia da História.**Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.

BRANCO, Edward de Alencar castelo. **Mídias táticas: os fanzines como fontes para a pesquisa histórica**. Diálogos (Maringá. Online), v. 19, n.2, p. 741-762, mai.-ago./2015.

BRASIL, **BNCC, Base nacional comum curricular,** MEC/GOV, 2017.

BRASIL. **Decreto n. 10.639**. 9 de janeiro de 2003, que altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, Secretaria de Políticas de Promoção de Igualdade racial, 2013.

BRASIL. **Lei n° 10.639°03**/ Secretaria de Políticas de Promoção de Igualdade racial, 2013.

BRASIL. **Lei N° 10.639/03, 10 Anos**. Plano nacional de Implementação das diretrizes curriculares nacionais para a Educação das Relações Étnico Raciais e para o ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. Brasília, 2013.

BURKE, Peter. **Testemunha ocular: História e Imagem,** Bauru, SP, 2004.

CAGNI, Antonio Luis. **Os quadrinhos; linguagem e semiótica, um estudo abrangente da arte sequencial.** Ed. Criativo, São Paulo, 2014.

CAIMI, Flavia Heloisa. **Por que os alunos (não) aprendem História? Reflexões sobre ensino, aprendizagem e formação de professores de História.** Revista Tempo [online]. Vol.11, n.21, 2006.

CALLARI, Victor & RODRIGUES, Marcio dos Santos. **História e quadrinhos: contribuições ao ensino e à pesquisa.** Ed. Letramento, Belo Horizonte. 2021.

CALAZANS, Flávio. **Quadrinhos na escola.** ed. Paulus, São Paulo. 2004.

CAMPOS, Fernanda Ricardo. **abraFANZINE:** da publicação independente à sala de aula. Leituras Transdisciplinares de Telas e Textos, Belo Horizonte, v.5, n.10, p.65-77, 2009.

CANDAU, Vera Maria. Direitos Humanos, Educação e Interculturalidade: as tensões entre Igualdade e Diferença. **Revista Brasileira de Educação**, V 13, n°37 Jan/abr. 2008.

CANUTO, Hugo. **Contos dos Orixás**. Selo independente, 2017.

CARNEIRO, Sueli. **Racismo, sexismo e desigualdade no Brasil**. São Paulo: Selo Negro, 2011.

CARVALHO, Djota. **A educação está no gibi.** ed. papirus, Campinas, SP. 2006.

CÉSAIRE, Aimé. **Discurso sobre o colonialismo**. São Paulo: Veneta, 2020.

CIRNE, Moacy. **História e crítica dos quadrinhos brasileiros**. Rio de Janeiro: Ed. Vozes, 1975.

CIRNE, Moacy. **Quadrinhos sedução e paixão.** Ed Vozes, Petropólis, RJ, 2000.

CHAUVEAU, Agnès, **Questões para a História do tempo presente.** EDUSC, Bauru,SP. 1999.

CHARTIER, Roger. **Aventura do livro, do leitor ao navegador**. São Paulo: UNESP, 1998.

CHINEN, Nobu. "**O negro nos quadrinhos do Brasil**". São Paulo: Ed. Petrópolis, 2019.

CERTEAU, Michel De. **A Invenção do Cotidiano**. Petrópolis: Vozes, 2002.

CHARTIER, Roger. Aventura do livro, do leitor ao navegador. São Paulo, UNESP. 1998. entre o nacional e o mundial. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, V.34, n° 68.

DANTON, Gian. **Como escrever quadrinhos,** ed. marca de fantasia, Paraíba, 2015.

DOMINGUES, P. J. **A insurgência de ébano: a história da frente negra brasileira (1931-1937).** tese de doutorado, História, USP, Faculdade de filosofia e ciências humanas, São Paulo, 2005.

D'SALETE, Marcelo. **Encruzilhada**. São Paulo: Veneta, 2016.

D’SALETE, Marcelo. **Angola Janga**. São Paulo: Veneta, 2017.

D’SALETE, Marcelo. **Cumbe**. São Paulo: Veneta, 2018.

DROYSEN, Johan Gustav. **Manual de teoria da história.** Petrópolis, RJ, ed. Vozes, 2009.

DUARTE JR., João-Francisco. **Por que Arte-Educação?** Campinas: Papirus, 1985.

EISNER, Will. **Quadrinhos e arte sequencial,** Martins fontes, São Paulo,2010.

ESTEVES, Daniel. **HQ’s. A Herança Africana no Brasil**. Belo Horizonte: Nemo, 2015.

FONSECA, Thais Nivia de Lima. **História & Ensino de História**. Minas Gerais: Autêntica, 2003.

FORTUNA, Danielle Barros Silva. **Prospecção de materiais educativos impressos sobre saúde no instituto Oswaldo Cruz e desenvolvimento de metodologia para avaliação de materiais através de oficinas criativas de fanzines e quadrinhos.** Fundação Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, RJ. 2017.

FERREIRA, Marieta de Moraes, OLIVEIRA, Margarida M. D. de. **Dicionário de Ensino de História.** FGV, Editora, Rio de Janeiro. 2019.

FLYNN, Vitor. **Xondaro**, São Paulo: Elefante, 2016.

FRANÇA, Vera. **Imagens do Brasil: Modos de ver, modos de conviver**. Minas Gerais: Autêntica, 2002.

FRANCO, Edgar Silveira. **HQtrônicas do suporte papel à rede internet**. Annablume, São Paulo, 2004.

FRANCO, Edgar Silveira. Universos Ficcionais e histórias em quadrinhos: A aurora pós-humana. **Anais do VI Seminário nacional de pesquisa em arte e cultura visual**. Goiânia-GO, UFG, 2013.

FREIRE, José Ribamar Bessa. “Cinco Ideias Equivocadas sobre os Índios. **Revista ensaios e pesquisa em educação** – 2016.2 / vol. 01 3 – 23.

FREIRE, Paulo. Educação e participação comunitária. In: **Política e educação**. Coleção Questões da nossa época. 5 ed. São Paulo: Cortez; 2001.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. São Paulo: Paz e Terra, 2019.

FRONZA, Marcelo. **XXV Simpósio nacional de história**. Fortaleza: Anpuh,2009.

GADELHA, Olinto HERMETERIO. **Chibata! João e a Revolta que abalou o Brasil**. São Paulo:Conrad,2008.

GARCÍA, Santiago. **A Novela Gráfica**. São Paulo: Martins Fontes, 2012.

GOODSON, Ivor. Currículo, Narrativa e o futuro social. **Revista Brasileira de Educação**, v.12 n. 35 maio/ago. 2007.

GOMES, Ivan Lima. **Os novos homens do amanhã**: projetos e disputas em torno dos quadrinhos na América latina (Brasil e Chile, 1960-1970). Paraná: Prismas, 2018.

GOMES, Nilma Lima. **O movimento negro educador: saberes construídos nas lutas por emancipação**. Ed. Vozes, Petrópolis, RJ.2020.

GOTTLIEB, Liana. **Mafalda vai a escola: a comunicação dialógica de Buber e Moreno na educação, nas tiras de Quino.** ed. Iglu, São Paulo, 1996.

GUIMARAES, Edgar. "**O que é Fanzine**". João Pessoa: Marca de fantasia, 2005.

GROENSTEEN, Thierry. **O sistema dos quadrinhos,** Marsupial editora, Nova Iguaçu, RJ, 2015.

HERMETO & FERREIRA (editores) **História pública e ensino de história.** Letra e Voz, São Paulo, 2021.

HOOKS, Bell. **Ensinando a transgredir: a educação como prática de liberdade.** Martins fontes, São Paulo, 2020.

HÜSEN, Jörn. Narração Histórica: fundações, tipos, razão. In MALERBA, Jurandir (org.). **Narrativa e História**, Petrópolis, 2016.

HUBERMAN, Georges didi. **Imagens apesar de tudo.** Editora 34, São Paulo, 2020.

KALY, Alain Pascal (in) PEREIRA & MONTEIRO (org) **Ensino de História e culturas afro-brasileiras e indígenas.** Ed. Pallas, Rio de janeiro, 2013.

JONES, Gerard. **Homens do amanhã, geeks, gângsteres e o nascimento dos gibis.** Conrad editora, SP. 2006.

JOLY, Martine. **Introdução à análise da imagem**. São Paulo: Papirus, 2007.

JR. Gonçalo. **A guerra dos Gibis: A formação do mercado editorial brasileiro e a censura aos quadrinhos.** Cia das Letras, São Paulo, 2004.

KANBOUR, Kaled; ZULLO, Kris. **Província Negra**. São Paulo: Gabaju Comics, 2019.

KELLNER, Douglas. **A cultura de mídia.** EDUSC, 2001.

KNAUSS, Paulo. Sobre a norma e o óbvio. In: **Repensando o ensino de história**. 4. Ed. São Paulo, Cortez, 2001.

KOEHLER, Ana Luiza. **Beco do Rosário**. São Paulo: Veneta, 2020.

LAGO, Pedro Xavier do. **Os desdobramentos da estética Africana no solo brasileiro:** Uma análise cultural e filosófica das artes de Rosana Paulino, Luisa Magaly e Mestre Didi. Monografia de Licenciatura de Filosofia, UFRRJ, Seropédica, 2021.

LOURAX, Nicole. **Elogio do anacronismo**. In: NOVAES, Adauto (Orgs.). **Tempo e História.** São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

LE GOFF, Jacques. **A Nova História**. São Paulo: Ed. 70, 1986.

LE GOFF, Jacques. **Reflexões sobre a História**. Ed. 70, São Paulo, 1986.

LE GOFF, Jacques. **A História Nova**. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

LE GOFF, Jacques; NORA, Pierre. **História: Novas Abordagens**. Rio de Janeiro: Francisco Alves,1988.

LE GOFF, Jacques; NORA, Pierre **História: Novos Problemas**. Rio de Janeiro: Francisco Alves,1979.

LIMA, Douglas Mota Xavier de. Histórias em Quadrinhos e Ensino de História. **História Hoje**, V.6, n°11, 2017.

LIMA, Sávio Queiroz. **Ensino de História da África em Desconstrução**: Renovação do Imaginário da África através de Histórias em Quadrinhos em acordo com a Lei 10.639. Museu Pedagógico, São Paulo, 2017.

LUYTEN, Sonia M. Bibe. **História em quadrinhos.** Paulinas, RJ: Leitura crítica, 1984.

MAGALHÃES, Henrique. **Fanzines de Histórias em Quadrinhos:** linguagem e contribuições à educação. Discursividades - vol. 7. n. 2 - jul-dez 2020.

MARCONDES, Beatriz (org) **Como usar outras linguagens na sala de aula**, ed. Contexto, São Paulo, 2002.

McCLOUD, Scott. Desvendando os quadrinhos, ed. M.Books, São Paulo, 2005.
MAGALHÃES, Henrique. **O que é Fanzine**. São Paulo, Brasiliense,2005.

MATOS, Allef de Lima Laurindo Fraemann. Histórias em Quadrinhos e Ensino de História: uma Reflexão Teórico-Metodológica. **Revista Educação**, PE, 2019.

MENDES, Ivanilson de Melo. "**Getulio Vargas o renovador**": uma análise da linguagem dos quadrinhos, Tcc (Pós-graduação em Brasil pós 1930) Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2009.

MONTEIRO, Ana Maria F. C. **Entre saberes e práticas: a relação de professores com os saberes que ensinam** - FE/UFRJ GT: Didática /n.04, 2001.
MONTEIRO, Ana Maria F. da C., & Penna, F. de A. (2011). **Ensino de História: saberes em lugar de fronteira.** Educação & Realidade.

MORAN, José. O vídeo na sala de aula. **Comunicação & Educação**, v.2, p. 27, 1995.

MOREIRA, Antonio Flavio; CANDAU, Vera Maria (Orgs). **Multiculturalismo**: diferenças culturais e práticas pedagógicas. Petrópolis: Editora Vozes, 2008.

MOYA, Alvaro de. **Shazam!** 3ª ed. São Paulo: Perspectiva, 1977.

MOYA, Alvaro de. **Histórias das histórias em quadrinhos.** ed. brasiliense, São Paulo. 1996.

MOYSÉS, Lucia. **O desafio de Saber Ensinar**. Campinas, SP: Papirus; Rio de janeiro, RJ: Eduff. 1995.

NASCIMENTO, Abdias, **O Quilombismo.** Petrópolis, RJ; Editora Vozes, 1980.

NOGUEIRA, Natania. **As histórias em quadrinhos e a escola.** ASPAS, Leopoldina, MG, 2017.

NIKITIUK, Sônia (org.). **Repensando o ensino de história**. São Paulo: Cortez, 1996.

OLIVEIRA, Jô. Hans Staden. **Um aventureiro no Novo Mundo**. São Paulo: Conrad, 2005.

OLIVEIRA, Lorena Silva. **Racismo de estado e suas vias para fazer morrer**. Rio de Janeiro, 2020.

PATATI, ALEX, Carlos e Allan. **Brasileiros, terra do grande encontro**. Rio de Janeiro, 2003.

PAIVA, Eduardo França. **História & Imagem**, Autêntica, Belo Horizonte, MG, 2006.

PIO, Alessandra. Lei N° 10.639/03: Outra LDB. Outra Escola**? Revista de Educação Básica**, Rio de Janeiro, V,1, n° 4 maio 2016.

POLLAK, Michael. Memória, Esquecimento, Silêncio. Rio de Janeiro: **Estudos Históricos**, Vol. 2, n. 3, 1989.

PEREIRA, Amilcar Araújo (org). **Educação das relações étnico-raciais no Brasil: trabalhando com histórias e culturas africanas e afro-brasileiras nas salas de aula.** Fundação Vale, Brasília, 2014.

POSTEMA, Barbara. **Estrutura narrativa nos quadrinhos: construindo sentidos a partir de fragmentos,** ed. Peiropólis, São Paulo, 2018.

RAMA & VERGUEIRO, Angela e Waldomiro (orgs). **Como usar as histórias em quadrinhos na sala de aula**. São Paulo: Contexto, 2004.

RAMOS, Paulo. **A leitura dos quadrinhos.** Editora contexto, SP.2009.

RANCIERE, Jacques. **A partilha do sensível.** Ed 34. RJ, 2005.

RATTS, Alex. (org) **Beatriz Nascimento: uma história feita por mãos negras,** Zahar, Rio de Janeiro, 2021.

REIS, José Carlos. **História e Teoria, Historicismo, modernidade, temporalidade e verdade**. Rio de Janeiro: FGV, 2005.

REIS, José Carlos. O lugar da Teoria-Metodologia na Cultura Histórica. UFG, **Revista de Teoria da História**, ano 3, n° 6, dez/2011.

RIOS, Flavia. **O protesto negro no brasil contemporâneo (1978-2010)** Lua Nova, São Paulo, 85: 41-79, 2012.

SALES, Alcides e ELSON, Luis. **Tupis e Brobós**. Natal, 2009.

SANTOS, Boaventura de Sousa & MENESES, Maria Paula (orgs.). **Epistemologias do Sul**. Coimbra: Almedina, 2009.

SANTOS, Roberto (org) VERGUEIRO, Waldomiro. **A linguagem dos quadrinhos: estudos de estética, linguística e semiótica.** Ed. Criativo, São Paulo, 2015

SANTHIAGO, Ricardo (org). **História pública no Brasil: sentidos e itinerários.** Letra e Voz, São Paulo, 2016.

SBERK, Wellington. **Quadrinhos & outros bichos.** Marca de fantasia, João Pessoa, PB. 2006.

SECOS E MOLHADOS. **Sangue Latino**. BMI, Broadcast Music Inc, 1973.

SILVA, Angela Carrancho da. **Escola com Arte**: **Multicaminhos para a transformação**. Porto Alegre: Ed. Mediação, 2006.

SILVA, Caroline & SILVA, Simone. **Lei 11.645/08: A escola, as relações-étnico e culturais e o Ensino de História** - Algumas reflexões. Natal: Anpuh, 2013.

SCWARCZ, Moritz Lilia. **Racismo no Brasil**: quando inclusão combina com exclusão. São Paulo: Cia das Letras, 2016.

SÓTENOS, Abner & PINHA, Daniel. **Sem rodapé, história na rede**. Facebook. Disponível em: <https://www.facebook.com/permalink.php?story_ fbid=1486254267870 47&id=111431430506447>. Acesso em 20 jun. 2020.

SRBEK, Wellington**. Quadrinhos e outros bichos**. João Pessoa: Marca de fantasia, 2006.

SCHMIDT, Maria Auxiliadora. A formação do professor de História e o cotidiano da sala de aula. In: **O saber histórico na sala de aula**. 11. ed. São Paulo: Contexto, 2010.

SEIXAS, Raul. **Há 10 mil anos atrás**. Philips Records, 1976.

SIMAN, Lana. “Representações e Memórias Sociais Compartilhadas: desafios para os processos de ensino de aprendizagem da História”. In: **Cad. CEDES**, Campinas, vol. 25, n.67, p. 348-364, set/dez 2005.

TORAL, André. **Os Brasileiros**. São Paulo: Veneta, 2009.

TORAL, André. **A Alma que caiu do corpo**. São Paulo: Veneta, 2020.

VERGUEIRO, Waldomiro. **Pesquisa Acadêmica em Histórias em Quadrinhos**, São Paulo: Criativo, 2017.

ZILDA, Augusto Anselmo. **Histórias em quadrinhos.** ed. Vozes, Petrópolis, RJ, 1975

ZUMTHOR, Paul. **Performance, recepção, leitura.** Ubu editora, São Paulo, 2018.